

**INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA**

**RENATA COSTA MARENGA**

**A INFLUÊNCIA DAS FORTIFICAÇÕES MILITARES NA EXPANSÃO  
URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOB A ÓTICA DA  
CARTOGRAFIA HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Engenharia Cartográfica do Instituto Militar de Engenharia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências em Engenharia Cartográfica.

Orientador: Luiz Felipe Coutinho Ferreira da Silva -  
D.E.

**Rio de Janeiro**

**2009**

C2009

INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA  
Praça General Tibúrcio, 80 – Praia Vermelha  
Rio de Janeiro - RJ CEP: 22290-270

Este exemplar é de propriedade do Instituto Militar de Engenharia, que poderá incluí-lo em base de dados, armazenar em computador, microfilmar ou adotar qualquer forma de arquivamento.

É permitida a menção, reprodução parcial ou integral e a transmissão entre bibliotecas deste trabalho, sem modificação de seu texto, em qualquer meio que esteja ou venha a ser fixado, para pesquisa acadêmica, comentários e citações, desde que sem finalidade comercial e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e do orientador.

526 M324i	Marenga, Renata Costa A influência das fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica da cartografia histórica / Renata Costa Marenga - Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 2009. 122 p.: il.  Dissertação (mestrado) - Instituto Militar de Engenharia – Rio de Janeiro, 2009.  1. Cartografia 2. cartografia histórica. I. Título. II. Instituto Militar de Engenharia.
--------------	--

526

**INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA**

**RENATA COSTA MARENGA**

**A INFLUÊNCIA DAS FORTIFICAÇÕES MILITARES NA EXPANSÃO URBANA DA  
CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOB A ÓTICA DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Engenharia Cartográfica do Instituto Militar de Engenharia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências em Engenharia Cartográfica.

Orientador: Prof. Luiz Felipe Coutinho Ferreira da Silva - D.E.

Aprovada em 10 de agosto de 2009 pela seguinte Banca Examinadora:

---

Prof. Luiz Felipe Coutinho Ferreira da Silva - D.E. - Presidente

---

Prof. Paulo Márcio Leal de Menezes – D. C. da UFRJ

---

Prof. Oscar Ricardo Vergara – D.E. do IME

Rio de Janeiro

2009

A minha adorada prima Marleyd da Costa  
(*in memoriam*) dedico esse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela minha formação moral e profissional e pela minha coragem de enfrentar todos os desafios que a vida me impôs.

Ao Prof. Ivaldo Lima, pelo apoio na carta de recomendação para o ingresso nesse curso. Ao professor João Batista do Departamento de Geografia da UERJ, que por algum motivo acha que eu estou brigada com ele.

Ao Prof. Menezes, também pelos elogios na carta de recomendação, pelos ensinamentos que me permitiram enfrentar os desafios de atuar em outra área do conhecimento e pela ajuda na cessão de livros e materiais sem cobrança de entrega. Aos meus amigos de trabalho na empresa Digibase, Eduardo, Sandro e Rafael. À empresa Digibase, onde trabalhei durante seis anos, por conceder o uso dos computadores e softwares, sem os quais seria impossível a realização deste trabalho.

Ao meu dileto orientador, Prof. Felipe, pela boa vontade em aceitar meu ingresso no curso, pela confiança, ajuda e pelo apoio nas dificuldades de tempo por conta de questões profissionais. Aos Professores Leonardo e Vergara, pelas críticas e sugestões durante o curso. Ao capitão Marcos, pelo incentivo de dedicação ao tema da dissertação.

À minha irmã Adriana e aos meus sobrinhos Daniella e Pedro. Ao meu filhote Ruff.

Aos professores e funcionários do Departamento de Engenharia Cartográfica do IME e aos meus colegas de turma, Emily, Aline, Patrick, Marco Antônio, Wander e Morett, por contribuírem para que essa nossa etapa de estudos fosse tão prazerosa e divertida. À querida amiga Laurinha.

À equipe da biblioteca da Marinha – Seção de Obras Raras, principalmente à bibliotecária Sra. Maria do Brasil pela disponibilidade e boa vontade. Ao Sr. Pedro, da Biblioteca do IHGB.

Ao meu marido Wellington, faço um agradecimento especial, pois foi o que mais teve que ceder e ter paciência para que eu conseguisse realizar esse sonho.

Obrigada!!!

“A profunda alegria do coração deve ser sempre  
Como uma bússola a guiar o seu caminho na vida.  
Você deve segui-la sempre, mesmo que entre por  
trilhas repletas de dificuldades.”

Madre Tereza de Calcutá

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1. 1 Tema.....	16
1. 2 Hipóteses.....	17
1. 3 Justificativa.....	17
1. 4 Objetivos.....	18
1. 5 Materiais e Métodos.....	19
1. 5.1 Levantamentos de Mapas e Documentos Históricos.....	19
1. 5.2 Mapas da Evolução Urbana da Cidade Rio de Janeiro.....	21
1. 5.2.1 Elaboração dos Mapas Comparativos.....	21
1. 5.2.2 Elaboração dos Mapas Temáticos.....	23
<b>2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</b>	<b>25</b>
2. 1 Breves Conceituações.....	25
2. 1.1 Organização Espacial.....	25
2. 1.2 Território.....	26
2. 1.3 Paisagem.....	27
2. 2 Perspectiva Histórica: A Fundação e o Desenvolvimento Inicial da Cidade.....	27
2. 3 Considerações sobre o Desenvolvimento Urbano Inicial da Cidade....	32
2. 4 As Edificações Religiosas no Rio de Janeiro Colonial.....	38

<b>3</b>	<b>FORTIFICAÇÕES E DEFESA NO RIO DE JANEIRO</b> .....	40
3.1	Importância Histórica das Fortificações Militares.....	40
3.2	Fortificações e Povoamentos.....	42
3.3	Origem e Características das Principais Fortificações do Rio de Janeiro.....	44
3.3.1	Fortaleza de Santa Cruz.....	45
3.3.2	Fortaleza de São João.....	47
3.3.3	Fortaleza da Laje.....	49
3.3.4	Fortaleza da Conceição.....	50
3.3.5	Forte de Imbuhy.....	51
3.3.6	Forte Duque de Caxias.....	51
3.3.7	Forte de Copacabana.....	52
3.3.8	Forte de Forte Coligny.....	53
3.3.9	Entrincheiramento de Uruçumirim/ Paranapecuí.....	54
3.4	As Invasões Francesas ao Rio de Janeiro.....	55
3.4.1	Villegaignon e a França Antártica.....	55
3.4.2	O ataque de Duclerc: 1710.....	58
3.4.3	O ataque de Du Guay Trouin: 1711.....	60
3.4.4	Situação das Defesas do Rio de Janeiro.....	63
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b> .....	67
4. 1	Urbanismo.....	67
4. 1.1	Características do Urbanismo Português.....	69
4. 1.2.	As construções religiosas no Rio de Janeiro Colonial.....	72
4. 2	Evolução urbana do Rio de Janeiro: Período entre 1500 e 1600.....	73
4. 3	Evolução urbana do Rio de Janeiro: Período entre 1601 e 1700.....	76
4. 4	Evolução urbana do Rio de Janeiro: Período entre 1701 e 1800.....	82
4. 5	Evolução Urbana do Rio de Janeiro: período entre 1801 e 1900.....	86
4. 6	Evolução Urbana do Rio de Janeiro: período de 1900 até a década de 1964.....	90

<b>5</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>100</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>7</b>	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>113</b>
<b>8</b>	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>119</b>
8. 1	Apêndice 01: Distribuição das Fortificações Militares por Bandeira e Século de Fundação.....	120
8. 2	Apêndice 01: Distribuição das Fortificações Militares por Século de Fundação.....	121
8. 3	Apêndice 01: Proximidades do Morro do Castelo.....	122

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> – Núcleos de povoamento português – sec. XVI.....	29
<b>Mapa 02</b> – Fontes de abastecimento de água – sec. XVII.....	33
<b>Mapa 03</b> – Fortificações remanescentes da cidade do Rio de Janeiro – sec. XXI.....	45
<b>Mapa 04</b> - Costa Sudoeste da Baía de Guanabara. 500 anos de modificações	68
<b>Mapa 05</b> - Linha de costa da Baía de Guanabara à época do descobrimento (1500).....	75
<b>Mapa 06</b> - Reconstituição da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, séc. XVII.....	81
<b>Mapa 07</b> - Reconstituição da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, séc. XVIII.....	83
<b>Mapa 08</b> - Reconstituição da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, séc. XIX.....	88
<b>Mapa 09</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com mapa da cidade (1666) .....	100
<b>Mapa 10</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1770) .....	101
<b>Mapa 11</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1794) .....	102
<b>Mapa 12</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1812) .....	103
<b>Mapa 13</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1817) .....	104
<b>Mapa 14</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1831) .....	105
<b>Mapa 15</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1838) .....	106
<b>Mapa 16</b> - Sobreposição da linha de costa (1500) com as plantas da cidade (entre 1666 e 1838) .....	107
<b>Mapa 17</b> - Baía de Guanabara - Bandeira das Fortificações Militares.....	119
<b>Mapa 18</b> - Baía de Guanabara - Século de Fundação das Fortificações.....	120
<b>Mapa 19</b> - Baía de Guanabara - Século XVI - Bandeira das Fortificações existentes entre os Morros.....	121

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIG. 1.1</b> – Detalhe da mancha urbana em 1567.....	20
<b>FIG. 1.2</b> – Detalhe da mancha urbana em 1650.....	20
<b>FIG. 1.3</b> – Detalhe da mancha urbana em 1770.....	21
<b>FIG. 1.4</b> – Ferramenta de ajuste gráfico.....	22
<b>FIG. 2.1</b> – Largo do castelo - 1879.....	36
<b>FIG. 2.2</b> – Rua do Castelo.....	37
<b>FIG. 2.3</b> – Casa de Câmara e Cadeia – s/d.....	37
<b>FIG. 2.4</b> – Ladeira da Misericórdia – s/d.....	38
<b>FIG. 3.1</b> – Fortaleza de Santa Cruz - 1631.....	47
<b>FIG. 3.2</b> – Fortaleza de São João – s/d.....	48
<b>FIG. 3.3</b> – Fortaleza da Laje - 1781.....	49
<b>FIG. 3.4</b> – Fortaleza da Conceição - 1769.....	51
<b>FIG. 3.5</b> – Rivière de Guanabara – s/d.....	53
<b>FIG. 3.6</b> – Outeiro da Glória – s/d.....	55
<b>FIG. 3.7</b> – Ilha e forte dos franceses - 1560.....	57
<b>FIG. 3.8</b> – Mapa do trajeto feito pela expedição Du Clerc - 1710.....	59
<b>FIG. 3.9</b> - Plan de la baye et la ville de Rio Janeiro - 1745.....	61
<b>FIG. 4.1</b> – Nossa Senhora das Necessidades – 1745/1749.....	70
<b>FIG. 4.2</b> – Rio Gênero - 1624.....	77
<b>FIG. 4.3</b> – Cidade de São Sebastião - 1713.....	85
<b>FIG. 4.4</b> - Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - 1808.....	87
<b>FIG. 4.5</b> - Vista parcial do Centro da cidade do Rio de Janeiro – s/d.....	93

<b>FIG. 4.6</b> – Vista do Morro do Castelo – s/d.....	93
<b>FIG. 4.7</b> – Arrasamento do Morro do Castelo - 1922.....	95

## LISTA DE TABELAS

<b>TAB. 3.1</b> – Cronograma do ataque de Du Clerc - 1710.....	59
<b>TAB. 3.2</b> - Cronograma do ataque de Du Guay Trouin - 1711.....	62
<b>TAB. 3.3</b> – Distribuição das fortificações no Rio de Janeiro – sec. XVIII.....	63
<b>TAB. 3.4</b> – Artilharia instalada na Baía de Guanabara – sec. XVIII.....	64
<b>TAB. 3.5</b> – Fortificações e respectivos canhões - 1711.....	65

## RESUMO

O tema apresentado avalia a participação do posicionamento estratégico das fortificações militares que, desde o século XVI, foram instaladas pelos portugueses e franceses visando à proteção da Baía de Guanabara, na fundação e expansão do núcleo inicial da cidade do Rio de Janeiro. Através da reconstrução dos momentos iniciais de expansão da cidade e da análise da posição geográfica ocupada pelos colonizadores este trabalho busca analisar de quais formas e até quando as fortificações militares influenciaram a ocupação e a expansão do núcleo urbano central da cidade. Outros vetores atuaram secundariamente na expansão do núcleo inicial da cidade e também foram apontados. A metodologia baseou-se num resgate paralelo histórico da instalação das fortificações e do gradativo avanço da malha urbana da cidade em direção ao interior, através da elaboração de mapas temáticos e mapas evolutivos, que utilizaram como base documentos e mapas históricos. Os resultados mostram que a instalação das fortificações teve como objetivo a proteção da baía de Guanabara que era considerada como porto escoadouro, para a Europa, dos produtos naturais locais e do ouro que vinha do planalto de Minas Gerais. Esta proteção primeiramente ocorreu na entrada da baía e num segundo momento, no século XVII, voltou-se ao núcleo urbano da cidade situado nas proximidades da atual Praça XV. As fortificações neste momento foram instaladas em posições com visão e possibilidade de defesa privilegiadas, no quadrilátero formado pelos morros do Castelo, da Conceição, de São Bento e de Santo Antônio, e conferiu de fato proteção à cidade ante as ameaças dos invasores estrangeiros, notadamente os Franceses, que também reconheciam a posição e o formato estratégico da Guanabara. De uma forma geral conclui-se que a fundação da cidade está diretamente associada à defesa do território e esta foi a principal estratégia dos colonizadores portugueses para garantir a supremacia e a exploração desta colônia. A influência das fortificações na fundação e no desenvolvimento da cidade ocorreu até o início do século XVIII quando a partir de então, a expansão para oeste e sudoeste se deve particularmente às possibilidades crescentes de ocupação de áreas até então pantanosas e de difícil acesso.

## ABSTRACT

The present subject evaluates the participation of strategically positioning of forts which, since XVI century, were built by the Portuguese and Frenchmen in order to protect Guanabara Bay, in the foundation and expansion of the initial urban core of Rio de Janeiro city. By historical reconstruction of the initial moments of urban expansion and analysis of geographical positioning occupied by the colonizers, this work seeks to identify in which ways and until when the presence of these forts had influenced urban occupation and expansion. Other vectors acted secondarily in the expansion of the initial nucleus of the city and also they had been pointed. The methodology was based on a historical parallel of the installation of the forts and the gradual advance of the urban mesh in landward direction, through the elaboration of thematic and synthesis maps, which used historical cartography and documents. The results show that the installation of these forts had as objective the protection of Guanabara Bay, considered as an exit port, for the Europe, of the local natural products and the gold that came from plateaus of Minas Gerais. This protection first occurred in the entrance of the bay and, at a second moment, in century XVII, was turned to the urban core, in the neighborhoods of Praça XV. The forts at this moment had been installed in positions with great vision and privileged possibility of defense, in the quadrilateral formed by the mounts of Castelo, Conceição, São Bento and Santo Antonio, and conferred protection to the city against the threats of the foreign invaders, usually the Frenchmen, who also recognized the great position and the strategically format of the Guanabara bay. In general, this work concludes that the foundation of the city was directly associated with the defense of the territory and this was the main strategy of the Portuguese colonizers to guarantee the supremacy and the exploration of their colony. The influence on the foundation and the development of the city occurred until the beginning of century XVIII when from now on, the expansion for west and southwest were particularly made possible trough the increasing occupation of areas until then marshy and of difficult access.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 - TEMA

O tema deste trabalho é uma análise da influência exercida pela construção de fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, por meio de mapas e documentos históricos. Conforme citado por OLIVEIRA (1983 apud ROSSATO, 2006), objetos qualificados como históricos conotam, no senso comum, relíquia e originalidade, mas a cópia desses objetos não tem o mesmo valor econômico e social. Entretanto, OLIVEIRA (1983 apud ROSSATO, 2006), não atribui esse tipo de valor quando define “mapa histórico” como sendo um mapa com a representação do fenômeno ou acontecimentos anteriores à época da sua elaboração. Portanto, baseado em OLIVEIRA (1983 apud ROSSATO, 2006), é proposto que seja classificado como histórico, ou do passado, o mapa que: tenha sido construído no presente para representar a espacialização de elementos ou fenômenos, existente no passado, mas que não represente a realidade da espacialização de elementos ou fenômenos no presente.

O presente estudo pretende reconstruir através de mapas evolutivos a fase inicial de implantação das fortificações, seu contexto histórico, suas mudanças ao longo do tempo, e sua conseqüente influência no modo de ocupação, no controle e no desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo através de pesquisa sobre os Fortes e Fortificações militares situados principalmente no entorno da Baía de Guanabara, litoral centro-sul do Estado do Rio de Janeiro.

A cartografia histórica será usada como insumo principal para análise espaço-temporal da influência das fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, abordando as fases inaugurais de implantação e de metamorfoses das fortificações militares do entorno da Baía de Guanabara, bem como sua influência na ocupação, controle e desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, através de mapas e documentos históricos que retratem tal expansão urbana.

Por Cartografia Histórica, reconhece-se aqui o mesmo compreendido por ROSSATO (2006), ou seja, entendida como uma “especialidade da Cartografia que tem como enfoque as características temporais das representações cartográficas”, e

inclusas nessa especialidade, os trabalhos e projetos que utilizem mapas antigos ou históricos como fontes de informações, ou trabalhos que objetivem a (re) construção de mapas históricos.

## 1.2 – HIPÓTESES

A abordagem desta pesquisa está norteada a partir dos seguintes pressupostos:

- As fortificações militares influenciaram a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro num primeiro momento, porém outros vetores foram atuantes em relação à evolução urbana da cidade e prevaleceram como agentes modificadores do espaço urbano.
- A fundação da cidade não pode ser dissociada do aspecto de defesa do território, conseqüentemente, das fortificações erguidas.
- Os processos de transformação inicial na urbanística da cidade apresentam relação com as fortificações e com uma tradição militar de engenharia.
- As influências na urbanística diferem entre os séculos XVI até o XIX.

## 1.3 – JUSTIFICATIVA

Os fortes e fortalezas foram escolhidos para este trabalho tendo em vista os seguintes aspectos:

- Tiveram papel importante nas defesas iniciais da cidade, visando o estabelecimento da posse desta e contra ataques corsários, o que caracteriza a vocação defensiva da cidade desde o seu surgimento;
- Permaneceram, em sua maior parte, ao contrário de outras fortificações defensivas mais efêmeras, relativamente ou completamente intactas, permitindo uma avaliação de sua interação e influência sobre o desenvolvimento urbanístico da cidade;

As fortificações militares localizavam-se estrategicamente, sob o ponto de vista bélico, pois conferiam a área na qual se localizavam maior proteção em relação à invasão estrangeira. Desta forma, o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de

Janeiro pode ter apresentado grande relação com as áreas do entorno das fortificações.

Segundo BERNARDES (1992), não se pode compreender o Rio de Janeiro atual sem antes analisar o modo pelo qual cresceu e se diversificou a pequena povoação, de 150 habitantes, plantada em 1567 por Mem de Sá no Morro do Castelo. O presente estudo parte da premissa de que não se pode compreender a gênese e a evolução dessa pequena povoação, sem antes analisar o seu contexto histórico-geográfico e sua conseqüente influência na localização das fortificações militares instaladas nos arredores da Baía de Guanabara com intuito de proteger a cidade de invasores Franceses, Holandeses e de ataques de índios Tamoios.

As fortificações militares remanescentes são as edificações mais antigas, encontradas atualmente, na cidade do Rio de Janeiro. Sua função era proteger a colônia e repelir ataques. Conseqüentemente, a colônia precisava ficar próxima ao seu raio de ação para dispor de sua segurança, o que faz das fortificações militares os primeiros vetores de expansão da cidade. A análise da organização espacial da cidade é feita a partir das formas, das funções e do contexto histórico de instalação das fortificações militares situadas na cidade do Rio de Janeiro.

#### 1.4 - OBJETIVOS

O objetivo principal é avaliar de que modo e até quando ocorreu a influência exercida pelas fortificações militares na evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, sob a ótica da cartografia histórica, através da elaboração de mapas evolutivos que possam reconstituir e iluminar os vetores iniciais da urbanização da cidade. Assume-se a hipótese que as instalações fixas mais antigas da cidade atuaram como pólos iniciais da expansão urbana criando áreas de influência em seu entorno. Para isto, foram traçados três objetivos específicos norteadores deste trabalho:

- Indicar possíveis zonas de influência das fortificações ao longo do tempo, no entorno das fortificações militares.

- Identificar mudanças na organização espacial da cidade do Rio de Janeiro, observando a área sob influência dos Fortes e Fortalezas, expondo as mudanças em sua forma, função, estrutura e processo.
- Analisar o papel dos fortes como vetores de expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro.

## 1.5 – MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, no desenvolvimento do trabalho, serão brevemente apontados no primeiro capítulo alguns conceitos úteis à análise, como o de organização espacial, paisagem e território. Num segundo momento, no capítulo 2, será tratada a perspectiva histórica da fundação da cidade do Rio de Janeiro, em seguida, no capítulo 3 será discutida a importância histórica das fortificações na defesa do território – sobretudo no que diz respeito às invasões inimigas – e sua influência nos primeiros núcleos de povoamento da cidade, assim como um breve inventário dos fortes e das fortificações, seu período e contexto de construção e sua localização estratégica na cidade. Por fim, nos capítulos 4 e 5, será feito um resgate cartográfico dos marcos da urbanização e da expansão da cidade, numa breve perspectiva histórica desde o século XVI, até pouco mais da metade do século XX.

### 1.5.1 – LEVANTAMENTOS DE MAPAS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Análise de material bibliográfico referente à expansão urbana do entorno da Baía de Guanabara e das fortificações militares construídas, assim como levantamento de documentos históricos e material cartográfico que retratem a implantação e a expansão urbana relacionada à presença das fortificações militares.

Levantamento de informações relativas ao estudo histórico da implantação das fortificações e de seus atributos (posicionamento geográfico e histórico, tipo de armamento, idade, bandeira o qual representava, contingente humano, etc). O posicionamento, especialmente importante aqui, foi considerado segundo às instalações atuais remanescentes.

O material será submetido a uma comparação entre os aspectos de cada fortificação ao longo do tempo, bem como uma comparação nas mudanças ocorridas em seu entorno.

Além desta visão discretizada, será realizada uma descrição comparativa a respeito dos limites da área total em questão (área contínua dominada pelas fortificações) a fim de se identificar possíveis zonas de influência do poder militar na cidade do Rio de Janeiro, além da análise da participação do poder militar na expansão urbana da cidade. Na sequência de mapas das FIG'S. 1.1, 1.2 e 1.3 abaixo é possível perceber a evolução da malha urbana entre 1567 e 1750.

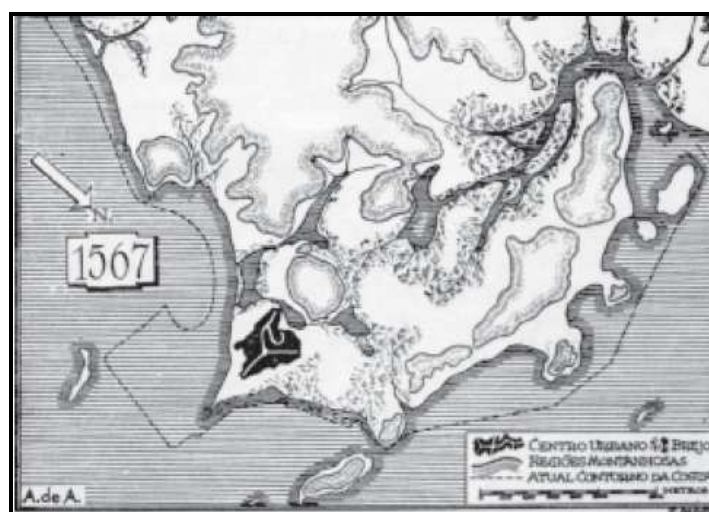


FIG. 1.1 – Detalhe da mancha urbana em 1567 - AZEVEDO (1956 apud BRAGA, 2003)

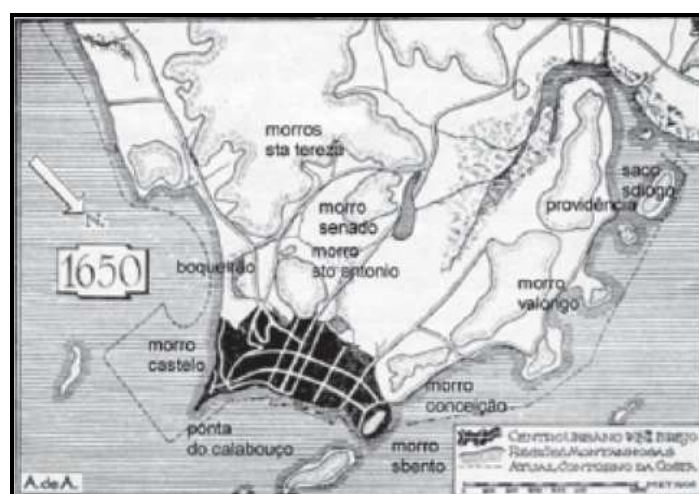


FIG. 1.2 – Detalhe da mancha urbana em 1650 - AZEVEDO (1956 apud BRAGA, 2003)



FIG. 1.3 – Detalhe da mancha urbana em 1770 - AZEVEDO (1956 apud BRAGA, 2003)

## 1.5.2 – MAPAS DA EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE RIO DE JANEIRO

Para a elaboração de tais mapas, foram utilizados os programas *ArcGIS 9.1* e *NOAA Chart Reprojector* para digitalização e vetorização de cartas e mapas históricos e para as correções necessárias, como transformação de coordenadas, suavização de contornos e de cores e ainda para a sobreposição dos mapas. No entanto, foram construídos dois tipos de mapas: os comparativos e os temáticos, que são apresentados como resultados e são utilizados como insumo de ilustração e análise ao longo deste trabalho.

### 1.5.2.1 – ELABORAÇÃO DOS MAPAS COMPARATIVOS

Os mapas comparativos seguem rigor cartográfico no que diz respeito ao sistema de coordenadas e ao ajuste da linha de costa. Foi utilizado o sistema de projeção UTM, visto que o documento selecionado como base ser justamente a carta náutica nº 1501 - BAÍA DE GUANABARA, produzida pela Diretoria da Marinha do Brasil. Esta carta pode ser considerada suficientemente precisa, sobretudo no que diz respeito à localização da linha de costa, das ilhas, dos pontais e das lajes rochosas, sem falar nas sondagens de profundidade, pois é um documento que

objetiva a segurança da navegação. Esta carta sobrepõe levantamentos sucessivos da Marinha Brasileira, que datam desde 1961 até 2007, nesta área de notável tráfego de embarcações (desde a época do descobrimento). Outro documento cartográfico utilizado para a comparação foi à carta apresentada por AMADOR (1997) como uma reconstituição da linha de costa sudoeste da baía de Guanabara, justamente a porção do litoral que nos interessa, por ser o núcleo inicial de povoamento português no Rio de Janeiro.

Estes dois documentos foram submetidos a uma sobreposição e ajuste através da ferramenta *rubbersheet* (FIG. 1.4), como uma ferramenta de distorção gráfica da linha de costa, para justamente mostrar um marco zero e um marco atual da porção central da cidade do Rio de Janeiro.

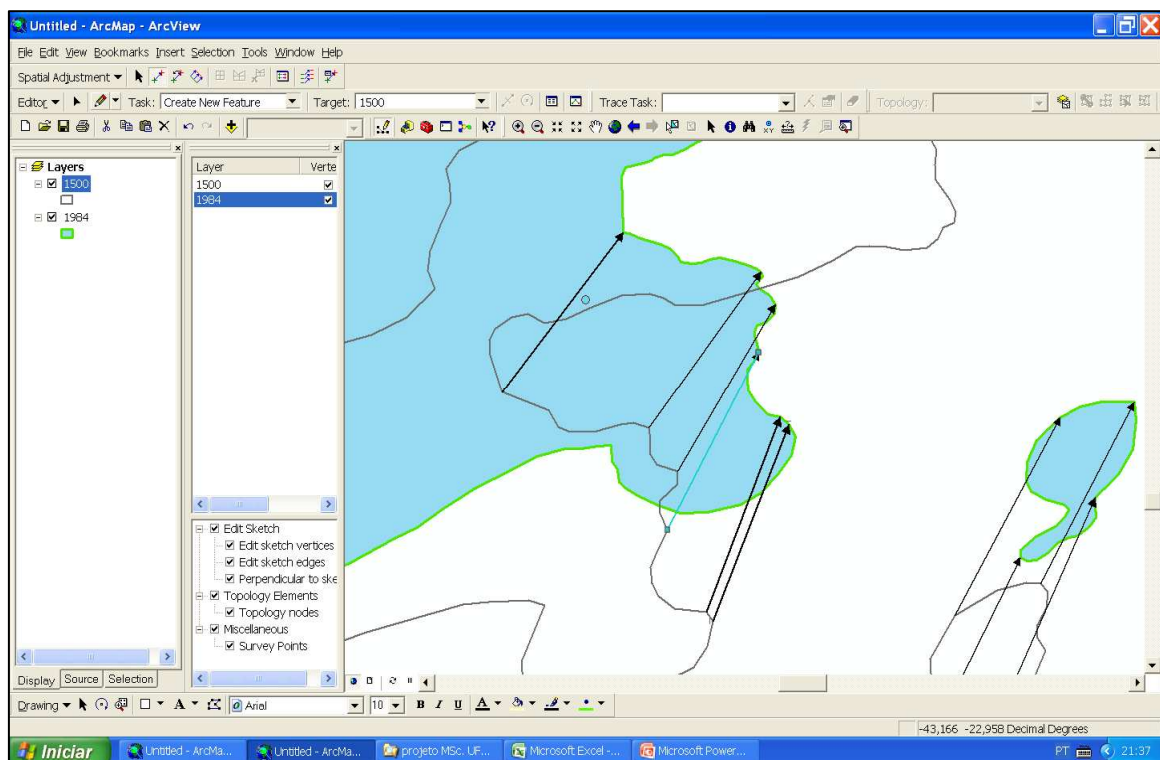


FIG. 1.4 – Detalhe da ferramenta de ajuste gráfico da linha de costa de 1961 para sobreposição com a linha de costa de 2007.

Interessante notar que, por se tratar de um ajuste basicamente gráfico, quanto maior a quantidade de vértices para a referência do ajuste melhor o resultado final. Foi então selecionado o maior número possível de feições “fixas”, dentre elas, ilhas rochosas, pontas rochosas, contato da costa com elevações rochosas. A procura de

vértices de referência limita-se às porções do território com menor probabilidade de alteração, visto que o ajuste é para uma linha de costa com diferença de 500 anos e muitas modificações naturais e artificiais neste intervalo.

#### 1.5.2.2 – ELABORAÇÃO DOS MAPAS TEMÁTICOS

Para o segundo grupo de mapas, os temáticos, não houve uma preocupação específica quanto à precisão e o ajuste gráfico. Foram selecionados alguns mapas históricos, elaborados em momentos distintos, por escolas cartográficas distintas, retratando principalmente a planta da cidade do Rio de Janeiro e destacados a linha de costa (através de linhas) e a mancha urbana representada (através de polígonos). A tarefa de digitalização/vetorização dos mapas históricos pressupõe a tarefa de georreferenciamento, e para isto, foram utilizados pontos conhecidos, visto que não existiam, em nenhum dos mapas, cruzetas indicando algum sistema de coordenadas. Então, os pontos selecionados foram aqueles referentes à linha de costa da cidade, como alguns costões rochosos (Pão de Açúcar e Cara de Cão), pontais (São Diogo e Calabouço) e ilhas (da Laje, das Cobras e etc).

Nestes mapas foram adotadas as coordenadas projetadas no sistema Universal Transverso de Mercator (UTM – Zona 23S). O erro em cada representação foi entre 40 e 60 m, considerado pequeno, visto a inegável perspectiva de distorção destes documentos históricos. Para os resultados alcançados no trabalho, essa margem de erro foi insignificante. Foram então selecionados pontos destaque nestes mapas históricos (ponta São Diogo, ponta do Calabouço, Pão de Açúcar, Ilha da Madeira, Ilha de Ratier, Ilha das Cobras), dentre estes, visto às possibilidades, foram no mínimo quatro pontos utilizados em cada mapa histórico. Mapa histórico aqui entendido conforme definição de OLIVEIRA (1983 apud ROSSATO, 2006), onde “mapa histórico” é definido “mapa com a representação do fenômeno ou acontecimentos anteriores à época da sua elaboração”. Depois de identificados e selecionados estes pontos, foram referenciados ao equivalente no mapa da linha de costa de 1500 com a Carta Náutica de 2007. Assim estes mapas puderam ser georreferenciados e vetorizados.

Tendo em vista a navegação como a principal estratégia de invasão, reconhecimento e dominação do território, muitos mapas e cartas náuticas foram

elaborados, e seguindo princípios básicos de segurança na navegação de cabotagem, a linha de costa, os pontais e as ilhas talvez sejam o referencial mais preciso e apropriado para calibração visual das imagens.

Em anexo segue mídia em cd com os mapas construídos e os utilizados como fonte para este trabalho.

## **2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E PERSPECTIVA HISTÓRICA**

### **2.1 – BREVES CONCEITUAÇÕES**

São brevemente destacados os conceitos de organização espacial, território e paisagem, como conceitos-chave, para o entendimento das alterações nas temporalidades que se expressam inevitavelmente no espaço, principalmente quando trata-se dos temas associados às mudanças na urbanização e na organização das cidades. Em seguida é resgatada uma perspectiva histórica de fundação da cidade do Rio de Janeiro.

#### **2.1.1 – ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**

Para esta análise será levada em consideração a organização espacial interna da cidade, junto com o processo de evolução de sua formação social, seguindo as categorias de análise espacial desenvolvidas por SANTOS (1985) como forma, função, estrutura e processo. Ainda para este autor, uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade.

Segundo SANTOS (1985) a forma é o aspecto visível, exterior, seja visto isoladamente, seja considerado o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. A função é a atividade desempenhada por tal objeto. A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas; e o processo, é definido como a ação que se realiza, de modo contínuo visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica e resultam das contradições internas das mesmas. O processo de transformação das formas e das funções é a estrutura em movimento.

A estrutura social existente na colônia e os processos atuantes (defesa, territorialização, expansão para o interior, vocação portuária), que definiam a organização espacial da cidade, desde a época da implantação das fortificações militares, serão considerados como matriz para a fixação das formas e das funções destas.

A fim de evidenciar a localização estratégica dos fortes e fortalezas destacados neste estudo, assim como os intuitos que levaram às suas construções, o presente estudo será norteado também pelos conceitos de território e paisagem.

### 2.1.2 - TERRITÓRIO

O conceito de território é entendido por Ratzel (apud CORRÊA, 1995) a partir da noção de espaço vital onde a expressão das necessidades territoriais de uma sociedade ou de uma instituição é função de seu desenvolvimento técnico, do total da população e da disponibilidade de recursos naturais. Assim a preservação e ampliação do espaço vital constituem-se na própria razão de ser do Estado. O espaço transforma-se, seguindo estas necessidades e através da política, em território.

Para SACK (1986) o território pode ser usado para conter ou restringir, da mesma maneira para excluir, sendo o limite territorial também o limite de contenção, restrição e exclusão. A territorialidade é o conjunto de estratégias adotadas por um indivíduo ou grupo para o controle do território.

Para SOUZA (1995), o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. É extremamente importante, conhecer o conceito de poder, neste caso o poder de dominação. Territórios existem, são construídos nas mais diversas escalas espaciais e também temporais, e ainda, podem ser permanentes ou periódicos.

Neste trabalho, o conceito de território proporciona relacionar diretamente o processo de domínio da cidade do Rio de Janeiro, através de estratégias de territorialização expressadas pelo estabelecimento de formas e funções de defesa e vigilância, promovidas pelos fortes e pelos primeiros núcleos de estabelecimento da

cidade, ao resguardar, em sítios previamente selecionados, a porta de entrada da cidade.

### 2.1.3 - PAISAGEM

Optou-se por utilizar o conceito de paisagem de SANTOS (1988) que define paisagem como sendo o conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais. Segundo este autor as formas não nascem apenas a partir das possibilidades técnicas de uma época, mas refletem as condições econômicas, políticas e culturais. Logo, a paisagem é um objeto de mudança, resultado de adições, sobreposições e subtrações sucessivas. O mosaico urbano apresenta paisagens funcionalmente distintas em razão da divisão territorial do trabalho. Cada instrumento de trabalho tem uma localização específica e obedece a lógica da produção.

*“A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos não mais atende aos fins de quando foi construída. Assim, a paisagem é uma herança de muitos momentos (...)” (SANTOS, 1988)*

## 2.2 - PERSPECTIVA HISTÓRICA: A FUNDAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO INICIAL DA CIDADE

O movimento de expansão europeu levou à formação de colônias. No que diz respeito à esfera pública da vida social, a situação das colônias mostra-se híbrida, pois ao mesmo tempo em que apresentam um aspecto de sujeição ao poder da Metrópole e homogeneização dos vínculos ideológicos com o poder central por meio da ação religiosa (como exemplo), por outro lado há uma relativa autonomia dos donatários na administração de suas terras.

Trata-se de um processo de ocupação do espaço que se mostra pontual e

pulverizado onde a fundação de vilas traduz as necessidades do impulso expansionista como prerrogativa econômica do sistema colonial. Ocupar, defender, garantir uma base segura para o comércio de importação e exportação e pontos de penetração para o interior em busca de mais riquezas e terras. Daí a caracterização de descontinuidade territorial como um dos mais relevantes aspectos da vida social na colônia. A cidade do Rio de Janeiro, porém, tem quanto a isto um aspecto singular, levemente diferenciado. Neste caso não é fundada uma vila inicialmente, mas, após um período de relativo “abandono” é fundada, estrategicamente, uma povoação com *status* de cidade desde o primeiro momento.

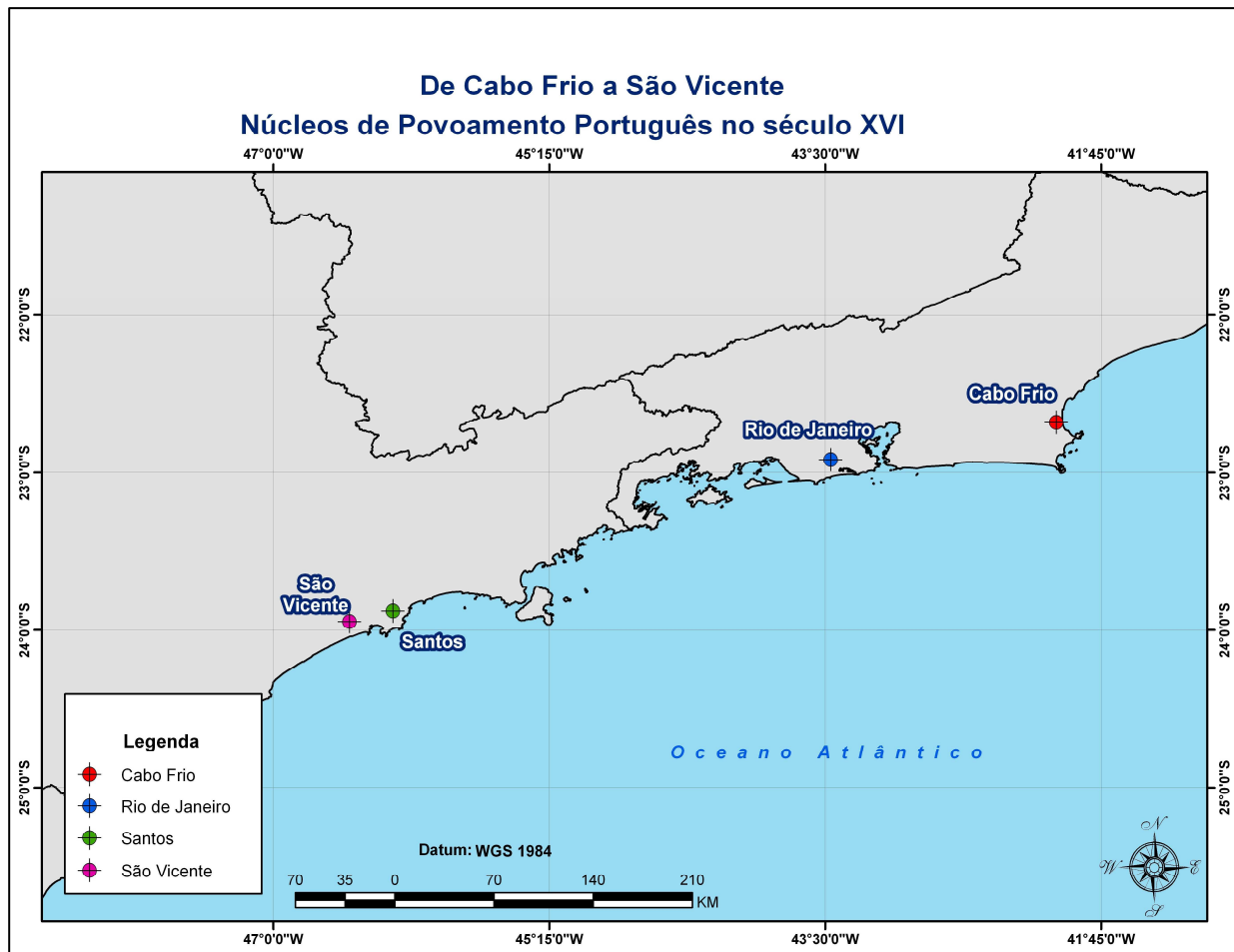
A fundação da cidade do Rio de Janeiro segue os princípios básicos da colonização portuguesa. A ameaça ao território quando das invasões francesas, juntamente com o estabelecimento do Governo Geral da Colônia em Salvador na Bahia, leva à fundação de um núcleo português na entrada da baía de Guanabara, junto ao morro Cara de Cão. Trata-se de um ponto estrategicamente escolhido que permite a vigilância e o controle da entrada da baía e permite atacar as fortificações francesas nas ilhas. Posteriormente a cidade será transferida para o interior da baía, para o morro do Castelo ou de São Januário. A história da cidade será marcada por sua posição estratégica privilegiada, por ser relativamente próxima à África e ter um excelente porto natural, bem como pelas boas condições de abastecimento de água, e pelas condições geomorfológicas na qual os morros e maciços isolados no entorno da baía facilitam a defesa e dificultam os ataques.

Apesar do reconhecimento das vantagens estratégicas da baía de Guanabara, o que se verificou de fato no início do período de colonização foi a fundação simplesmente, por Américo Vespúcio 1503, de uma feitoria de pedra em Cabo Frio; além da povoação preferencial da baía de Santos. No Mapa 01 é possível identificar a localização dessas povoações.

Segundo BERNARDES (1992), as razões para esta atitude estão no fato de que os portugueses não tinham condições de dispersar seus esforços e ao fato de que não estavam disponíveis trilhas indígenas que levassem ao planalto, o qual era foco de interesse devido à busca pelo ouro.

Esta busca pelo ouro deixou a baía de Guanabara desguarnecida, não sendo a partir deste ponto que se fixaria o domínio da metrópole. Como resultado, a região

passou a ser freqüentada por naus estrangeiras, sobretudo francesas. Em 1551 Pero de Góis e Tomé de Souza já procuravam alertar a Coroa portuguesa sobre este preocupante fato. Em 1560 Nóbrega procurava convencer a coroa a povoar e fortificar a região devido às mesmas ameaças.



Mapa 01 – Núcleos de povoamento português próximos ao Rio de Janeiro. Séc. XVI

Desta forma, o medo do domínio francês foi o grande fator que levou à fundação da cidade juntando-se a isto, a vantagem de ser um local ideal para a fortificação da região contra incursões marítimas. Assim, a fundação da cidade teria a motivação primordial e inicial à defesa do território.

Encarregado da fundação de uma cidade capaz de oferecer uma base para defesa da região, Estácio de Sá, com título de Capitão-Mor, tinha poderes e instruções para expulsar definitivamente os franceses da região. Aportou em

Salvador em 1563 à frente de uma pequena frota, tendo reforço de gente e canoas, além de provisões.

No Espírito Santo a expedição recebeu reforços do Capitão Belchior de Azevedo e do chefe Araribóia, chefe dos índios Temiminós, inimigos dos Tamoios. Em seis de fevereiro a frota ancorou fora da barra da Guanabara. Seguiram-se algumas escaramuças com franceses e aliados Tamoios. A frota decide rumar para São Vicente para reparos, e reunir reforços e suprimentos. Partem em 22 de janeiro de 1565, chegando em 1º de março e desembarcando numa estreita praia entre o morro Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão, onde se iniciou imediatamente a construção de uma paliçada (atual Fortaleza de São João) e declarando assim, fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao nome do soberano de Portugal.

Ainda com os primeiros muros sendo levantados ocorreu um assalto por mar em 6 de março por parte de três naus francesas e mais cento e trinta canoas de guerra provenientes de Cabo Frio. Após a resistência inicial, Estácio de Sá passou ao contra-ataque, repelindo as embarcações. Em julho passou a distribuir sesmarias e terras. Durante esse ano de 1565 foram concedidas 33 sesmarias, no ano seguinte foram concedidas mais 22 sesmarias.

Estácio de Sá combateu os franceses durante mais dois anos, e auxiliado por um reforço militar enviado pelo tio em 20 de janeiro de 1567, conseguiu finalmente derrotar e expulsar completamente os franceses.

A transferência do núcleo de povoamento para o interior da baía de Guanabara em 1567, no Morro do Castelo, ocorreu por motivos estratégicos. A baía de Guanabara formava junto com o Maciço da Tijuca uma fortaleza natural. Local ideal para fundação de uma colônia e instalação de fortificações militares. ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2008).

BERNARDES (1992) interpreta que não se pode entender a fundação da cidade e a posterior transferência para o Morro do Castelo sem a articulação entre a geografia física e a sociedade que buscava apropriar-se do território.

Desta forma, a ocupação do Morro do Castelo até então ignorado pelos franceses, está diretamente associada à defesa do território português no séc. XVI. A Coroa Portuguesa se sentindo ameaçada pela presença dos franceses na baía de Guanabara apressou a ocupação do território. Embora esta primeira ocupação fosse

apenas um precário acampamento militar, apesar de sua localização estratégica, pois possuía duas rotas de fuga em caso de ataque (baía e o Atlântico), o Rio de Janeiro já nasceu como cidade, não recebendo anteriormente a denominação de povoado ou vila.

A cidade cresceu orientada por seus maciços costeiros. Inicialmente as primeiras ocupações portuguesas visavam apenas o domínio e a defesa da baía de Guanabara aproveitando suas condições naturais favoráveis para instalação de fortes e fortalezas. De acordo com AMADOR (1997), a entrada da baía possui apenas 1600 metros no trecho entre a fortaleza de São João e a fortaleza de Santa Cruz, condição ideal para o fogo combinado contra invasores. Foi assim, protegida pela baía de Guanabara e pelo maciço da Tijuca que o embrião da cidade começou a se desenvolver.

De acordo com AMADOR (1997), a baía de Guanabara está inserida no trecho do litoral brasileiro denominado de Litoral das Escarpas Cristalinas, devido à presença da Serra do Mar e dos maciços costeiros. A baía de Guanabara, bem como sua bacia hidrográfica contribuinte, está localizada na zona denominada Baixada Fluminense, que corresponde a um compartimento tectônico rebaixado (depressão ou *gráben*) de idade cenozóica. Ainda de acordo com AMADOR (1997), por ter sido a baía originada do afogamento marinho de um vale fluvial, são inúmeras as enseadas e estuários, delineados por pontões. As ilhas e ilhotas, em número superior a cem, representam o topo de elevações situadas no antigo vale fluvial afogado, tendo algumas sido acrescidas com sedimentos transportados pelas correntes internas da baía.

Desta maneira, cercada por maciços, colinas, pontões e costões rochosos, com um notável estrangulamento em sua barra, além de ilhas com posições estratégicas para defesa, a baía de Guanabara apresentava um padrão espacial favorável à instalação de fortificações militares, tais como fortes e fortalezas.

Com a “boca” estreita e elevações rochosas próximas, além da existência de várias enseadas gerando propícios ancoradouros, a baía de Guanabara é considerada por muitos autores como uma fortificação natural. LESSA (2000) sintetiza esta questão:

*“A Serra do Mar – barreira atlântica do planalto central brasileiro -, avançando para o norte, criou a planície litorânea que começa mais ou menos na região do Rio e vai se alargando em direção a Campos. Seguindo este percurso, a*

*serra produziu uma quantidade de esporões – dobras projetadas para o mar – exemplificados na entrada da Baía de Guanabara e nos morros que se espalham pela região. Neles reside a possibilidade da acrópole – cidade construída em seu topo -, que, para a tecnologia militar e controle sanitário de então, era a cidade ideal. A acrópole é também aquela que se defende, que olha o horizonte, que vigia. (...) A contrapartida desse intenso processo de erosão é a existência de vastos terrenos sedimentares. O material erodido se depositou em vales quaternários recentes, formando terrenos úmidos e pantanosos. Esta foi, na visão do ocupante colonial, outra imensa vantagem militar do Rio: o morro naturalmente defendido pelo pântano”. (LESSA, 2000)*

VASCONCELOS (1997) frisa que, de um modo geral, a função defensiva predominou nas cidades litorâneas recém fundadas. Citando os exemplos de Olinda em Pernambuco, a Cidade Alta de Salvador e o Morro do Castelo no Rio de Janeiro, o autor lembra que as cidades brasileiras resistiram bravamente, e que essa resistência se deve muito à escolha de sítios defensivos, como, nestes casos, às baías protegidas por encostas rochosas.

### 2.3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO INICIAL DA CIDADE

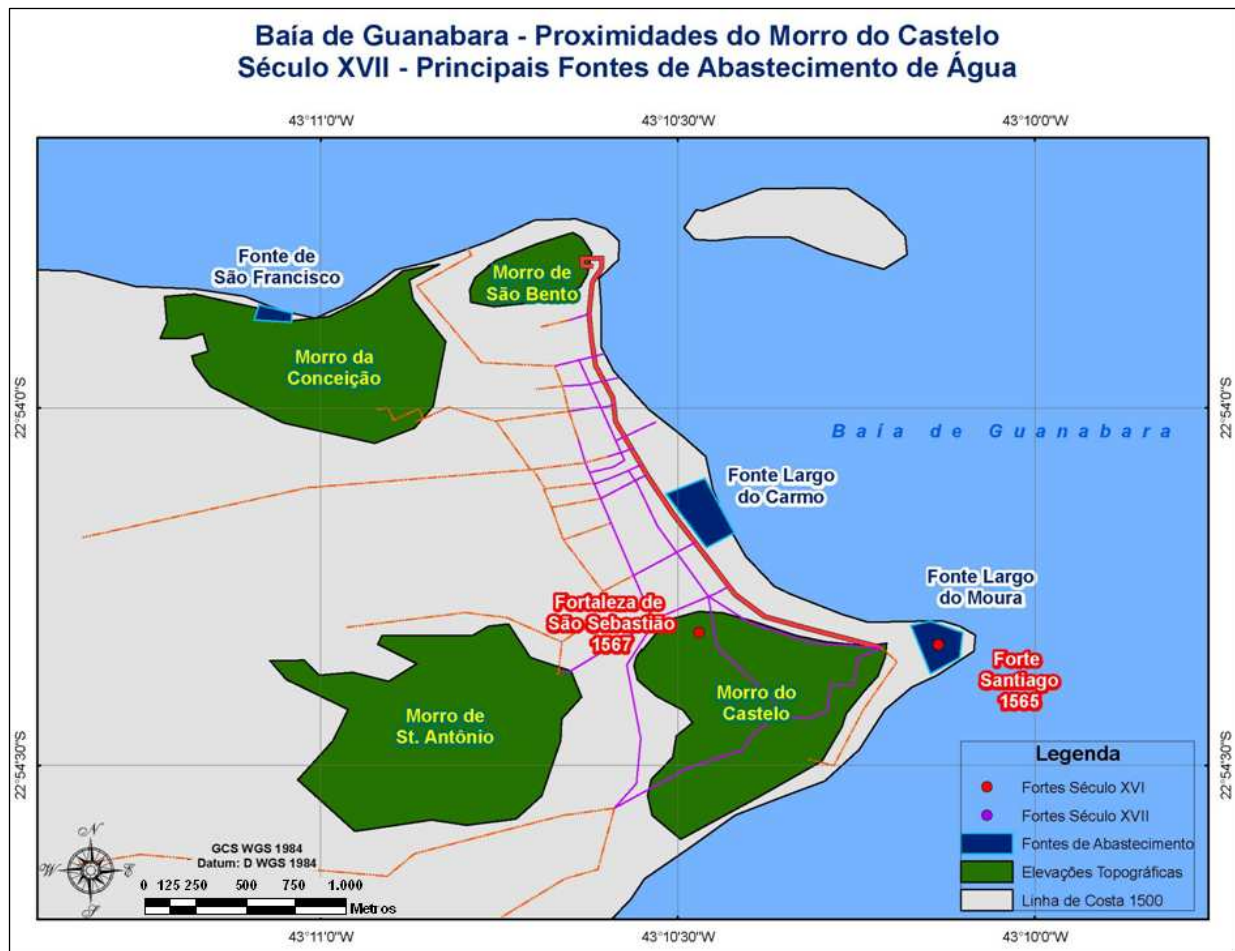
A despeito de o sítio apresentar diversas lagoas, pântanos e alagadiços, a cidade sempre enfrentou um problema crônico de abastecimento da água potável. Conseqüentemente, a questão do abastecimento de água para consumo da população e a presença destas áreas alagadas serão fatores cruciais para entendermos a ocupação inicial do território e sua posterior expansão. No Mapa 02 é possível identificar a localização das principais fontes de abastecimento de água da época. No final do século XVII a cidade de então se encontra fortificada e com rios canalizados como é o caso do rio Carioca, através do aqueduto da Carioca e futuro Arcos da Lapa.

*“O problema crônico de abastecimento deve-se à falta de água adequada para consumo e faz com que as concentrações populacionais e habitacionais ocorram preferencialmente junto aos pontos de abastecimento disponíveis tais como bicas, fontes e chafarizes.” (LESSA, 2000).*

Em termos de malha urbana, esta se mantém praticamente a mesma até o fim do século XVII, sem ultrapassar os limites do núcleo do povoamento. A ocupação do

espaço que rodeia o núcleo urbano ocorre com chácaras e, no caso dos morros, com conventos e fortificações.

Na área urbana destacam-se a fonte do largo do Carmo (atual Praça XV) que abastecia os navios, a do largo do Moura (atual Praça Marechal Âncora) que servia o cais de embarque e as casernas militares, a de São Francisco junto ao morro da Conceição e a da Prainha.



Mapa 02 – Principais fontes de abastecimento de água no início do século XVII

Porém no final do século XVIII a malha urbana se amplia em direção norte entre os morros de São Bento e da Conceição, e para nordeste em direção ao saco de São Diogo, que abrangia toda a Praça XI e a região do Mangue. Outro fator importante quanto ao modo como a cidade se desenvolveu diz respeito aos aterros. Estes representam a maneira adotada para obter terreno para a ampliação da malha urbana.

Ao descer dos morros para a planície a cidade não apenas passou a necessitar de mais espaço para se desenvolver (que tomados aos alagados e lagoas aterrados), mas passou a ser mais complexa, surgindo espaços de segregação, os quais foram eles próprios se tornando mais complexos em termos de critérios para tal segregação ao longo do tempo.

O largo da Prainha funcionava como um porto complementar ao do largo do Carmo servindo ao desembarque dos africanos. Era também na Prainha que se concentravam importantes edificações da cidade como o Presídio, a Igreja de São Francisco da Prainha (1757) e a Forca.

Assim, a ladeira João Homem (antiga ladeira da Prainha) será uma das primeiras ruas abertas no morro da Conceição. Dava acesso à fortaleza do topo do morro e à Pedra do Sal. Vêm-se então dois exemplos de espaços que passaram a ser segregados: o das instituições militares e o das atividades consideradas sujas ou degradantes, bem como o início da idéia de segregar espaços destinados a determinadas atividades. O mesmo ocorre com o Valongo, que embora concentre atividade importante (comércio de escravos) é considerado poluente ou degradante. A segregação espacial ocorre também em função da acessibilidade dos locais e da atividade que neles se desenvolvem.

Neste momento, os espaços mais segregados são os morros, vales e caminhos, como exemplo a Estrada Mata Cavalos (atual Rua do Riachuelo) que margeia os morros de Santa Teresa. E é importante observar que são os núcleos de povoamento iniciais que constituem os espaços mais segregados, especialmente aqueles que representam locais estrategicamente úteis para a defesa e controle (tanto do invasor estrangeiro como da população). De modo geral as atividades civis são consideradas mais acessíveis aos estranhos e maiores contingentes de pessoas, enquanto as religiosas e militares permanecem ocupando espaços mais resguardados, em locais de menor acesso.

Com o desenvolvimento e crescimento da cidade algumas atividades mercantis, que eram desenvolvidas em locais centrais da vida urbana como o comércio de escravos transfere-se para locais segregados, como é o caso já mencionado do Valongo, em fins do século XVIII.

Segundo DEL RIO (1991), os morros do Valongo, Saúde e Conceição, bem como toda a faixa que atualmente abrange a região que vai da Gamboa ao Santo Cristo, se associam à cultura africana.

No período colonial o espaço da cidade é mais integrado no que se refere aos propósitos de uma cidade mercantil, mas coexiste com outros espaços segregados, especialmente quanto às sobrevivências dos locais de ocupação relacionados à defesa da cidade. Estamos, assim, diante de um espaço dual. O espaço tenderá a se integrar ao longo do tempo, mas o núcleo inicial da cidade calcado na defesa do território mudará muito pouco ao longo de três séculos.

*“Correspondem às primeiras expansões no território, ou à descida do morro do Castelo, os lugares onde a integração local é mais forte, e em torno dos quais se desenrolam tanto as atividades cotidianas (abastecimento de água, moradia), quanto a sede do poder civil. Cabe destacar que o largo do Carmo, dado pela literatura como coração da cidade, atesta que, apesar da expansão do sistema tender a diluir os lugares centrais (ruptura da hierarquia), aumentando sempre sua dimensão linear, no Rio Colonial, o lugar central (praça XV/largo do Carmo), será referência até os dias de hoje, conformado por três linhas axiais mais integradas globalmente – a rua Direita, a rua do Ouvidor e a rua do Mercado.” BRAGA (2003)*

No século XIX, as alterações na forma da cidade se relacionam com o surgimento de novos tipos de espaços públicos, com papel importante nas práticas sociais. As elites passam a ter hábitos sociais diversos, abandonando a domesticidade predominante do tempo colonial e passando a exibir em lugares públicos seus costumes e hábitos, que atestam as diferenças entre classes sociais.

Os poucos largos e praças que existiam até o final do século XVIII, são ampliados e surgem novos espaços especialmente no Período da Regência (1808-12) como é o caso dos largos da Carioca, de São Francisco de Paula e da Lampadosa e Lapa. DEL RIO (1991).

Observa-se principalmente um crescimento por adensamento populacional que permanece dentro dos seus limites anteriores. A isto corresponde um adensamento habitacional e construtivo, a homogeneidade do Período Colonial vai sendo substituída por uma maior variedade de tipologia de construções que ocorrem para se adequar às novas funções das habitações (pensões, cortiços e habitações coletivas, por exemplo).

Os morros, local de implantação e surgimento da cidade, passam por um período de desocupação com o abandono das construções locais seguido pela

construção de habitações provisórias pela população mais pobre. Igualmente é um momento de proliferação de becos e ruas, de subdivisão de propriedades já existentes e construção de novas. DEL RIO (1991).

Nos morros do Castelo e Santo Antônio são instalados dois hospitais (Militar e da Misericórdia), enquanto o morro da Conceição se caracteriza por abrigar ex-escravos em habitações coletivas, imigrantes portugueses enriquecidos com o comércio e funcionários públicos.

Assim como ocorre no caso dos pântanos aterrados, outras feições naturais do terreno passam a sofrer intervenções cada vez mais acentuadas. O eixo de crescimento urbano se desloca para oeste, a criação da linha férrea (1858) que articula o escoamento de mercadorias vindas do interior e dos subúrbios para o porto, agora atrás do morro da Providência, na Gamboa, representa mais um incentivo neste sentido. Ou seja, barreiras naturais à expansão da cidade, como os morros, sofrem intervenções em geral na forma de desmontes parciais como no caso do morro de Santo Antônio. É também com o mesmo objetivo que surgem os túneis, permitindo ligação entre áreas antes isoladas, como no caso do João Ricardo no morro da Providência.

Observa-se em primeiro plano a Praça ou Largo do Castelo (FIG. 2.1), em uma vista a partir da Ladeira do Castelo (FIG. 2.2). Fazia parte da antiga Várzea durante o período colonial. A Iha das Cobras e o Mosteiro de São Bento são visíveis na foto. A via transversal que surge em segundo plano é a extinta Rua do Cotovelo.



FIG. 2.1 - Praça ou Largo do Castelo, entre o Largo da Sé Velha e a Rua do Castelo, em 1879 - Fonte: FRIDMAN (2003)



FIG. 2.2 - Rua do Castelo que começava na Ladeira do Castelo, em 1879. Fonte: FRIDMAN (2003)

Casa de Câmara e Cadeia (FIG. 2.3), construída na Ladeira da Misericórdia e apresentando-se em posição estratégica em relação ao controle do acesso ao topo da cidade. Foi transferida em 1639 para o local do atual Palácio Tiradentes. Atrás do prédio aparece parte da Ladeira do Castelo.



FIG. 2.3 - Casa de Câmara e Cadeia, s/d. Fonte: FRIDMAN (2003)

A Ladeira da Misericórdia (FIG. 2.4) foi a primeira via calçada do Rio de Janeiro (1617). Dava acesso ao Morro do Castelo passando pela Igreja de Santo Inácio e

pelo prédio do Colégio. Neste prédio esteve instalado o Hospital Militar da Corte e a Faculdade de Medicina.



FIG. 2.4 - Ladeira da Misericórdia s/d  
Fonte: FRIDMAN (2003)

## 2. 4 - AS EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

De acordo com FRIDMAN (2003), algumas características referentes às atividades religiosas na cidade do Rio de Janeiro são de grande importância para o ordenamento urbano, e vale a pena mencioná-las ainda que não se trate do tema principal deste trabalho. Para FRIDMAN (2003):

*“O desenho urbano, quando analisado em sua gênese, reflete os processos de acumulação e de parcelamento dos patrimônios territoriais verificados ao longo do tempo. Neste contexto, ordens religiosas e irmandades, através de seus patrimônios imobiliários e fundiários desempenharam, de uma forma geral e no caso específico do Rio de Janeiro, importante papel no processo de conformação do chão da cidade, desde sua fundação (1565) até a promulgação da Lei de Terras do Brasil (1850)”. (FRIDMAN, 2003)*

A igreja no Brasil contava com a presença não apenas de diversas ordens religiosas, mas também de confrarias, irmandades e ordens terceiras. Estas últimas, na verdade, representavam uma sobrevivência medieval que então, cumpria o papel de corporação de ofício, sendo também ligada à ajuda mútua prestada entre si pela comunidade leiga e as ações de beneficência social. Em concordância com isto, tanto as ordens religiosas como as ordens de leigos encarregavam-se de diversas atividades essenciais da comunidade urbana, tais como educação, saúde, fornecimento de água e diversos tipos de suprimentos produzidos em suas terras, acolhimento de loucos e desvalidos, ajuda às viúvas e hospedagem de romeiros.

Ainda de acordo com FRIDMAN (2003), para a manutenção destas atividades, as ordens acumulavam bens e propriedades que variavam de acordo com seu prestígio, podendo incluir engenhos e fazendas, olarias e hortas, estaleiros e prédios urbanos. Com isto, a partir dos séculos XVI e XVII, os direitos da Coroa eram confundidos com os da Igreja.

Os jesuítas eram financiados pela Coroa enquanto as demais ordens dependiam de sua fábrica e auxílios para compras de hóstias, vinho e combustível para lamparinas de missas. Esta superposição entre Estado e Igreja levou ao surgimento de formas específicas para a cidade brasileiras.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (publicadas em 1719) davam conta de amplos aspectos da vida religiosa e mundana brasileira. Segundo este documento, recomendava-se que as construções sagradas estivessem em uma localização decente, livre de umidade e em sítios altos. Deveriam também se instalar em locais onde pudessem passar as procissões.

A importância das igrejas e paróquias diminuiu na vida pública no século XIX. Aparecem igrejas novas cuja localização não obedece a critérios definidos como no passado, ou seja, relacionado à prática de vizinhança e irmandades e não ao território em geral.

### 3 FORTIFICAÇÕES e DEFESA NO RIO DE JANEIRO

#### 3. 1 - IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DAS FORTIFICAÇÕES MILITARES

A transferência da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro foi um dos principais fatores que desencadearam a construção de vários dos fortes que ocupavam posição estratégica, principalmente, na Baía da Guanabara FERREZ (1963). Outra explicação para proteção conferida à baía consta da chegada da família real ao Rio de Janeiro, como um dos marcos para a construção das fortificações que se fazem presentes no litoral do estado. Porém fortificações já eram construídas desde o século, XVI visando a proteção da barra da baía.

O fato é que, por todos os motivos, os fortes foram projetados em localização estratégica, proporcionando proteção à baía e à cidade. Desta forma, cabe destacar que a disposição da maioria deles encontra-se bem na entrada da Baía de Guanabara. A localização dos fortes propiciava a segurança da cidade e da população.

Algumas conceituações são, de antemão, necessárias. Segundo BARRETO (1958), “fortificação” é a denominação genérica de obras de defesa militar, que podem ser de campanha, destinada a satisfazer as necessidades táticas no decorrer de uma campanha ou permanentes, destinadas a satisfazer as necessidades estratégicas, tendo em vista as futuras operações ofensivas, ou de defesa de um país contra as invasões inimigas.

A tipologia das fortificações está associada ao número de obras de defesa, ao local, à natureza dos armamentos e área ocupada, e podem ser classificadas em:

- Praça ou Forte de Guerra;
- Fortaleza;
- Forte;
- Fortim;
- Reduto;
- Redente;
- Bateria;

- Hornaveque;
- Castelo;
- Casa Forte;
- Porta.

É denominada de Praça ou Forte de Guerra, uma fortaleza de grande extensão ou uma cidade fortificada, defendida por diversas obras de fortificação. Como Fortaleza, entende-se uma fortificação cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes. Forte, é a fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas na mesma obra. Um forte pequeno denomina-se Fortim. Por Reduto entende-se um pequeno forte isolado no exterior ou no interior de uma fortaleza. Redente é uma obra de fortificação em forma de ângulo saliente. Bateria é uma obra de fortificação menor que um reduto e, em princípio isolado e armado apenas com canhões. Hornaveque é uma obra de fortificação avançada, composta de dois meios baluartes, interligados por uma cortina. Castelo é a denominação dada a uma residência senhorial ou real fortificada, sua forma em princípio compreende uma muralha com torres, fosso com água, ponte elevadiça e etc. Uma Casa Forte é uma habitação transformada por obras de fortificação em um pequeno reduto. Por último, Porta, significa um posto de vigilância com a finalidade militar e comercial, instalado na entrada das principais cidades e protegidas por um fosso. BARRETO (1958).

A arte de fortificar sempre existiu lado a lado com a necessidade humana de se proteger coletivamente e às suas propriedades e territórios.

*“A arte de fortificar buscou solucionar o sistema de defesa em razão das modificações impostas pela evolução dos artefatos de artilharia, que passaram a ser um dos pontos básicos da organização dos exércitos”.* (BARRETO, 1958).

Por sua vez as obras de defesa costeira visavam à proteção contra as invasões vindas do mar e tendiam a se concentrar nos locais onde se percebia maior facilidade de acesso pelos atacantes. No caso de portos, também se esperava que este sistema fosse de utilidade para impedir a destruição destas vitais instalações.

Em suas empresas colonialistas, Portugal contava sempre com engenheiros em suas expedições para cuidar das fortificações e defesa necessárias nas novas terras encontradas. Eram os *mestres-engenheiros*, *mestres de risco* ou *mestres de*

*engenho* que tinham a incumbência de edificar não apenas as fortificações, mas também as igrejas e os palácios.

No Brasil as primeiras fortificações foram de caráter defensivo para a salvaguarda do território contra piratas e corsários que predavam a costa. Surgiram praças-forte e feitorias para proteger e apoiar a extração do pau-brasil. Já os primeiros donatários de terras construíram entrincheiramentos, paliçadas, redutos e fortins para defesa contra estrangeiros e também contra os índios locais.

O Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza trouxe as Instruções do Regimento de 1548 para a construção das defesas adequadas – complementadas mais tarde pelo Regimento de 1570 – no sentido de quem quisesse fundar um engenho era obrigado a prover a proteção adequada. No século XVI, por exemplo, havia pelo menos 40 casas-fortes na Bahia e 60 em Pernambuco. BARRETO (1958).

### 3. 2 – FORTIFICAÇÕES E POVOAMENTOS

Pesquisando a história da colonização e da luta pela posse da baía da Guanabara, lugar estratégico para os que ambicionavam a conquista do território, encontra-se os fortes como ponto de partida de várias ações e expedições lançadas sobre a colônia.

A cidade de Rio de Janeiro possui uma situação geográfica favorável no que se refere ao papel de um “forte natural”. O início das construções de alguns Fortes, remonta ao século XVI. Como exemplo, a Fortaleza de São João, erguida por Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, porém que somente entrou em serviço em 1618 e, a Fortaleza de Santa Cruz, construída em 1555 por Villegaignon, para a defesa da entrada da Baía de Guanabara (tomada por Mem de Sá doze anos mais tarde). Porém, a transferência da capital do Brasil para a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1763, provocou a necessidade de serem reforçadas as defesas da baía da Guanabara, através das Fortificações de Artilharia, a fim de impedir a perda de poder e soberania portuguesa. FRAGOSO (1965)

Em 1598 a frota holandesa de *Oliver van Noort* forçou a barra da baía de Guanabara, na Capitania do Rio de Janeiro, dando-se uma escaramuça com o

propósito de obter reabastecimento. A negativa por parte da colônia parece demonstrar que havia um medo constante de invasões estrangeiras.

Os atores em combate se diversificaram entre índios Tamoios, Holandeses, Franceses, Ingleses, corsários e piratas, navios estrangeiros e, até mesmo, contra outros fortes. No início, as fortalezas eram obras quase que rudimentares construídas à base de madeira e paliçada. Era uma época onde o armamento usado era primitivo, de pequeno alcance e sem precisão. Ao longo dos séculos XVII e XVIII o território português precisou defender-se melhor das ameaças estrangeiras.

Há mais de um século que tais fortes e fortalezas deixaram de apontar para o “inimigo” (os invasores da Baía de Guanabara de diferentes bandeiras). Esses fixos foram construídos justamente para impedir a entrada desses invasores. Essas construções, colocadas em pontos estratégicos da embocadura da Baía de Guanabara, fizeram parte e atuaram no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, além de servirem de apoio na luta pela posse desse lugar estratégico, para os que ambicionavam a conquista do território da Baía da Guanabara. DPHCEX (2007). Localizavam-se, como citado anteriormente, em pontos estrategicamente escolhidos para facilitar as ações de defesa.

Conforme já citado, ainda no século XVI, há a transferência para interior da baía, no Morro do Castelo. Logo no primeiro ano de ocupação, o Morro perdia a sua espessa cobertura vegetal, AMADOR (1997), e ganhava suas primeiras construções: o Forte de São Januário rebatizado mais tarde de São Sebastião. Localizado na parte posterior da colina e feito como as demais edificações, de pedra e óleo de baleia, as paredes internas chegavam a ter um metro de espessura e sua aparência era a de um castelo. Foram construídos fossos, muros e baluartes (muralhas), a igreja e o colégio dos jesuítas, armazéns, casas para os primeiros moradores, a Casa da Câmara, a Cadeia e a Igreja de São Sebastião, o primeiro templo religioso do Rio, que se assemelhava a uma fortaleza.

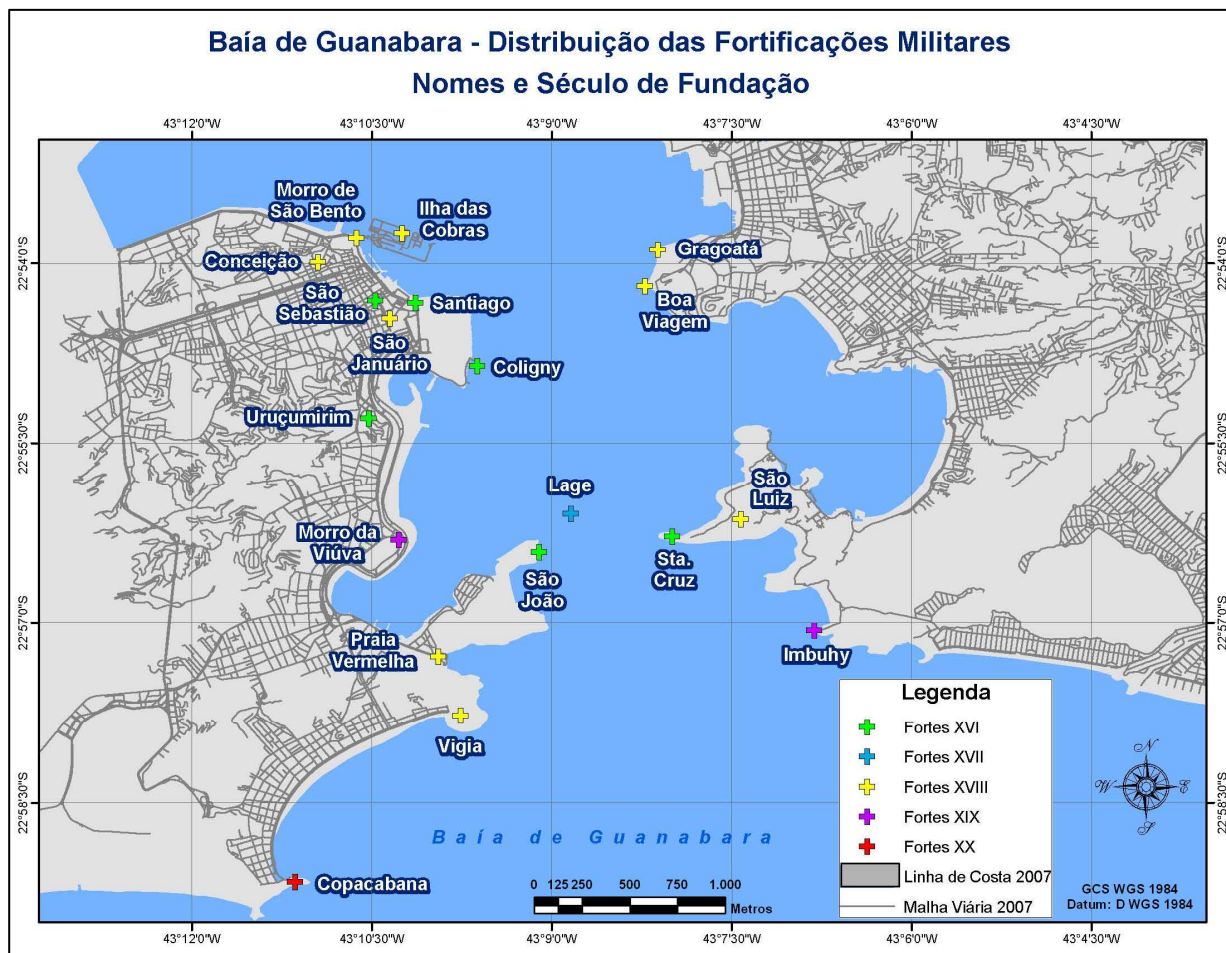
Para a defesa, foi construído um conjunto de três fortes: o Baluarte da Sé e a Fortaleza de São Sebastião, localizados no morro, e a Bateria de Santiago, na ponta da Piaçava. Essa apontava para o mar, dividindo as praias de Santa Luzia e da Piaçava. Sobre as precárias construções erguidas na Colina. Diante das inúmeras elevações que circundavam a Baía de Guanabara, vale a pena responder a um questionamento - por que o Castelo foi o morro escolhido, já que existiam outras

opções (Glória, São Bento, Pasmado e Viúva). Segundo BERNARDES (1992), atendendo a função escolhida, o Morro do Castelo era o que apresentava as melhores condições, topografia quase plana do topo, ampla vista da entrada da baía de Guanabara.

A partir do século XVIII e principalmente no XIX, há um rápido crescimento da cidade. Em 1763 a cidade transforma-se na sede do Governo Geral, em substituição a Salvador. Em 1808, com a chegada da família real, o Rio torna-se a sede do governo português. Observa-se que o processo de refuncionalização pelos quais alguns fixos sociais atravessaram, tornando-se centros culturais, geraram diferenças na organização espacial da cidade, em razão de novas funções serem atribuídas às formas pretéritas, verdadeiras rugosidades. Estas “não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças sócio-territoriais ou sócio-geográficas”. SANTOS (2002).

### 3.3 - ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS FORTIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO

No mapa 03, é possível identificar a localização das fortificações utilizadas para este estudo. Foram utilizados ao todo 19 fortes.



Mapa 03 – Distribuição das Fortificações da Cidade do Rio de Janeiro com os respectivos séculos de instalação.

### 3. 3.1 - FORTALEZA DE SANTA CRUZ

A construção foi anterior a fundação da cidade do Rio de Janeiro, planejada para a defesa da “França Antártica”. Teve sua origem na fortificação rudimentar constituída de dois canhões sobre um rochedo na entrada da baía da Guanabara, feita por Nicolas Durant de Villegaignon, em 1555.

Em 1567, a fortaleza foi tomada por Mem de Sá e tornou-se um ponto de defesa estratégico e principal da Baía de Guanabara. Neste período, a fortaleza passou a se chamar Nossa Senhora a Guia. Em 1599, registrou-se o primeiro ataque de piratas holandeses ao forte. BARRETO (1958).

A denominação de fortaleza de Santa Cruz foi dada em 1632, em que, na ocasião, uma grande reforma na construção foi realizada. Na FIG. 3.1, Albernaz representa a Fortaleza de Santa Cruz em 1631.

Dentre os inúmeros combates que a Fortaleza de Santa Cruz participou, cabe destacar que a maioria obteve sucesso na proteção da Baía de Guanabara. Contudo, o registro de derrota ocorreu quando franceses liderados por René Du Guay Trouin invadiram a cidade em 1711.

Na Regência, seguindo a diretriz de desarmamento geral das fortalezas, Santa Cruz teve seu efetivo reduzido à metade. Com a eclosão da Questão Christie, iniciou-se em 1863 a construção de novas casamatas.

Esta Fortaleza representa três períodos de arquitetura militar. O primeiro com vestígios do século XVI, quando foram construídas as grossas muralhas primitivas, a câmara de torturas e a capela de Santa Bárbara, hoje reconstruída, conservada a imagem original. A segunda data do século XVIII, em cujos remanescentes se incluem as guaritas, a cisterna, inaugurada em 1738, e as prisões. A terceira, do século XIX, é representada pelos paióis e as casas, de primoroso trabalho de cantaria em granito, os largos pátios, muralhas e canhões.

Outros marcos importantes envolvendo a fortaleza podem ser destacados, tais como, a Revolta Armada, em 1893, em que o governo requisitou a mesma para a repressão a navios e outros fortes que se rebelaram contra o Estado.

Na "Revolta Tenentista", em 1922, foi incluído no embate contra o Forte de Copacabana e navios provindos de guerrilheiros de Minas Gerais e São Paulo. O último combate que envolveu o forte ocorreu em 1955, quando foi atirado contra o cruzador Tamandaré. BARRETO (1958).

A fortaleza funcionou como local de detenção para presos políticos, sendo que, deteve diversas figuras da história do país. Dentre elas, cabe destacar peças-chaves da inconfidência mineira, como Tiradentes e da Revolução Farroupilha. Outros nomes importantes foram: Capitão Juarez Távora e o Brigadeiro Eduardo Gomes, enfatizando também, Euclides da Cunha, José Bonifácio, Giuseppe Garibaldi e Plínio Salgado. O tombamento da fortificação, como Patrimônio Histórico, ocorreu em 1939, através de uma celebração solene. GARRIDO (1940).



FIG. 3.1 - Detalhe de mapa de João Teixeira Albernaz, 1631, mostrando a Fortaleza de Santa Cruz - MAPOTECA DO ITAMARATY (2008)

### 3. 3.2 - FORTALEZA DE SÃO JOÃO

A Fortaleza de São João, representada na FIG. 3.2, é uma edificação que data o ano de 1565, construída por Estácio de Sá. Historicamente teve início a partir do Reduto de São Martinho feito com taipa de pilão, telhas trazidas de São Vicente e madeira em cerca de 1565. Posteriormente, este reduto foi reforçado durante o governo de Salvador Correia de Sá (1568-1572) com a adição da Bateria ou Reduto de São Teodósio (1572). Em 1578 foi adicionado o Reduto de São José, e em 1618 com o Reduto de São Diogo. Desde então o conjunto entrou em funcionamento com o nome de Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro, que cruza fogos com a fortaleza de Santa Cruz da Barra e com o Forte da Laje.

No período colonial, foi considerado um dos principais pontos de defesa do Rio de Janeiro. Em 1618, a Fortaleza de São João sofreu amplas reformas, atuando, a partir deste ano, como peça chave para defesa do território. BARRETO (1958).

No período do Império, em 1831, um decreto determinou a redução de seu armamento restando apenas sete peças de artilharia na bateria mais baixa que, porém, não contava com pessoal para manejá-las.

Durante o período da Regência no Brasil o forte foi desarmado. Contudo, após o acordo com a Inglaterra, em 1872, recebeu novo armamento e reformas. Para tanto, três baterias e 35 novos canhões foram incorporados à fortificação. A fortaleza recebeu munições até 1991, quando, a partir deste ano, passou a ser local de treinamento para o exército. A Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro, mais conhecida como Fortaleza de São João ou Forte de São João, fica localizada no lado ocidental da barra da baía de Guanabara, onde é atualmente o bairro da Urca. BARROSO (2000).



FIG. 3.2 - Fortaleza de São João - BIBLIOTECA NACIONAL (2008)

### 3. 3.3 - FORTALEZA DA LAJE

A Fortaleza da Laje, representada na FIG. 3.3, foi construída em uma ilhota na Baía de Guanabara, medindo aproximadamente 600 m<sup>2</sup>, com aparência semelhante a uma tartaruga. Em 1555, os franceses ocuparam o forte, o que representou a invasão da França no Rio de Janeiro. Estes invasores a denominavam Ilha *Ratier* e nesta ilha foi inicialmente levantada uma Bateria, homônima. CORREA (1940).

Recebeu presos políticos importantes, tais como: Olavo Bilac e José Bonifácio de Andrade e Silva. Entre os séculos XVI e XVII auxiliou na luta contra países invasores, juntamente com os fortes de Santa Cruz e São João.

Na época da Dinastia Filipina, em Portugal, o Governador da Capitania Real do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá (1577-1599) tentou erigir uma fortificação na Ilha da Laje em 1584. Este plano não chegou a ser implementado por conselho do engenheiro espanhol no Brasil e acabou por reforçar as fortificações de Nossa Senhora da Guia (atual Fortaleza de Santa Cruz da Barra) e da Fortaleza de São João. A julgar pelas representações da fortificação, aparentemente sua construção levou bastante tempo para ser completada. CORREA (1940).

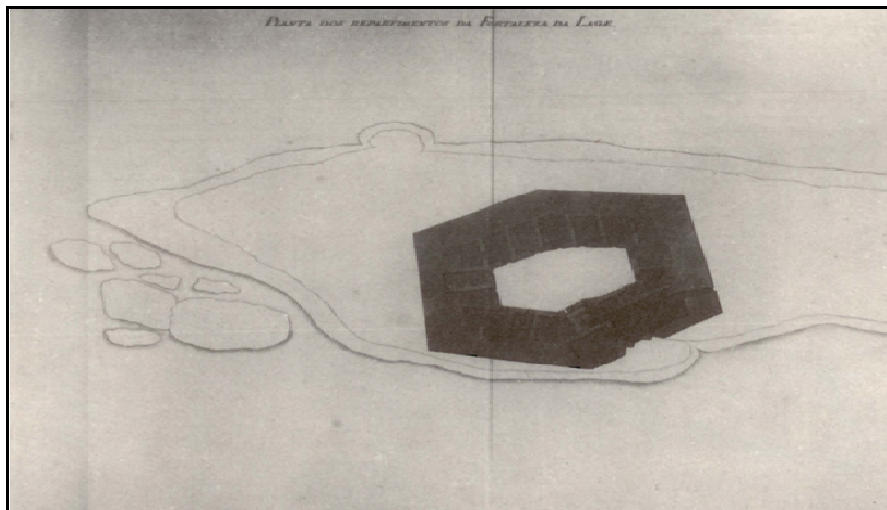


FIG. 3.3 - Planta dos repartimentos da Fortaleza da Laje, 1781. - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (2008)

Em 1953 foi batizado com o nome de Almirante de Tamandaré. Já em 1997, o forte foi desativado.

### 3. 3.4 — FORTALEZA DA CONCEIÇÃO

Em 1715, ocorreu a construção da Fortaleza da Conceição, atualmente, localizada no centro urbano do Rio de Janeiro.

A obra demorou a ser concretizada. Inicialmente, entre o Morro da Conceição ao Morro do Castelo, o projeto constava uma muralha, repleta de canhões, que formariam a defesa da cidade. No governo de Pereira Passos, uma reforma com a projeção da Rua da Vala, impediu a concretização do projeto original da Fortaleza. CAMPOS (1940). Na FIG. 3.4 é possível observar a planta da Fortaleza da Conceição.

Em 1726, a obra foi interrompida. Em 1730, o projeto foi alterado pelo padre e geógrafo Diogo Soares, sendo a fortaleza construída no Morro da Conceição. depósito de munição foi construído em 1765, com função de armazenar armas. Durante o período da Inconfidência Mineira, na capela ocorreu à detenção de componentes acusados do movimento. AMORIM (1916).

O Serviço Geográfico Militar se instalou no local, no início do século XX, e em meados dos anos 70, o Centro de Operações Cartográficas começou a ocupar as suas instalações. Atualmente, o Serviço Geográfico do Exército, ali localizado, mantém o funcionamento da biblioteca histórica na Fortaleza da Conceição.

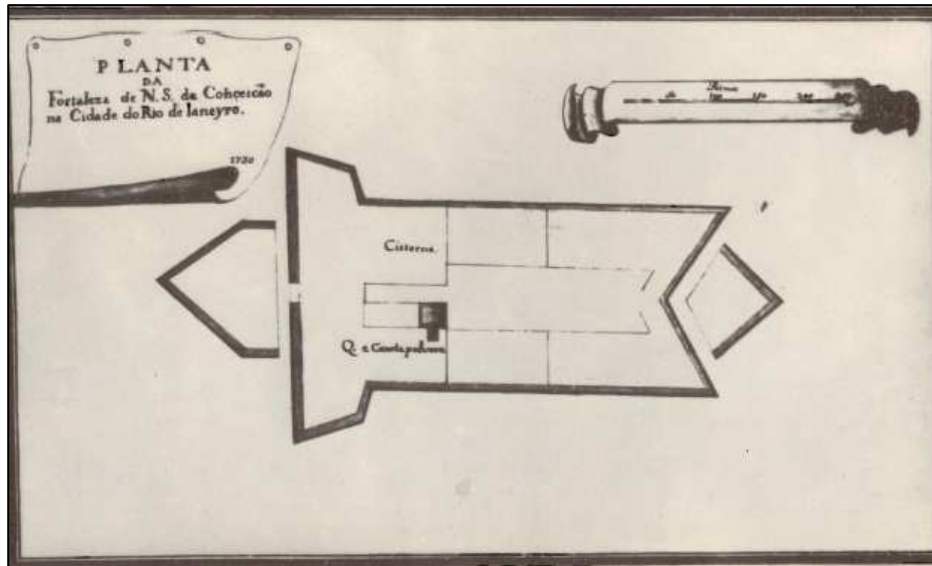


FIG. 3.4 – Planta da Fortaleza de N. S. da Conceição, 1730 - FERREZ (1972)

### 3. 3.5 — FORTE DE IMBUHY

Próximo ao forte de Santa Cruz localiza-se o Forte de Imbuhy. Trata-se de uma fortificação mais recente, visto que, sua construção ocorreu em 1863. O Forte de Imbuhy, assim como os demais, foi planejado como estratégia para proteção da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, foi projetado a partir de um acordo firmado entre Inglaterra e Brasil, conhecido como "*Questão Christie*". O forte foi projetado com o nome de Pedro II e, mais tarde, foi chamado de Imbuhy. CAMPOS (1940).

Possuía material bélico moderno e foi inaugurado em 1901. Entrou em prontidão em 1907 por causa da Revolta João Cândido – a Revolta dos Marinheiros. A construção ocorreu de forma lenta, sendo que, o armamento e os canhões foram inaugurados apenas 36 anos depois. Foi desativado em 1946 e extinto em 1964. CORRÊA (1940).

### 3. 3.6 — FORTE DUQUE DE CAXIAS

A importância da localização geográfica da praia do Leme para a defesa do litoral carioca foi decisiva para a construção do Forte Duque de Caxias (então Forte

do Vigia, posteriormente Forte do Leme) na Ponta do Vigia, quando a cidade estava limitada pelos Morros do Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. O imponente portão de pedra na entrada do forte construído entre 1776 e 1779, ainda existe na Ladeira do Leme. No período colonial o forte ainda não possuía artilharia, mas ficou famoso, pois era guarnecido pela Companhia dos Dragões de Minas. DPHCEX (2007).

O Forte só veio a receber armas em 1823, pois se temia um ataque da esquadra portuguesa após a independência do Brasil. Dos cinco canhões recebidos na época, três ainda estão na praça fronteira à fortificação.

Durante a Regência Trina (1831) foi desartilhado e voltou a defender a costa em 1863, assim como os outros fortes, na Questão Christie, mas logo depois foi abandonado e da construção original restou apenas o portão. A reconstrução foi idealizada em 1895, mas só no governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1913, a instalação militar foi reconstruída, com o nome de Forte do Leme. DPHCEX (2007).

Foi projetado como forma de conter as invasões, que tentavam se infiltrar através do Morro da Babilônia. CAMPOS (1940). Em 1965, começou a funcionar no local o Centro de Estudos de Pessoal do Exército, onde se localiza até hoje.

### 3. 3.7 — FORTE DE COPACABANA

Trata-se da fortificação mais recente na cidade do Rio de Janeiro, já que foi construído em 1914, em uma área total de 114.169 m<sup>2</sup>. Composto de instalações e equipamentos bélicos modernos para a época foi considerada a praça de guerra mais moderna da época, na América do Sul. BARRETO (1958).

O Marechal Hermes da Fonseca o inaugurou, com canhões "*Krupp*" alemães, que podiam alcançar alvos em distancia de até 23 km. As paredes da construção chegam a 12 metros de espessura.

No Movimento dos 18 do Forte, em 1922, alguns tenentes rebelaram-se contra o governo e tomaram o forte de Copacabana. Em 1987 foi inaugurado o Museu

histórico do Exército no local, sendo considerado, atualmente, ponto turístico importante na cidade do Rio de Janeiro. COSTA (1965).

### 3. 3.8 – FORTE COLIGNY

O Forte Coligny localizava-se na Ilha de Sergipe (atual Ilha de Villegaignon), no interior da baía da Guanabara. Constituiu o núcleo do estabelecimento colonial francês de Villegaignon (1510-1571), tendo sido batizado em homenagem a Gaspard de Coligny. A FIG. 3.5 representa a Ilha de Sergipe no século XVI.

O forte foi construído com mão-de-obra indígena (cerca de quarenta escravos adquiridos aos Tupinambás) e dos colonos.

A excelência estratégica do local determinou que, posteriormente, ali fosse erguida uma estrutura defensiva pelos portugueses, a Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegaignon. DPHCEX (2007).

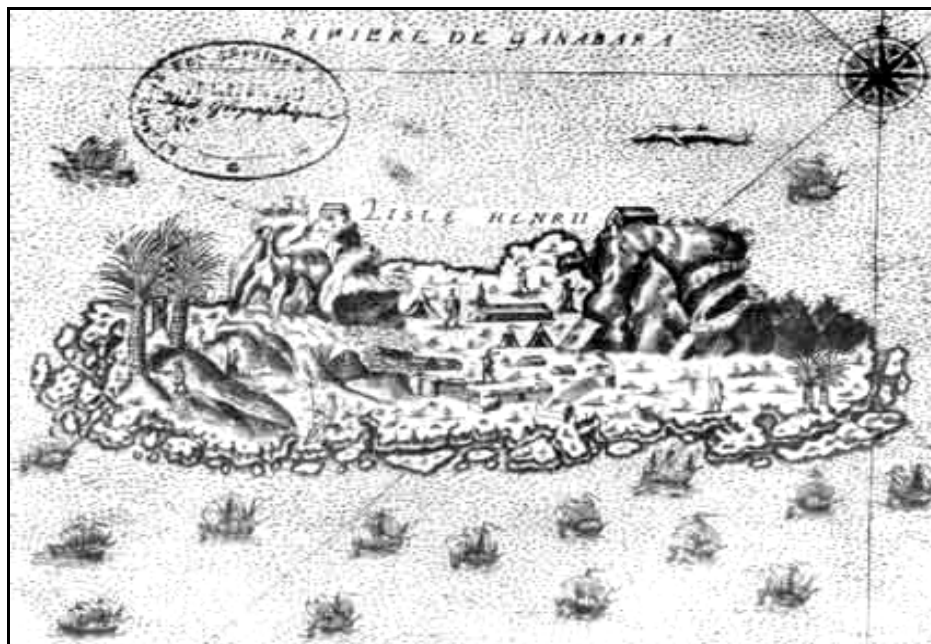


FIG. 3.5 - Rivière de Guanabara – Ise Henri II - BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (2008)

### 3. 3.9 – ENTRINCHEIRAMENTO DE URUÇUMIRIM/ PARANAPUCUÍ

O Entrincheiramento de Uruçumirim localizava-se no interior da baía de Guanabara, aproximadamente entre a foz do rio Carioca e onde hoje se localiza o Outeiro da Glória, que pode ser observado na FIG. 3.6. DPHCEX (2007).

No contexto da tentativa francesa de se estabelecer em terras brasileiras, na baía de Guanabara (França Antártica) em novembro 1555, os colonos franceses abrigaram-se na Iha de Sergipe e neste local construíram uma fortificação denominada de Forte Coligny. A reação, comandada por Mem de Sá, os derrotou em março de 1560, e os sobreviventes, por volta de vinte pessoas, procuraram abrigo nas matas entre os indígenas aliados seus. A presença francesa somente foi completamente erradicada quando com a devastação dos aldeamentos fortificados de Uruçumirim (na praia da Carioca) e Paranapuá (atual Ilha do Governador), em fins de janeiro de 1567.

Uruçumirim, considerado um entrincheiramento, era de fato um importante aldeamento dos Tupinambás, defendido ao modo indígena, cercado de forte paliçada. BARRETO (1958) o chama de Bateria, erguida no outeiro da Glória entre 1555-1567, sendo sua conquista pelos portugueses em 1567. É, portanto, no processo de expulsão dos franceses de Villegagnon que surge a fortificação de Uruçumirim e da ilha de Paranapuá.

*“No dia 1º de março, na várzea que se estendia entre o Morro Cara de Cão e o maciço do Pão de Açúcar, Estácio de Sá lançou os fundamentos de uma cidade. E com o principal objetivo, o de tomar posse da terra e, conseqüentemente, defende-la do assalto do inimigo, instalando no continente, em Uruçumirim, os trabalhos de construção de abrigos e das fortificações iniciaram-se no mesmo dia (...)”* (FRAGOSO, 1965).



FIG. 3.6 - Outeiro da Glória - BIBLIOTECA NACIONAL (2008)

### 3. 4 - AS INVASÕES FRANCESAS AO RIO DE JANEIRO

A idéia de criar no Rio de Janeiro uma colônia francesa, apoiada por Henrique II, rei da França (1547 – 1559) foi de Nicolas Durand de Villegaignon, que desembarcou em novembro de 1555. De fato os franceses conseguiram permanecer estabelecidos no Rio durante quatro anos e três meses.

#### 3. 4.1 - VILLEGaignON E A FRANÇA ANTÁRTICA

Nicolas Durant de Villegaignon, cavaleiro de Malta, Diplomata e Vice-almirante da Bretanha notabilizou-se pela fundação de um estabelecimento colonial francês na costa do Brasil, conhecido como França Antártica. Esta colônia existiu no Rio de Janeiro de 1555 a 1567.

Villegaignon já estivera secretamente na costa do Brasil, no verão de 1554, na região de Cabo Frio, onde obteve informações com índios Tamoios a respeito dos hábitos portugueses na região e assim podendo preparar-se para o projeto de estabelecimento de uma colônia. O local escolhido ficava cerca de duzentos quilômetros ao Sul, ou seja, na baía de Guanabara, que era por sua vez evitada pelos portugueses devido à agressividade dos índios da região. DPHCEX (2007).

O projeto francês previa transformá-la em uma base militar e naval, de onde a coroa Francesa poderia tentar o controle do comércio com as Índias.

No final de 1554, a coroa francesa ordenou a seu principal ministro, Gaspar de Coligny, a preparação de uma expedição sigilosa ao Brasil, cujo comando entregou a Villegaignon. Com recursos modestos, mas bem informado sobre a região, tripulou seus navios com prisioneiros franceses a quem foi prometida a liberdade por se juntarem à expedição. Para assegurar o sigilo da expedição anunciou-se que se dirigia à costa da Guiné. FRAGOSO (1965).

A expedição zarpou de Dieppe em 14 de agosto de 1555, com duas naus e uma naveta de mantimentos, reunindo 600 pessoas.

A expedição foi repelida nas Ilhas Canárias, e alcançou à costa brasileira na altura de Búzios, a 31 de outubro. Chegou à baía de Guanabara em 10 de novembro de 1555, após tomar posse da ilha de Sergipe, conforme FIG. 3.7, a qual foi escolhida como local de estabelecimento da principal defesa da França Antártica. Com ajuda de mão-de-obra indígena uma fortificação pode ser construída em três meses. O Forte Coligny tinha cinco baterias apontadas para o mar. FRAGOSO (1965).

A etapa seguinte foi a fundação de uma colônia em terra firme, na atual praia do Flamengo, entre a foz do rio Carioca e o Outeiro da Glória, o que se iniciou em meados de 1556. Recebeu o nome de Henriville, e foi erguida com tijolos fabricados na olaria assinalada nas ilustrações de época como *briqueterie*. As casas foram destruídas pelo assalto português de 1560.

Embora a colônia tenha apresentado um bom desenvolvimento inicial, as rígidas normas disciplinares acabaram por fomentar revoltas entre os colonos. Em 1558 Villegaignon retornou a França para se justificar diante de queixas de colonos diante da coroa Francesa. FRAGOSO (1965).

Foi o momento da reação portuguesa, que armou uma expedição para expulsar os invasores. Em 1559, Mem de Sá, com reforços da frota de Bartolomeu de Vasconcelos Cunha, preparou uma expedição para o assalto à Guanabara. Em duas naus e oito embarcações menores, partiu fazendo escalas em Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo onde recebeu reforços. Chegaram à Guanabara em 21 de fevereiro. Sob o comando de Mem de Sá, 120 portugueses apoiados por cerca de 140 índios flecheiros em canoas, Tupinambás e Temiminós, cercaram a ilha defendida por 47 franceses e apoiados por 1.000 índios Tamoios. O Forte foi capturado pelas forças de Mem de Sá em 17 de março. Mem de Sá retornou a Salvador sem deixar guarnição na Guanabara por falta de contingente e recursos. FRAGOSO (1965).

A persistência das atividades comerciais francesas na Guanabara, juntamente com as instâncias do Padre Manoel da Nóbrega a respeito da necessidade da fundação de uma cidade na região, faz com que D.Catarina da Áustria, regente de Portugal, encarregue Estácio de Sá da missão de fundar tal cidade.



FIG. 3.7 - Ilha e forte dos franceses, 1560 -  
BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (2008)

### 3. 4.2 - O ATAQUE DE DUCLERC: 1710

Sua esquadra chegou ao largo da Baía de Guanabara em 17 de agosto, sob falso pavilhão inglês. Notícias de sua aproximação já haviam chegado ao Governador Castro Morais. Quando a frota francesa apontou na barra recebeu fogo de artilharia das Fortalezas da Barra (Santa Cruz e São João).

Destacaram-se nos combates de rua dois defensores emboabas: Bento do Amaral Coutinho e frei Francisco de Menezes. De fato consta que os invasores receberam ajuda de três escravos fugidos do Engenho de Bento do Amaral Coutinho. FRAGOSO (1965).

Após evitar fogo frontal e conseguir desembarcar em Guaratiba, Duclerc chegou, em 18 de setembro, ao Engenho Velho dos Padres da Companhia (São Francisco Xavier) há pouca distância do centro da cidade. No dia 19 iniciaram marcha na direção do Catumbi, evitaram forças defensivas colocadas no Campo de Nossa Senhora do Rosário e seguiram pela velha estrada de Mata Cavalos (atual Rua do Riachuelo). A FIG. 3.8 mostra o mapa do trajeto feito pela expedição Du Clerc em 1710.

Ao atingir o morro do Desterro (atual Santa Teresa) chocou-se com forças de defesa. Nova reação nas imediações da Igreja do Parto (Rua Rodrigo Silva próximo à Rua de São José) sofreu pequenas baixas. Apesar da resistência conseguiram atingir a Praça do Carmo (atual Praça 15 de Novembro), local da residência do Governador. Nesta praça, em combate com tropas enviadas pelo Governador, as forças corsárias foram ainda atacadas, simultaneamente, por tropas de terra, bombardeadas pelos canhões dos navios ancorados e pelos canhões das Fortalezas da Ilha das Cobras e da Bateria de São Bento. FRAGOSO (1965).

Buscaram refúgio no Trapiche da cidade, mas sob a ameaça de incêndio decidiram render-se, terminando assim o confronto com a derrota das forças corsárias francesas.

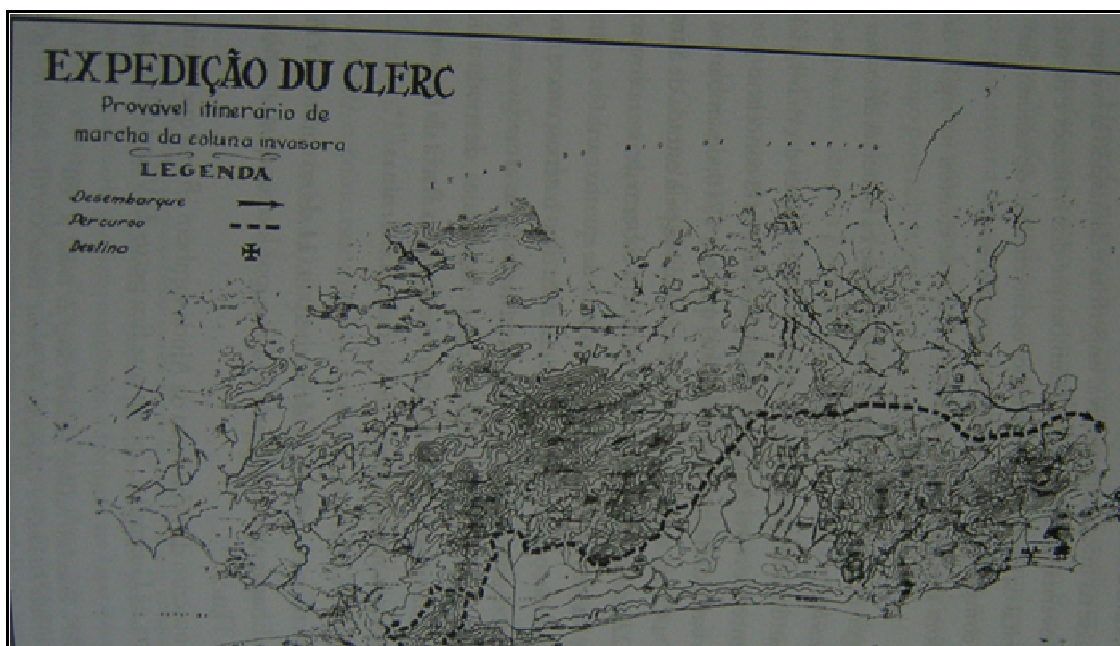


FIG. 3.8 - Mapa do trajeto feito pela expedição Du Clerc - 1710 - FRAGOSO (1965)

Segundo FRAGOSO (1965) a partir deste ponto há alguma controvérsia sobre o rumo tomado pelos franceses. Basicamente seguiram a rota seguinte: Poderiam ter seguido do Camorim para Jacarepaguá; Catumbi; Caminho Mata Cavalos; Morro do Desterro; Ajuda e a Igreja do Parto; ou costearem Santa Teresa; Nossa Senhora do Desterro; Ajuda; passarem entre os morros de Santo Antônio e do Castelo e chegaram à Igreja do Parto. A TAB. 3.1 representa um resumo do Ataque de Du Clerc em 1710.

TAB. 3.1 - Cronologia do Ataque de Du Clerc em 1710  
(Adaptado de FRAGOSO, 1965)

• 06 de agosto → Frota na costa do Rio de Janeiro.
• 17 de agosto → Navios barrados pelos canhões das Fortalezas da baía.
• 18 de agosto → Frota segue em direção ao sul da costa.
• 27 de agosto → Frota fundeada na Ilha Grande onde fica até dia 31.
• 05 de setembro → Desembarque na Ilha da Madeira.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 de setembro → Desembarque repellido no Rio de Janeiro.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 11 de setembro → Desembarque na Barra da Tijuca e Guaratiba.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 17/18 de setembro → O contingente desembarcado segue por terra até o Engenho dos Padres (Camorim).</li> </ul>

Depois disso há concordância de que seguiram pela Rua São José até a Igreja do Carmo (na atual Praça XV); o Palácio dos Governadores e, após um combate na Rua Direita, refugiaram-se em um trapiche na área portuária onde perderam a batalha.

### 3. 4.3 - O ATAQUE DE DU GUAY TROUIN: 1711

Ao contrário de seu antecessor, não subestimou o inimigo. Partiu em sua expedição com o aval de Luis XV, que forneceu os navios, enquanto ricos cidadãos a financiaram. A frota era composta de cinco fragatas; uma galeota e três bombardas, as quais se uniram mais tarde duas naus.

Apesar do sigilo, a expedição foi descoberta pelos ingleses que enviaram um pacote que chegou ao Rio de Janeiro no final de agosto.

No Rio de Janeiro a frota portuguesa contava com 56 naus com 74 canhões, sob o comando do Capitão Gaspar de Ataíde Costa. O governador, tendo sabido da passagem da frota francesa por Cabo Frio deu ordens de prontidão às Fortalezas. Um atraso de três dias fez com que pensasse se tratar de falso alarme, desativando as defesas. Du Guay Trouin optou por entrar na baía ao amanhecer sob nevoeiro, e assim forçou a barra em 12 de setembro. A FIG. 3.9 representa a entrada da frota de Du Guay Trouin na Baía de Guanabara. A TAB. 3.2 representa um resumo do Ataque Guay Trouin em 1711.

A armada defensora não se encontrava a postos em linha de batalha, entre as fortalezas de Santa Cruz e da Boa Viagem, mas ancorada nas proximidades da fortaleza de Villegaignon. Para evitar perder os navios para os franceses, foi determinado que os navios fossem encalhados e incendiados na Ponta da

Misericórdia. A Fortaleza de Villegaignon foi posta fora de combate devido à explosão do paiol de pólvora. Todos esses elementos tornaram a defesa fraca.

A Fortaleza da Ilha das Cobras foi ocupada com facilidade e sua artilharia usada pelos franceses para atacar a Fortaleza de São Sebastião (no morro do castelo) e o entrincheiramento do morro de São Bento. FRAGOSO (1965).

Desembarcaram no dia 14 de setembro na praia do antigo Saco do Alferes entre o saco de São Diogo e a Ponta existente um pouco antes da Gamboa, evitando assim a parte mais bem defendida da cidade. Atacaram o Forte de São Sebastião e o entrincheiramento do morro de São Bento. Uma reação liderada por Bento do Amaral Coutinho teve algum êxito sendo interrompida por ordem do governador. Após algumas escaramuças, e dois ataques franceses, um ao morro de São Bento e outro ao da Conceição, o governador da cidade acabou por render-se. É interessante notar que FRAGOSO (1965) aponta a existência de uma Bateria no Mosteiro de São Bento, “em que havia um forte, feito e guarnecido de artilharia pela indústria dos religiosos do mesmo mosteiro”.

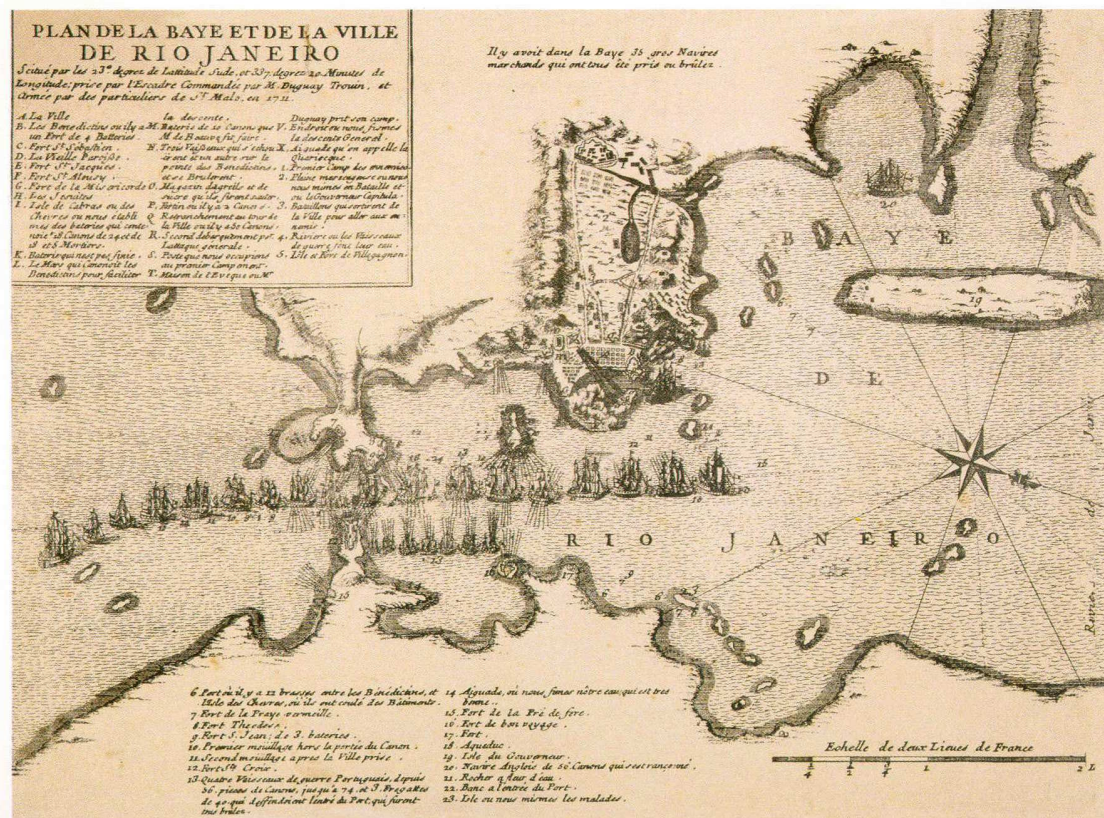


FIG. 3.9 - Plan de la baye et la ville de Rio Janeiro, c.1745  
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (2008)

TAB. 3.2 - Cronologia do Ataque de Du Guay Trouin em 1711

(Adaptado de FRAGOSO, 1965)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• 14 de setembro → Desembarque e domínio dos morros.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 15 de setembro → Fazem uma parada e se preparam para combater; avançam pela planície chegando até uma área alagada com matagal espinhoso de onde recuam.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 16 de setembro → Instalam uma bateria em uma península que dominava pela retaguarda, as baterias e parte dos redutos dos beneditinos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 17 de setembro → Ocorre um contra ataque por parte dos portugueses.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 19 de setembro → Franceses tomam a Ilha das Cobras.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 20 de setembro → Dois vasos franceses mantêm fogo sobre fortificações em terra.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 21 de setembro → Ataque por terra ao morro da Conceição, investida contra os beneditinos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 23 de setembro → Intimação à Fortaleza de Santa Cruz e sua conquista assim como a de São João e Villegaingnon.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vitória dos franceses que pedem resgate da cidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 11 de outubro a 4 de novembro ocorre a negociação do resgate.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 31 de novembro → Partida dos franceses.</li> </ul>

Nesta época a situação militar do Rio de Janeiro era a seguinte: Encontrava-se defendido por 164 canhões, e com uma força de infantaria pequena (3 unidades de Linha, 1 Regimento de Nobres e Privilegiados, 2 de Ordenanças e uma Companhia de Moedeiros (empregados da casa da Moeda). A força naval contava com 4 navios artilhados com cerca de 100 canhões.

A armada defensora não se encontrava em linha de batalha, entre as Fortalezas de Santa Cruz e da Boa Viagem, mas, com as guarnições reduzidas, ancorada próxima à Fortaleza de Villegaingnon.

A defesa foi dificultada por diversos fatores: a explosão do paiol de pólvora da fortaleza de Villegaignon e o aproveitamento feito pelos franceses de armamentos e víveres de um dos navios da frota defensora que fora, junto com os demais, incendiado na Ponta de Misericórdia, em uma tentativa de evitar que os atacantes os apresassem.

#### 3.4.4 - SITUAÇÃO DAS DEFESAS DO RIO DE JANEIRO

Na época das invasões francesas a cidade era governada por Francisco Xavier de Castro Morais, o qual chegou a enviar carta ao rei em Portugal avisando a respeito da situação precária das defesas e solicitando reforço de pessoal e de peças de artilharia (36), pedido este que não foi atendido.

Em conseqüência, as defesas se resumiam a alguns navios na baía, a presença das Fortalezas (desguarnecidas de artilharia adequada) e de tropas de infantarias (carecidas de pessoal). As Fortalezas eram obras rudimentares a base de óleo de baleia, pedra e cal, as peças de artilharia eram tipo ante-carga (carregadas pela boca) o que reduzia seu alcance. Por outro lado, encontravam-se muito bem localizadas em termos estratégicos. FERREZ (1972). A TAB. 3.3 resume a distribuição das fortificações no Rio de Janeiro.

TAB. 3.3 - Distribuição das fortificações no Rio de Janeiro.  
(Adaptado de FRAGOSO, 1965)

• Fortaleza de Santa Cruz → impedia a entrada da barra. Era artilhada com 44 canhões.
• Fortaleza de São João da Barra → constituída de quatro redutos ou baterias: São Diogo; São José; São Martinho e São Teodósio – 30 canhões.
• Fortaleza de Villegaignon → primitivamente Forte Coligny com uma bateria, 20 canhões.
• Fortaleza da Ilha das Cobras → 12 canhões
• Fortaleza da Praia Vermelha → 12 canhões

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte da Boa Viagem → 16 canhões</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte de São Tiago → também chamado da Ponte da Misericórdia, situado na base do Morro do Castelo. Tinha como finalidade a defesa da praia de Santa Luzia e cruzava seus fogos com a de Villegaignon. Possuía apenas um canhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduto do Castelo → organizado com os fortes de: São Sebastião, 5 canhões; São Januário, 11 canhões; Santa Luzia, 5 canhões. Este reduto dominava parte da cidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bateria da Praia de Fora → 6 canhões;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trincheira do Morro de São Bento → 8 canhões</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redutos da Prainha e da Conceição → possuíam posições construídas, mas não estavam artilhadas.</li> </ul>

FRAGOSO (1965) nos oferece a informação do Barão do Rio Branco quanto à artilharia que havia sido instalada na baía ao tempo das invasões francesas. Segundo ele, conforme pode ser observado na TAB. 3.4, havia as seguintes artilharias instaladas na Baía de Guanabara:

TAB. 3.4 - Artilharia instalada na Baía de Guanabara.  
(Adaptado de FRAGOSO, 1965)

<b>1. Na entrada do porto</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bateria da Praia de Fora → 06 canhões</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bateria da Praia Vermelha → 12 canhões</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte de Santa Cruz → 44 canhões (dos quais seis de bronze)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte de São João → 30 canhões (dos quais oito de bronze), compreendendo as baterias de São Martinho, São Diogo, São José e São Teodósio.</li> </ul>
<b>2. No porto</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bateria de Villegaignon → 20 canhões</li> </ul>

• Bateria da Boa Viagem → 10 canhões (A Bateria de Gravatá já existia, mas não estava armada).
• Forte e Bateria da Ilha das Cobras → 12 canhões
<b>3. Na cidade e seus arredores</b>
• Forte de São Sebastião → 05 canhões
• Reduto de São Januário → 11 canhões
• Reduto de Santa Luzia → 05 canhões (03 no Morro do Castelo)
• Forte Santiago → 01 canhão (também chamado da Misericórdia ou do Calabouço)
• Entrincheiramento do Morro de São Bento → 08 canhões
• Reduto da Prainha → sem artilharia. No morro da Conceição existia um entrincheiramento sem artilharia que protegia a casa do bispo.

Assim, segundo FRAGOSO (1965) “conclui-se dos números informados pelo Barão do Rio Branco que havia 174 canhões nas obras defensivas da baía, dos quais 14 eram de bronze”.

Ainda seguindo os dados do Barão do Rio Branco, FRAGOSO (1965), conforme TAB. 3.5, enumera ainda outros detalhes das defesas portuguesas:

TAB. 3.5 - Fortificações e respectivos canhões da cidade do Rio de Janeiro em 1711. (Adaptado de FRAGOSO, 1965)

<b>1. Tropas Regulares</b>
• Os dois regimentos do Rio (Terço Velho e Terço Novo) → 590
• Regimento da Colônia do Sacramento (Terço da Colônia) → 300
<b>2. Milícias</b>

• Regimento da nobreza e privilegiados → 550
• Dois regimentos de ordenanças → 780
• Companhia de moedeiros → 50
<b>3. Tropas da Marinha</b>
• Soldados dos regimentos da Armada e da Junta do Comércio → 400

## 4 DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A perspectiva histórica e espacial de desenvolvimento da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro será avaliada utilizando como base informações da pesquisa bibliográfica e das informações fornecidas por mapas históricos. O mapa 04 apresenta o que mudou na cidade do Rio de Janeiro em pouco mais de 500 anos de história de ocupações. A mancha em verde representa as alterações realizadas principalmente através de aterros no traçado original do litoral que está representado pela cor amarela. Neste mapa consta também a malha viária de 2007. Para analisar a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, é imprescindível uma breve caracterização do processo de urbanismo do modelo português, com seus traçados marcantes.

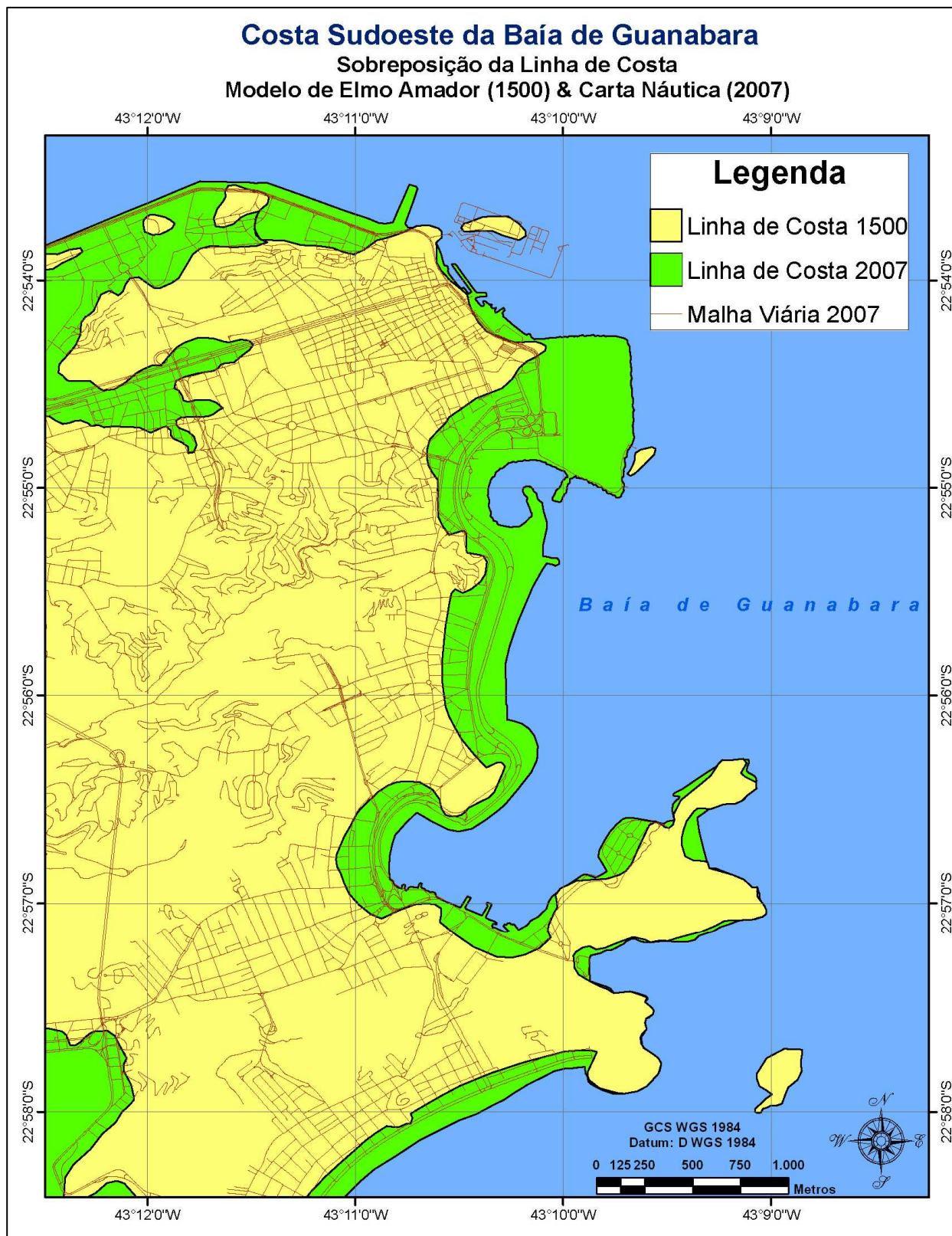
### 4.1 - URBANISMO

O termo urbanismo passou a ser usado em referência ao estudo da organização da cidade mecanizada, posterior à revolução industrial, a partir de 1910. Porém, encarado de maneira mais ampla, urbanismo se refere a um enfoque completo do fato urbano, da organização espacial de uma área habitada na quais determinadas funções ocupam um determinado espaço físico e, muitas vezes, são por ele determinadas. CRUZ (2006).

Segundo BERNARDES (1992), a paisagem urbana é a expressão de todos os fatores que exerceram influência sobre a fixação e o crescimento de uma cidade em um determinado local, exprimindo o caráter e as funções gerais da aglomeração.

Freqüentemente, torna-se visível a superposição de traçados relacionados às diversas funções, necessidades e limitações que estas aglomerações foram possuindo ao longo do tempo.

Há ainda que pensar a questão da transposição de modelos arquitetônicos e culturais da metrópole européia para a colônia, com suas novas e particulares funções e necessidades, bem em relação a um ambiente natural bastante diverso.



Mapa 04 – Costa Sudoeste da Baía de Guanabara. 500 anos de modificações.

A cidade europeia entre os séculos XVI e XVIII busca se adequar às regras de

perspectiva nascidas da cultura do renascimento italiano do século XV, com suas ruas retilíneas e praças retangulares formadas por seqüências de fachadas que repetem o mesmo motivo arquitetônico criando um espaço fechado e simétrico. CRUZ (2006).

Será esta a cultura que irá se defrontar com o território do Novo Mundo. A cidade murada européia não encontrará qualquer semelhança com o território americano, no qual a aldeia ou a grande cidade Inca ou Asteca encontram-se inseridas, numa relação direta com a paisagem circundante, no território natural. No novo mundo, cidade e território são pensados de modo único. CRUZ (2006).

Mesmo nas colônias da América encontramos diferenças entre aquelas relacionadas à Espanha e àquelas a Portugal. É raro nas cidades portuguesas que a métrica ou a geometria que estão na base do desenho, muitas vezes formando uma grelha ortogonal, se traduza literalmente no traçado que é efetivamente construído.

#### 4. 1.1 - CARACTERÍSTICAS DO URBANISMO PORTUGUÊS

No modelo medieval urbano português as praças ou espaços que tinham esta função existiam associados às portas das muralhas da cidade ou apresentavam um caráter residual na periferia delas. No século XVI passam a constituir um elemento fundamental, com papel central formal, funcional e simbólico. Posteriormente, no século XVII as praças passam a funcionar como elementos geradores do traçado, constituindo um elemento central que estrutura o território urbano. Disto resulta, diversas vezes, uma estrutura ortogonal ou de base ortogonal, com as adaptações impostas pela localização. CRUZ (2006).

O processo de planejamento e construção das cidades portuguesas concilia dois modelos diferentes: em um primeiro momento o traçado é resultado da ação de não especialistas e é muito mais articulado ao meio circundante, resultando disso num traçado menos geométrico. Em um segundo momento o traçado se geometriza; conforme pode ser observado na FIG. 4.1 adiante, resultado da intervenção de especialistas. Entretanto, tais especialistas, engenheiros militares, que a partir do século XVI irão se encarregar progressivamente do traçado das cidades, não desenhavam apenas um traço regular a ser implantado no terreno, mas sintetizavam

as duas formas (regular e adaptada). O modelo de cidade português é aquele que não se impõe ao território, mas se constrói com ele, em harmonia e síntese. Assim, a cidade portuguesa foi sempre, através dos tempos, não apenas adaptada às circunstâncias, mas permanentemente ajustável a elas. Enquanto isso, o traçado em damero das Leis das Índias representará a regra adotada na América Espanhola no século XVI. CRUZ (2006).



FIG. 4.1 - Nossa Senhora das Necessidades (Lisboa). Real sitio. Planos. 1745-1749 - ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL DE MADRID (2007)

No caso específico do Brasil, o modelo português privilegiava inicialmente o modo de implantação do traçado das cidades procurando relacioná-lo a uma lógica temporal.

Podem-se identificar três grandes redes urbanas na América Portuguesa, a primeira, de meados do século XVI até o final do século XVIII, representados pelo período da ocupação inicial do litoral, com as vilas de donatários e sesmeiros fundadas principalmente nos séculos XVI e XVII e se caracterizando por uma dualidade cidade alta / cidade baixa e tendo traçado basicamente irregular. Uma segunda, no sertão, a partir da descoberta de ouro e pedras preciosas e cuja

irregularidade neste caso se deve à irregularidade inerente à localização dos pontos de mineração, irregulares eles próprios. A terceira, a da ocupação dos territórios da Amazônia e das fronteiras criadas pelas demarcações resultantes dos Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso. Neste último caso encontramos um projeto real de ocupação sistemática do território e conseqüentemente, apresenta formas mais regulares e ortogonais refletindo o que também já se fazia na Europa neste período. PESSOA (2000 apud BRAGA, 2003).

Sobre o modelo de crescimento do assentamento português, condicionados principalmente pelo sítio físico, PESSOA (2000 apud BRAGA, 2003) diz que "...as igrejas e conventos, as casas de Câmara e cadeia e os portos e fortes como geradores de nossas praças-adro e ruas *Direita*..." Estes elementos formaram o embrião do núcleo urbano e os arruamentos de organizaram a partir destas referências. No caso do Rio de Janeiro, a Rua Direita proporcionando a ligação do Morro do Castelo, primeiro núcleo de povoamento conforme já citado, ao Mosteiro de São Bento.

O século XVIII está diante da espacialidade barroca. O traçado das cidades não é mais medieval e sim a adequação do local que já fora funcional a uma nova espacialidade. Antes, no modelo medieval eram os pólos urbanos, como as igrejas, conventos, casas de câmara e cadeia, portos e os fortes geradores das praças-adros, ruas direitas e ruas novas, que determinavam os traçados de caminhos e construções. Os monumentos precediam os traçados e se vinculavam às transformações destes. PESSOA (2000 apud BRAGA, 2003).

Às transformações da sociedade brasileira correspondem espacializações específicas das práticas sociais. Tais modificações levam a alterações nos padrões espaciais, seja por meio da introdução de novas morfologias, no parcelamento do solo, na espacialização das funções econômicas ou na segregação espacial de grupos sociais.

O movimento de expansão europeu, com a formação das colônias, coincide com a estruturação dos Estados Modernos o que se opõe ao feudalismo em termos de centralização do poder. Isto se reflete na inserção de uma esfera pública na vida social, o que antes era quase inexistente.

A colônia apresenta um aspecto duplo: por um lado ela está sujeita ao poder da metrópole por meio do processo econômico de exploração das atividades mercantis,

à distribuição de privilégios como a doação de terras (capitanias, sesmarias, mercês do Rei). Por outro lado há uma relativa autonomia destes donatários quanto ao uso de suas terras, a ocupação rarefeita do território, o isolamento e a mobilidade decorrente do extrativismo. PESSOA (2000 apud BRAGA, 2003).

A fundação de vilas e a ocupação do território, ainda que espaçadamente, representa uma forma de exercer a prerrogativa econômica do sistema colonial: ocupar, defender e garantir a base segura para o comércio e os pontos base para a penetração para o interior em busca de mais território e riquezas. Esta descontinuidade é, portanto, não só característica, mas uma característica necessária para a vida social na colônia.

O interesse da Coroa na fundação de vilas somente passa a existir após a designação do Governo Geral da Colônia. No caso do Rio de Janeiro, foram os jesuítas, os donatários e os índios que se reuniram para assegurar a posse da terra e da baía que permaneceu muito tempo sem uma base de apoio, como uma vila. Quando é tomada pelos franceses em 1555 e por eles mantida por 12 anos; tomam-se providências para assegurar a posse do território com a efetiva fundação da uma cidade. Após recuperarem o território, o núcleo português se transfere como era muito comum, para um ponto de atracação melhor.

#### 4. 1.2 – AS CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

A igreja no Brasil contava com a presença não apenas de diversas ordens religiosas, mas também de confrarias, irmandades e ordens terceiras. Estas últimas representavam uma sobrevivência medieval que então, cumpria o papel de corporação de ofício, sendo também ligada à ajuda mútua prestada entre si pela comunidade leiga e as ações de beneficência social. Em concordância com isto, tanto as ordens religiosas como as ordens de leigos encarregavam-se de diversas atividades essenciais da comunidade urbana, tais como educação, saúde, fornecimento de água e diversos tipos de suprimentos produzidos em suas terras, acolhimento de loucos e desvalidos, ajuda às viúvas e hospedagem de romeiros.

Os jesuítas eram financiados pela Coroa enquanto as demais ordens dependiam de sua fábrica e auxílios para compras de hóstias, vinho e combustível para

lamparinas de missas. Esta superposição entre Estado e Igreja levou ao surgimento de formas específicas para a cidade brasileiras, distintas das ibero-americanas. BERNARDES (1992).

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (publicadas em 1719) davam conta de amplos aspectos da vida religiosa e mundana brasileira. Segundo este documento, recomendava-se que as construções sagradas estivessem em uma localização decente, livres de umidade e em sítios altos. Deveriam também se instalar em locais onde pudessem passar as procissões.

Um importante ponto no que diz respeito às condições urbanas, é que as ordens religiosas abriram ruas em troca de terras. Em relação ao que foi anteriormente exposto vemos como sinal deste tipo de relação o fato de procissões tradicionais do Rio de Janeiro, conhecidas como “as *Del Rey*” estavam prescritas nas Ordenações do Reino, era custeadas pelo Senado da Câmara. A procissão de São Sebastião e do Corpo de Deus, por exemplo, tinham suas cerimônias finais nas esquinas das ruas Direita e Alfândega.

O poderio religioso era grande em vista do recebimento de monopólios e privilégios por parte da Coroa. Desta forma a estrutura urbana carioca ocorreu lentamente, mas seguramente determinada pela ação dos religiosos. Sua presença estava associada à construção de pontes, guindastes, chafarizes, poços e fontes, sendo responsáveis pelas primeiras obras de saneamento.

Foram os padres, principalmente os beneditinos e capuchinhos que, em conjunto com os moradores proprietários do Rio de Janeiro que abriram a maior parte das ruas e vias da cidade. Estas obras visavam possibilitar a circulação e a comunicação entre os pontos internos da capital. Também foram responsáveis pelas obras de calçamento da cidade. Sobre a Ladeira da Misericórdia sabemos que foi a primeira via pública delineada da cidade e a primeira rua dotada de calçamento de pedras irregulares, obra essa que foi executada em 1617, por iniciativa dos jesuítas e com a contribuição dos moradores. PESSOA (2000 apud BRAGA, 2003).

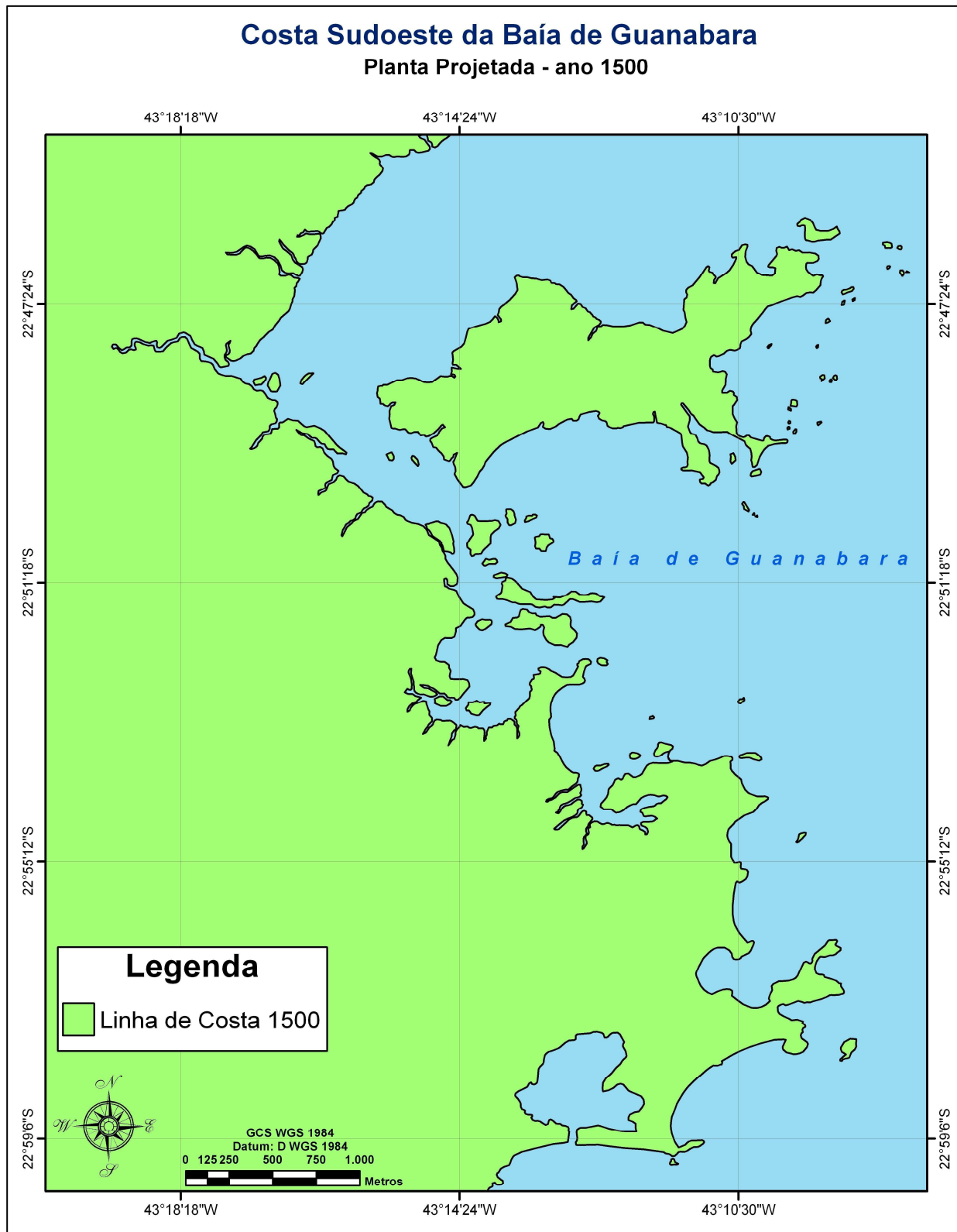
#### 4. 2 - EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO: PERÍODO ENTRE 1500 E 1600

Em 1500 o local onde se ergue hoje a cidade do Rio de Janeiro era ocupado pelos índios Tamoios. O mapa 05 representa a linha de costa da Baía de Guanabara à época do descobrimento. Mem de Sá transfere desde logo o núcleo da cidade para o ponto exíguo entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, à entrada da barra, que, se era um ponto melhor estrategicamente, o mesmo não pode ser dito das condições para a fundação e manutenção de uma povoação. Eram quatro os morros que balizavam esta área, hoje o Centro do Rio de Janeiro: Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição. A Prainha abria-se para o mar entre os morros de São Bento e da Conceição, e chegava até as imediações da atual Rua Visconde de Inhaúma. Do lado oposto, entre os morros do Castelo e o de Santa Tereza, situava-se a lagoa do Boqueirão, uma das maiores do Rio, cuja área ocupava o que é a Lapa, parte do Passeio Público e Praça Paris. PESSOA (2000 apud BRAGA, 2003).

Ao ser ocupado, o morro do Castelo foi imediatamente desmatado para a construção de edificações e da cidadela do Castelo, fortificada e bem a entrada da baía. Então a cidade contava com cerca de 150 habitantes. Assim como a presença militar, já estava presente a influência religiosa sob a forma dos jesuítas. O ano de 1565 é o ano da fundação da cidade do Rio de Janeiro, entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão, local que atualmente é ocupado pela Fortaleza de São João. BERNARDES (1992).

Em 1567 surge a primeira rua da cidade – a Ladeira da Sé, que é de fato a ladeira que descia da Matriz de São Sebastião no alto do Morro do Castelo, até a várzea onde havia um fortim de terra. Será em sua base que, em 1583, surge a Santa casa de Misericórdia e é devido a esta que a ladeira passou a ser chamada de Ladeira da Misericórdia, que existe em parte atrás do prédio do Museu Histórico Nacional. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (2008).

A Ladeira se ligava com a Rua da Misericórdia que existiu até cerca de 1960. Esta rua era prolongada até um morro que fora doado como sesmaria a um colono português e essa extensão de rua recebeu ao longo do tempo várias denominações: Caminho da Piaçava; Caminho da Praia Arqueada; Rua Manuel de Brito, Rua Direita e, desde 1870, Rua 1º de Março.



Mapa 05 – Reconstituição do original de AMADOR (1997) para a linha de costa da Baía de Guanabara à época do descobrimento (1500). Neste momento, apenas índios Tamoios habitavam o entorno da baía.

Antes mesmo de 1570 uma devota ergueu na Rua Direita uma pequena capela que veio a se chamar Capela de Nossa Senhora do Ó. Foi doada aos carmelitas em 1589. Segundo LEBIGRE (2001):

*“Começando no sopé do Morro (Rua da Misericórdia) a ocupação se deu sob as restingas arenosas, irradiando-se em dois principais rumos: um, rumo ao Boqueirão (atual Lapa), e outro, o principal, rumo à várzea de Nossa Senhora do Ó (atual praça XV) seguindo pela praia de Manuel de Brito (Rua Direita, hoje 1º de março) até o morro de São Bento, formando uma linha arqueada que serviu de base ao traçado das ruas. Em 1618, a Cidade da Várzea já seria extensa, dez anos depois o povoamento já atingiria São Cristóvão, Inhaúma, Irajá e até Magé e São Gonçalo, do outro lado da baía. Era, entretanto, com dez ou doze casas apenas, baixas e escuras com ruas não pavimentadas.”*

Datam também deste século as capelas de Santa Luzia (1592) e Misericórdia (1572).

#### 4.3 - EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO: PERÍODO ENTRE 1601 E 1700

Neste período, o vilarejo do Rio de Janeiro apresenta uma amplificação populacional. Os mapas e as ilustrações começam a apresentar maior detalhamento em relação às características da cidade. Na FIG. 4.2 já é possível identificar algumas fortalezas e um pequeno centro habitado da cidade em 1624.

Em 1565, na altura da ponta do Calabouço é construído um forte que mais tarde se tornará o Arsenal de Guerra, na Casa do Trem e finalmente no Museu Histórico Nacional. Em 1605 o governador Salvador de Sá faz levantar um fortim denominado Forte da Cruz ao lado do mar, sendo provavelmente a primeira construção ao lado da baía e a primeira na Rua do Ouvidor que já se chamara Desvio do mar, Rua Aleixo Manuel, Rua do Gadelha, Rua da Cruz entre outros. O forte nunca funcionou e foi doado em 1623 a uma irmandade de militares e deu origem a igreja da Santa Cruz dos Militares. Ainda em 1605 já é possível encontrar referências documentais da existência do Terreiro do Carmo, antigo nome da Praça XV de Novembro que era então um dos desembarcadouros de mercadorias da cidade. A FIG. 4.2, *Rio Gênero* de 1624, evidencia os primeiros aspectos urbanos, tais como: igrejas e fortificações. Quanto à denominação do local, muito tempo foi necessário para o registro do

equivoco, já que, este local geográfico não se tratava de um rio. BERNARDES (1992).



FIG. 4.2 - Rio Genero, 1624. - BIBLIOTECA NACIONAL (2008)

A capela de São José – cuja data de fundação é incerta - certamente já existia em 1640. A seu lado, em 1619, surgiu o casarão da Câmara Municipal e de Cadeia que era inicialmente uma casa de taipa.

Com a mudança dos vereadores para a várzea do Largo do Carmo o eixo de poder na capitania sofreu alterações. Ao longo do século muitas casas foram sendo construídas no lado esquerdo da praça. Em 1698 foi construída a Casa da Moeda no local das casas, demolidas com esta finalidade de dar espaço para sua implantação.

Dez anos após a construção do forte da Cruz os vereadores proibiram que se construísse em frente aos prédios do Convento e do Forte da cruz para que aquela

área ficasse livre como praça de comércio. Além da Câmara dos vereadores, trazida do morro do Castelo para o terreno ao lado da Igreja de São José em 1619, a Alfândega foi instalada em 1613 defronte a uma via – caminho do Capoeirussú – que viria a se chamar Rua da Alfândega. Aqui estavam as raízes de um desenvolvimento comercial na área entre a Rua do Ouvidor e da Alfândega a partir das quais surgiria mais tarde o mercado popular conhecido hoje como SAARA. BERNARDES (1992).

Em termos internacionais a posição meridional do Rio de Janeiro lhe conferiu, durante todo o século XVII, condições excepcionais de trânsito entre as possessões espanholas do estuário do Prata e os enclaves negreiros na África. Afirmava assim sua vocação atlântica.

Antes mesmo da Restauração, e com o Nordeste ainda em poder dos holandeses, em 1634, o governador Rodrigo de Miranda Henriques queixava-se à Metrópole da vulnerabilidade da cidade, referindo-se às dificuldades de guardar seguramente a marinha da cidade, a qual somava uma distância de légua e meia, desde a praia da Carioca até o convento de São Bento. Segundo o governador, foi encontrado, em um outeiro, o que parecia ser a ruína em taipa de uma fortaleza erigida por Martim de Sá. Era sua intenção recuperá-la e transformá-la na principal defesa da praça, devido a sua localização privilegiada em relação à barra da baía. A ajuda solicitada à Coroa encontrou mais disposição favorável do que ajuda efetiva. Em 1642 novamente a ajuda é solicitada. Durante muito tempo os colonos financiaram as defesas da cidade e forneceram trapas para esse fim. BERNARDES (1992).

A partir de 1623, os rumores da ameaça holandesa acarretam um retrocesso em relação ao movimento de migração da cidade rumo à várzea. Os muros da Cidadela do Castelo são reconstruídos e as fortificações da barra são reforçadas. Uma Carta Régia ordena que não se faça obras ou casas fora da fortificação e que a Cadeia e a Casa da Câmara permaneçam no alto do morro. Em 1637 o governador Salvador Correa de Sá, desrespeitando estas instruções, instala moradores na parte baixa da cidade. BERNARDES (1992).

Durante a gestão dos governadores há um movimento em direção às tentativas de ordenamento urbano, na qual surgem participações de estrangeiros.

No Castelo, o traçado das ruas era irregular, mas na parte da várzea, desde o primeiro século e começo do segundo, já existe uma tentativa de ordenamento, de demarcação e busca de relativa regularidade. O engenheiro italiano Batista Antonelli, a serviço do reino unido de Portugal e Espanha, fazia parte da armada de Diego Valdez, que trazia 70 artífices, e permaneceu no Rio de Janeiro por sete meses já em 1582. Ocupou-se de diversas obras portuárias entre outras e voltou à Espanha. Voltou à América em 1604 para fazer o levantamento de todos os portos que tinha fortificado entre eles o do Rio de Janeiro. BERNARDES (1992).

Outra tentativa de ordenamento foi feita pelo engenheiro francês Michel Lescolles que em 1649 é encarregado pelo conde de Castelo Melhor de fazer a planta da cidade. Foram feitos sete planos. Mas pouco se sabe de suas contribuições efetivas para o traçado e os edifícios da cidade. BERNARDES (1992).

Em 1680, com a fundação da colônia de Sacramento, o Rio aumenta sua importância estratégica, e, juntamente com a descoberta de ouro e Minas Gerais na última década do século, adquire importância econômica como porto de embarque do metal para a Metrópole. Este fato reacende a cobiça de corsários, especialmente franceses, que já se encontravam em luta com Portugal pela questão da sucessão ao trono da Espanha. Mais uma vez a cidade se vê obrigada a reforçar suas defesas e em 1699 cria-se uma Aula de Fortificação.

Para cumprir a tarefa de fortificar a cidade chega ao Rio o Brigadeiro João Massé, que concebe “*uma muralha com cortina de traçado, escalonado oblíquo e revelim do lado do mar e tenalha com revelim do lado da terra*”. LEBIGRE (2001).

Outras fontes podem ser usadas para oferecer um panorama da cidade e de seu desenvolvimento neste século.

BERNARDES (1992) oferece uma interessante panorâmica da evolução da cidade através do tempo. Resumidamente, podemos apontar os lugares, direções e instalações/edificações mais significativos no processo de crescimento urbano do Rio de Janeiro.

O século XVII encontra o núcleo urbano da cidade transferido para a planície, onde se distingue claramente dois grupos de quarteirões. O primeiro, correspondente aos alinhamentos tortuosos das ruas da Misericórdia, São José, Chile e Santa Luzia, que contornavam o morro do Castelo, bem como aos becos e travessas que a partir da Rua da Misericórdia desciam para a Praia do Peixe – hoje

Rua do Mercado. Esta última foi ampliada por inúmeros aterros dando lugar ao mercado e aos quarteirões mais recentes que o separam da Praça XV.

Três ladeiras funcionavam como ligação entre o Castelo e a planície. Eram os caminhos que contornavam a base do morro. No sopé ao norte, a Ladeira da Misericórdia da qual ainda há uma parte, na face leste do morro continuava pela Praia da Piaçava, atualmente Santa Luzia.

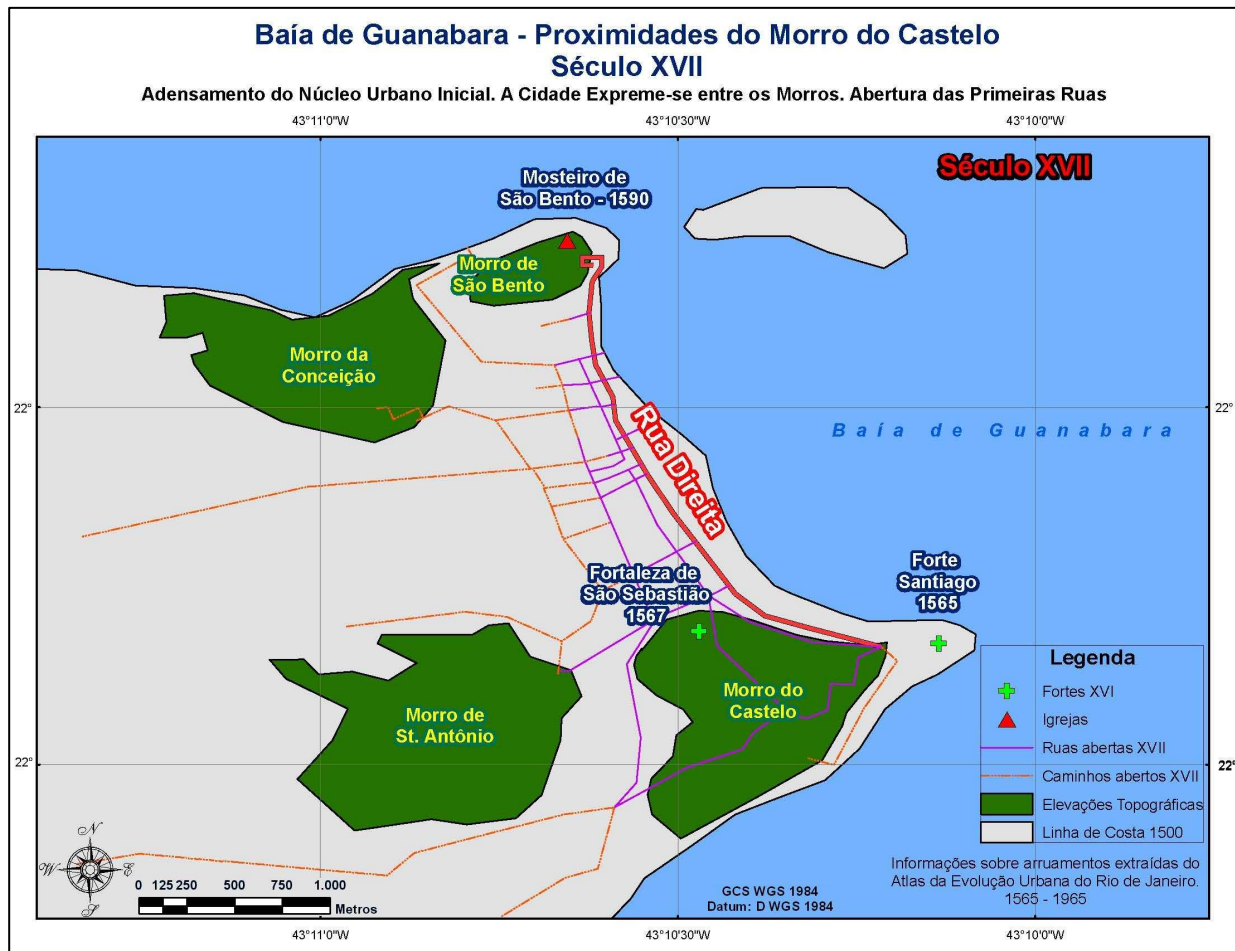
Na parte nordeste do morro, a Rua São José se ligava ao Castelo pela Ladeira do Cotovelo, na altura da Rua do Carmo, enquanto a Rua da Ajuda – da qual resta uma pequena parte na atual Rua Chile - contornava a base oeste do morro, a ele tendo-se acesso pela Ladeira do Seminário, quase fronteira com a Rua dos Barbonos e atual Evaristo da Veiga. BERNARDES (1992).

Nestas vias que se concentravam no sopé do morro e antes da planície, surgiram em diversos momentos diversas capelas inicialmente e posteriormente as igrejas de Santa Luzia, Misericórdia, São José, Parto e Ajuda.

No que respeita ao segundo grupo, correspondem aos pequenos quadriláteros entrecortados por ruas quase paralelas de um dos lados e tendo do outro a rua 1º de Março, representada no mapa 06 como Rua Direita. Esta última representa claramente o eixo principal da cidade então, e centralizava a administração, a vida religiosa e comercial da cidade. Seu papel crucial é indicado pelas construções erguidas no decorrer dos séculos tais como o Convento do Carmo, o Palácio dos Governadores (depois Paço Imperial) etc.

Partindo da Rua Direita surgem ruas estreitas e retas que divergem ligeiramente à medida que ruma em direção ao interior. BERNARDES (1992).

Em 1617 já se abrira a Rua Vila Verde (depois Larga de São Joaquim) e em 1646, ao longo da canalização que levava ao mar as águas da Lagoa Santo Antônio, a Rua do Cano (atual Sete de Setembro). A Rua do Ourives (Miguel Couto) ligava a base do Castelo ao morro da Conceição. Era o antigo caminho do Parto para a Conceição. No final do século XVII a rua do ourives marca ainda o limite do espaço urbanizado. Por essa época já se abrira a vala de drenagem da lagoa o Boqueirão que se estendia desde a base do morro de Santo Antônio e rumava na direção do morro da Conceição e à Prainha, e que iria ser em breve integrada à malha urbana.



Mapa 06- Reconstituição da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XVII, destacando as fortificações presentes nas proximidades do Morro do Castelo – núcleo inicial de povoamento da cidade.

Ainda no século XVII deu-se início ao aterro sistemático na planície com a lagoa de Santo Antônio dando lugar ao Largo da Carioca.

*“Fora desta área propriamente urbana, que corresponde como vimos ao quadrilátero compreendido entre os morros do Castelo, São Bento, Santo Antonio e Conceição, o Rio de Janeiro do século XVII já estendia seus tentáculos: os caminhos e estradas que iam ter aos engenhos situados nas atuais áreas residenciais e industriais da cidade. E esses caminhos constituiriam os principais eixos a orientar a expansão urbana nos séculos posteriores.” ( BERNARDES, 1992).*

De acordo com AMADOR (apud ABREU, 1992), quando Mem de Sá transfere a cidade de seu sítio provisório entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão, com o objetivo de conseguir um local estrategicamente mais favorável para que a cidade se expandisse; ao escolher o morro de São Januário (posteriormente chamado de

morro do Castelo) não fez ele uma escolha especialmente boa em termos de qualidades ambientais para a instalação de uma cidade permanente, mesmo que pequena.

Assim, seguiram-se quatro séculos de sucessivos aterros, dessecações e desmontes de brejos, pântanos, lagoas e manguezais para permitir a criação de espaço útil para a construção e aproveitamento da terra.

Ainda em termos naturais, quatro morros balizavam o que atualmente é o centro do rio de Janeiro, e isso se refletiu claramente no fato de as primeiras tentativas de urbanização apresentar ruas e construções dispostas espacialmente de modo a contornar estes morros e ao mesmo tempo evitar as partes pantanosas tão abundantes.

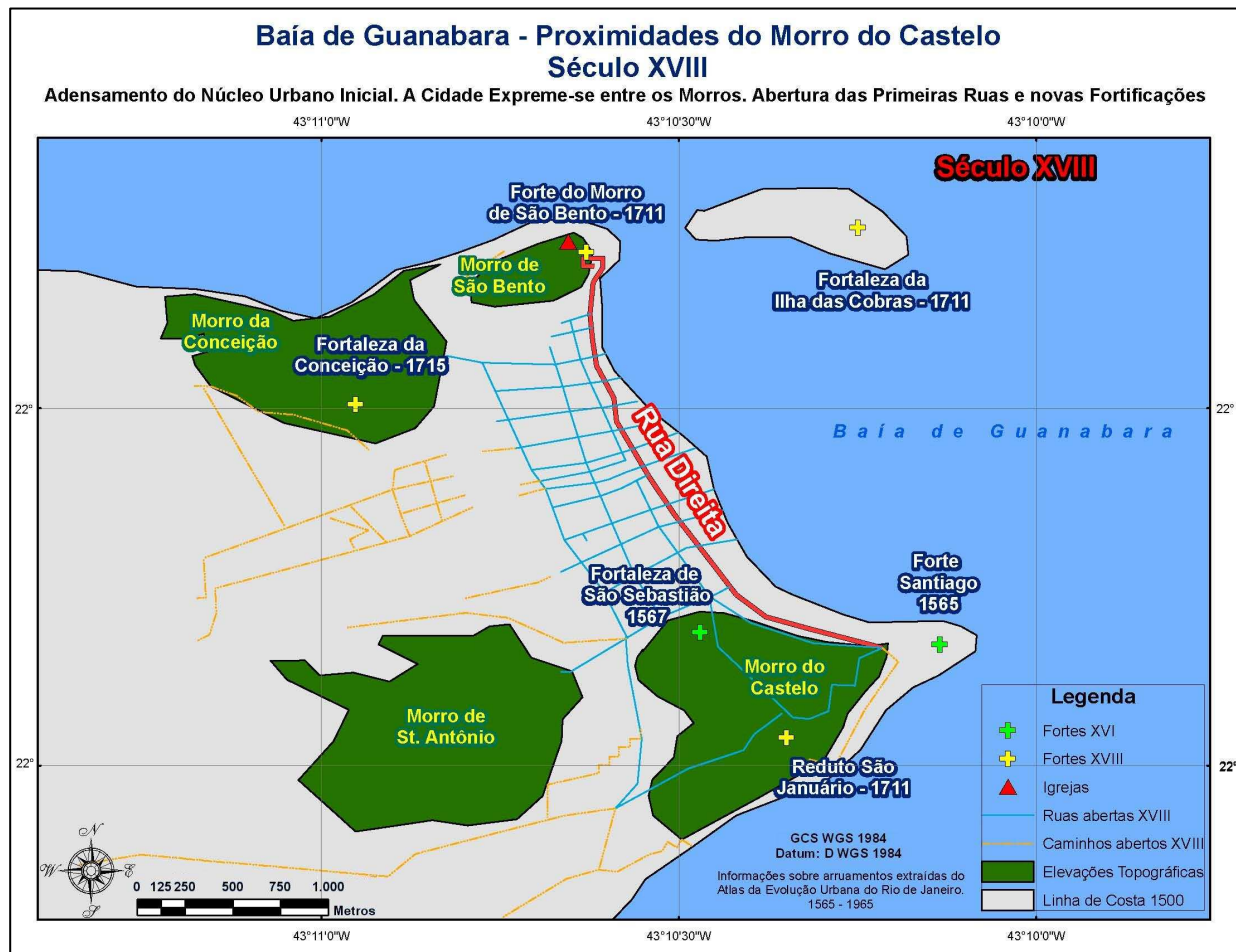
Assim, diversas lagoas, hoje desaparecidas, ocupavam lugares onde hoje se encontram áreas construídas. Entre elas podemos citar: a lagoa da Sentinela, da Pavuna, (também chamada da Lampadosa), do Carmo, do Desterro e do Boqueirão. Rios também foram alterados em diversos graus para dar lugar a espaços edificadas, como o rio Maracanã, Comprido, Catumbi, e outros que deságuam no saco de São Diogo.

Todo o contorno da baía estava ocupado antes do final do século XVII tendo sido a região loteada e doada em sesmarias a nobres, militares, jesuítas e índios catequizados.

#### 4. 4 — EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO: PERÍODO ENTRE 1701 E 1800

O grande movimento de expansão da cidade no século XVIII deveu-se especialmente ao processo de aterros e drenagens que transformaram as lagoas e brejos circundantes em terreno aproveitável para urbanização. Este espaço era tanto mais necessário quanto a população aumentava na cidade decorrente de haver se transformado em capital e de se ser o principal porto escoador do ouro encontrado nas regiões do interior. O mapa 07 representa a expansão da malha urbana da cidade no início do século XVIII.

Segundo BERNARDES (1992) é possível distinguir três direções básicas nas quais a cidade se desenvolveu. Para oeste, na planície; ao norte na faixa litorânea e ao sul. No primeiro caso, estende-se entre o maciço montanhoso e o alinhamento Conceição-Providência; no segundo caso, numa faixa marinha entre estes morros e o mar, e no terceiro, por uma estreita faixa entre as encostas da serra da Carioca e a praia.



Mapa 07 - Reconstituição da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XVIII, destacando as proximidades do Morro do Castelo – núcleo inicial de povoamento e expansão da cidade.

BERNARDES (1992) oferece ainda uma boa visão do processo de ocupação do território por meio da recuperação de terras aos alagadiços que abundavam por toda a área da cidade. Foi aberta uma vala para drenar os pântanos entre os morros de

Santo Antônio e Conceição que escoava suas águas para a Prainha. O aterro da Lagoa de Santo Antônio representou um marco da expansão da cidade.

Novos aterros se sucederam durante o século XVIII. O desaparecimento das lagoas da Pavuna (1725), da Panela, da Lampadosa (1791) e inicia-se o aterro da Sentinela, a drenagem dos pântanos de Pedro Dias a do Campo de Santana, onde se iniciavam os alagadiços do Saco de São Diogo.

No local onde ficavam os pântanos de Pedro Dias, aterrados em 1796, foram abertas as atuais ruas dos Arcos, do Lavradio, dos Inválidos e do Resende.

Estes terrenos conquistados aos alagadiços foram preenchidos com igrejas (Rosário, São Domingos, São Francisco de Paula, Lampadosa, Sacramento, São Jorge, Santana, São Pedro e São Joaquim). De acordo com o que já foi mencionado antes, a cidade portuguesa, em geral, apresentava uma mistura de traçado regular e irregular muito característico. Assim, vemos exemplos neste sentido:

*“A Rua Sacadura Cabral – a velha rua da Saúde – acompanha sinuosa, o sopé do morro, desenhando suas reentrâncias e saliências. A do Lavradio, retilínea, cortando a base do morro, liga a enseada do Valongo à da Gamboa, onde a rua do mesmo nome retraça, em nossos dias, a antiga linha do litoral. Não somente no tipo de arruamento essa zona guarda lembrança de seus primeiros tempos. Algumas construções daquela época são ainda encontradas, mas é sobretudo nas numerosas ladeiras que ziguezagueiam nesses morros que a paisagem do Rio de Janeiro colonial pode mais facilmente ser reconhecido.” (BERNARDES, 1992).*

Se no século anterior a cidade conseguia se implantar na planície, agora ela toma plena posse desta; não mais como um pequeno núcleo, mas como capital do ouro, justificando assim, a necessidade de fortalecer as defesas. Por isso construiu-se os fortes de Conceição e da Ilha das Cobras; o Arsenal da Marinha e o de Guerra.

Neste período foi produzido maior número de mapas históricos em relação aos períodos anteriores, no que se refere à Baía de Guanabara e ao Rio de Janeiro. Isto pode estar relacionado ao maior interesse em relação à exploração do país neste período. Na FIG. 4.3 observa-se a Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1713, que foi encomendada pelo Governo Português a João Massés.

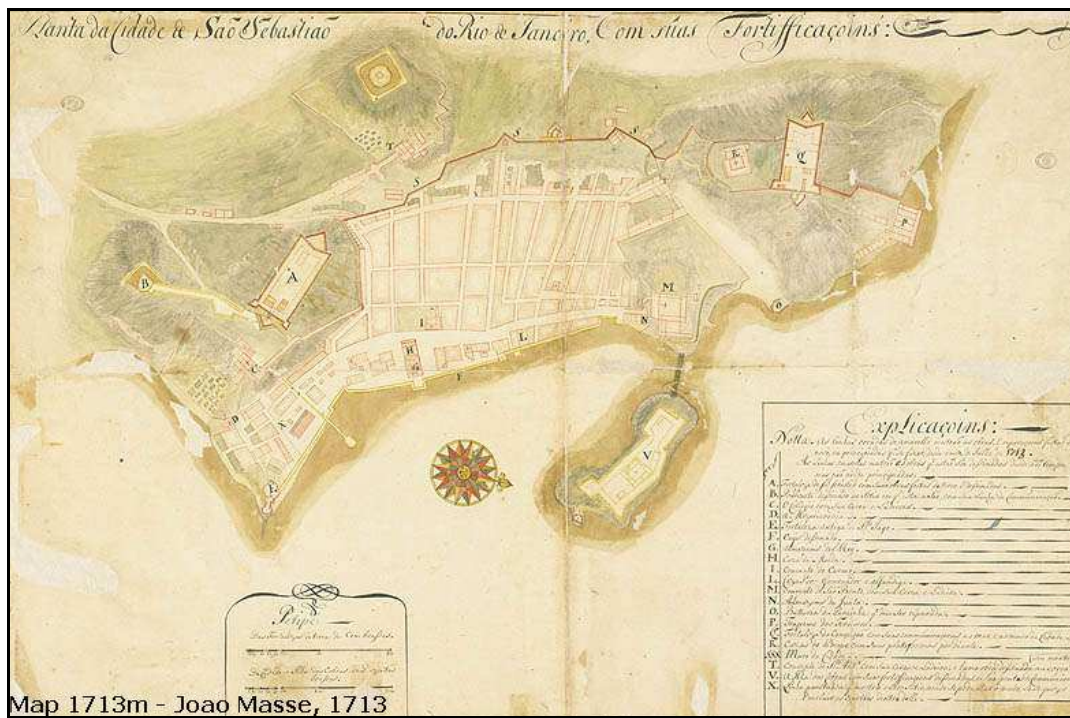


FIG. 4.3 - Cidade de São Sebastião 1713  
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA (2008)

O Rio encontrava-se limitado à região entre o que é atualmente a Av. Professor Rio Branco e a Baía de Guanabara, apresentando como limítrofes o Mosteiro de São Bento o e Morro do Castelo.

De acordo com ABREU (1997) será apenas a partir do século XIX que a cidade sofrerá transformações mais radicais quanto à sua forma urbana e estrutura espacial. Antes uma cidade que se espremia entre os morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição, agora sua estrutura urbana se modifica, especialmente em função das mudanças da estrutura social que agora se apresenta mais complexa.

Não apenas a vinda da família real causa transformações sociais significativas. A independência política e o início do período cafeeiro irão atrair o capital estrangeiro, e grande parte dele será empregado no desenvolvimento dos serviços urbanos públicos.

Mesmo as profundas mudanças do século XX terão suas bases nas mudanças empreendidas no decorrer do século XIX.

*“são lançados no espaço os elementos que possibilitam, dentre eles a separação, gradual a princípio, e acelerada depois, dos usos e classes sociais que se amontoavam no antigo espaço colonial. Essa separação só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde de burro e do trem a vapor, que a partir de 1870, constituíram-se nos grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade”.* (ABREU, 1997)

Ainda segundo ABREU (1997) com o aterro de mangues e partes alagadas que cercavam Santa Teresa e Rio Comprido tornou-se possível a ocupação de novos espaços e permitiu o aumento da ocupação destes bairros. Um caso bastante típico foi à ocupação intensa ocorrida a partir de 1865 quando foi criada a freguesia do Espírito Santo com jurisdição sobre os atuais bairros do Catumbi, Estácio, Rio Comprido e partes de Santa Teresa a partir da subdivisão dos terrenos pertencentes às freguesias de Santo Antônio, Engenho Velho, Santana e São Cristóvão (esta última criada em 1856).

#### 4. 5 – EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO: PERÍODO ENTRE 1801 E 1900

O mesmo ponto de vista a respeito do século XIX como um marco nas transformações sociais e seu conseqüente reflexo na espacialidade da cidade pode ser encontrado em BERNARDES (1992).

*“Começou, realmente, no século XIX a época das grandes transformações na paisagem urbana do Rio de Janeiro. Com efeito, os séculos XVII e XVIII se caracterizaram sobretudo pela lenta conquista da planície da “cidade velha” e apenas alguns tentáculos se estenderam para o sul, o oeste e o norte. No decorrer do século XIX, assiste-se aos rápidos progressos de uma verdadeira frente pioneira urbana.”* (BERNARDES, 1992).

Em 1880 a cidade já possuía cerca de sessenta mil habitantes e até o fim do século mais de quinhentos mil. Conseqüentemente a ampliação espacial da cidade se deve também à necessidade de acomodar este crescente contingente populacional.

Assim, será no século XIX que veremos o nascimento dos bairros no Rio de Janeiro bem como a germinação dos principais subúrbios.

Em termos físicos o espaço era usado de acordo com as limitações geográficas naturais da região. As principais eram os locais alagados e as formações montanhosas.

Desta forma, ocorre um adensamento cada vez maior, nas primeiras décadas do século XIX, dos casarios do velho centro da cidade que se localiza no também crescente número de ruas recém abertas do pantanal de Pedro Dias que passaram a constituir bairro residencial. É o caso das ruas dos Inválidos, do Lavradio e do Resende, por exemplo. Na FIG. 4.4 de 1812, é possível verificar a aparência da cidade no início do século XIX.

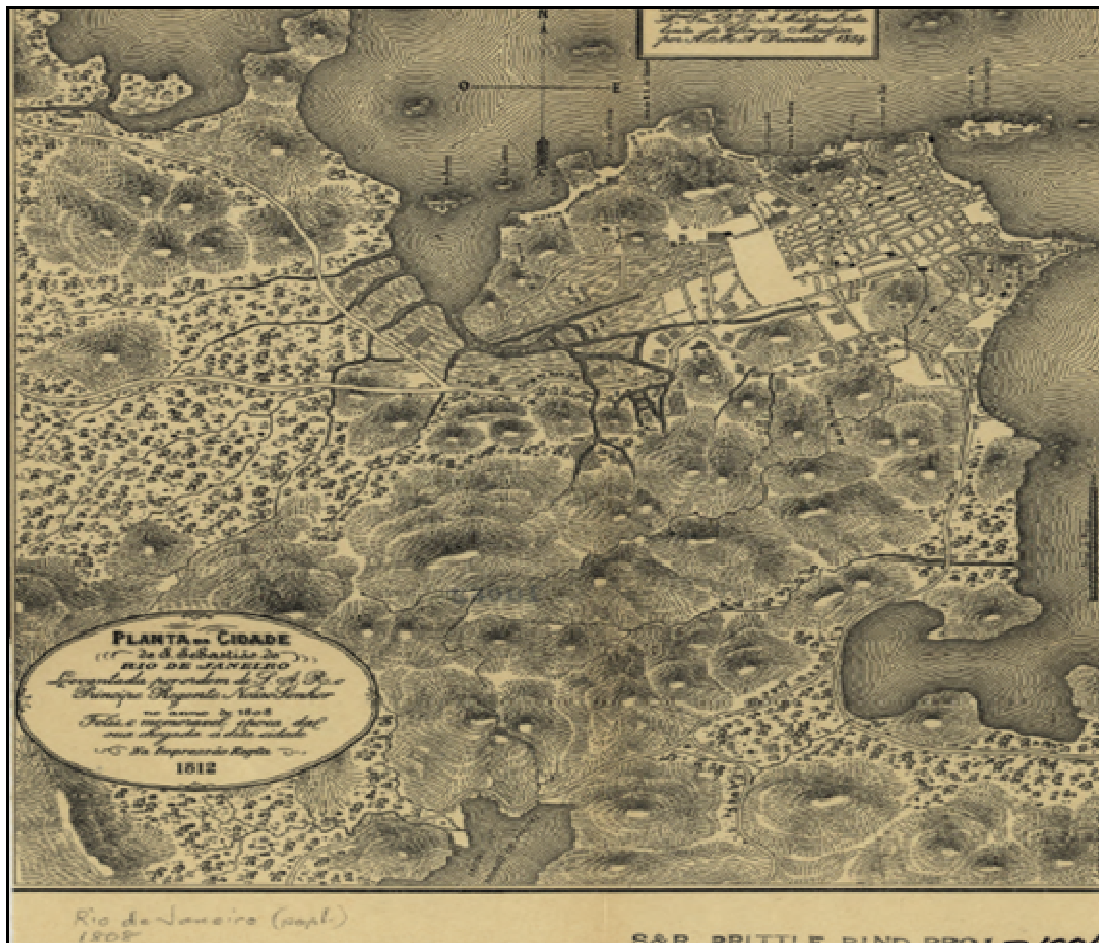


FIG. 4.4 - Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1812  
BIBLIOTECA DO CONGRESSO NORTE AMERICANO (2008)

É possível notar como a cidade se ampliou entre os morros da Providência, Santo Antônio e Senado, indo até o que viria ser o Campo de Santana. É possível identificar arruamentos que começam a se delinear em direção ao Saco de São Diogo. Podem-se ver as ruas do Lavradio, dos Inválidos e do Resende em terreno



Em direção à costa há uma rarefação do povoamento e a ocupação adquire uma caracterização mais linear ao ocupar o espaço, nas praias, nos vales e nos sopés das encostas da Zona Sul e também da Zona Norte. A presença do maciço da Carioca também fizera com que a expansão urbana ocorresse por duas rotas divergentes; uma para oeste pelo norte da frente da montanha e outra para o sul acompanhando as enseadas da baía.

A cidade penetra então pelos fundos dos vales. Diversos estrangulamentos causados pelo relevo compartimentaram os diferentes núcleos da expansão da cidade, dando limites físicos aos bairros que aí se formavam. BERNARDES (1992).

Em direção oeste, vencida a lagoa da Sentinela e transposto o Saco de São Diogo, cuja conquista só se completaria no tempo de Mauá com a construção do canal do Mangue em 1857, então a cidade pôde realmente se expandir na direção que mais amplos horizontes lhe ofereciam.

O antigo arraial de Mata-Porcos, no atual bairro do Estácio, foi rapidamente integrado à área urbana. Também na primeira metade do século as chácaras do Catumbi foram urbanizadas. Na segunda metade do século em especial em seu segundo quartel, esses bairros bem como o de Vila Isabel foram incorporados à área urbana, entretanto sem chegar a constituir um todo uniforme devido aos remanescentes não urbanizados como os baixos vales alagados do rio Maracanã, Joana e Trapicheiro.

Não apenas as áreas alagadas foram conquistadas e transformadas para permitir sua ocupação. Foram abertos túneis nas encostas das montanhas e os arruamentos se multiplicaram nas planícies e praias. O ganho de terreno habitável às custas das feições naturais, também afetará a baía. A Praça XV foi ampliada sobre aterros em trechos próximos ao mar.

*“o último alinhamento de quarteirões próximo ao mar naquele trecho resultaram de aterros que ampliaram progressivamente, desde o século XIX, o terreiro do Paço e a Praia do Peixe, no coração da “cidade velha”, permitindo ainda a construção do cais e do mercado. Ao longo de toda a orla da Guanabara, da Glória a Botafogo e à Urca, como também nas margens da lagoa Rodrigo de Freitas, pode-se reconhecer a importância da faixa conquistada ao mar. Ela se destina a facilitar a circulação e também ao embelezamento, nas enseadas de Botafogo e Glória, no Flamengo e no morro da Viúva. Lembremos ainda que ela também serviu para a constituição de novos quarteirões e de um aeroporto, junto ao centro da cidade, ampliando a área conquistada pelo desmonte do morro do Castelo. Ainda deste modo se*

*constituiu todo um bairro, o da Urca, aos pés do morro desse nome e do Pão de Açúcar.”* (BERNARDES, 1992).

A Glória sofre diversos aterros que eliminam a praia do Catete. Quanto ao litoral Oriental, continuavam bastante preservados, com estuários, manguezais, pontais e ilhas.

Os remanescentes indígenas desaparecem na metade do século, com a desativação da última aldeia, a de São Lourenço.

É necessário lembrar ainda que neste século a expansão da cidade contava com ainda outro fator a impulsioná-la. Embora melhor abastecida de água a partir de 1850, a cidade viu-se assolada a partir deste mesmo ano por epidemias anuais de febre amarela e outras doenças contagiosas especialmente nas áreas centrais da cidade. As condições de higiene, sempre precárias, ainda continuavam sem solução devido à persistência de terrenos alagados nas imediações das áreas construídas, dificultando a drenagem das chuvas, concentrando esgotos e permitindo a proliferação de vetores de doenças.

A preocupação com a salubridade do ambiente era um fator constante, fazendo com que se preferisse abandonar as áreas centrais e criando a tendência de ocupação das áreas situadas no sopé da serra da Carioca, tais como Botafogo e Tijuca. Algumas áreas centrais, mais elevadas, eram mais salubres e passaram a ser valorizadas como áreas residenciais. Esse processo de ocupação urbana da região montanhosa, já iniciada em meados do século XIX continuou até o presente.

#### 4. 6 – EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO: PERÍODO DE 1900 ATÉ A DÉCADA DE 1964

Apenas nos primeiros decênios da República é que a chamada “cidade velha” sofreu modificações que, ao transformar o centro, ainda incipiente e inalterado desde os séculos anteriores, abriram caminho para o crescente impulso característico de uma metrópole moderna. Segundo AMADOR (1997), “*a cidade do Rio de Janeiro seria a primeira experiência em larga escala de transformação de uma cidade colonial em uma metrópole capitalista.*”

Uma expansão assim orientada teria reflexos inevitáveis na estratificação espacial e social, bem como na degradação ambiental da baía de Guanabara e sua região.

Segundo ABREU (1992) no final do século XIX já estavam lançadas as bases ideológicas da ocupação do espaço urbano do século XX. Desta forma são lançados no espaço os elementos que possibilitam a resolução da contradição entre a lógica escravista e a capitalista a partir da separação dos usos e classes sociais que antes se aglomeravam no antigo espaço colonial. O que irá permitir esta separação será a introdução de novos meios de transporte como o bonde de burro e o trem a vapor, que a partir de 1870 permitiram a integração do espaço e o crescimento físico da cidade.

O período compreendido entre 1902 e 1906 representa um momento crucial para a história da cidade. Isto ocorre na medida em que grandes transformações têm lugar devido à necessidade de se adequar a forma da cidade à acumulação e concentração de capital que passava a ocorrer.

Em conseqüência, torna-se necessário agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias e acabar com a idéia de que o Rio era uma cidade insalubre dominada por febres e sujeira. Era necessário criar uma nova cidade, que pudesse incorporar uma nova capital cuja aparência e espacialidade fossem reflexo do novo *modus vivendi* cosmopolita e moderno das elites. A cidade sofre então uma série de intervenções e reformas urbanas. A maior até então foi levada a cabo pelo prefeito Pereira Passos. CRUZ (2006).

Sua reforma urbana foi bastante profunda. Em um curto período de administração, novas avenidas foram abertas (Mem de Sá; Beira Mar; Atlântica e Salvador de Sá), alargou as principais ruas do centro e da zona sul, e canalizou rios na zona sul e Tijuca.

Paralelamente, o governo federal fez construir o novo porto do Rio de Janeiro, a Avenida Francisco Bicalho e a Avenida Central - atual Rio Branco. CRUZ (2006).

A Reforma Passos foi importante, pois adequou a forma da cidade à suas funções novas decorrentes das mudanças sociais, foi o primeiro grande exemplo de intervenção estatal maciça no urbanismo. Entretanto, tais modificações, se por um lado ajustaram as contradições do espaço, por outro criaram novas, com destaque para o surgimento das favelas. Os morros do centro (Providência, São Carlos, Santo

Antônio e outros) representavam zonas desprestigiadas então, em termos de local residencial, de modo que passaram a ser ocupadas pelas populações pobres, criando este tipo específico de habitação popular que chamamos de favela. Nas FIG'S. 4.5 e 4.6 é possível verificar uma vista parcial do Morro do Castelo. No caso do morro da Providência, já era ocupado por habitações populares desde 1897 sendo até mesmo conhecido como Morro da Favela, desde que passou a ser ocupado pelos veteranos do conflito de Canudos. CRUZ (2006).

De 1906 a 1930 a cidade continua a sofrer intervenções, sendo as principais as reformas urbanas efetuadas por Paulo de Frontin (1919) e por Carlos Sampaio (1920-1922). Este último foi responsável por uma das maiores intervenções, em termos físicos, que a cidade sofreu, isto é, o desmonte do Morro do Castelo, representado na FIG. 4.7.

A administração Carlos Sampaio, teve como meta principal preparar a cidade para as comemorações do primeiro centenário da Independência em 1922. Assim, em 1920 foi iniciado o desmonte do morro com o objetivo de conseguir mais espaço para a realização da Exposição Internacional que fazia parte da comemoração. Ainda no que diz respeito ao Morro do Castelo, cujo nome se transformou várias vezes (Morro do Descanso e depois Morro de São Januário) foi finalmente chamado do Castelo em 1614, devido ao forte lá localizado.

Aos pés do morro as várzeas se estendiam ao longe, sendo interrompidas algumas vezes por morros e outeiros e entre eles havia a região alagadiça, com pântanos e algumas lagoas. O Morro não poderia sobreviver por si só uma vez que era desprovido de água e pastagens, constituindo uma paisagem inóspita. Logo no começo surgiram duas descidas do Morro: uma era a Ladeira do Descanso, que se estendia para o lado norte em direção da baía, e mais tarde passou a chamar-se Ladeira da Misericórdia; a outra via de descida foi feita para atender à necessidade de buscar água e ficava na face oposta do Morro, na encosta sul em direção ao Rio da Carioca, que representava o único manancial de água potável conhecido naquele período.



FIG. 4.5 - vista parcial do Centro da cidade do Rio de Janeiro com traçado do primeiro desmonte do Morro do Castelo. FRIDMAN (2003)



FIG. 4.6 - Vista do morro do Castelo. BIBLIOTECA NACIONAL (2008)

Esta Ladeira ficou conhecida como Ladeira do Poço do Porteiro, pois o porteiro da Câmara, Mestre Vasco, cavou um poço neste local.

Desta ladeira partia uma trilha que passava entre duas lagoas, a de Santo Antônio, no Largo que posteriormente passou a chamar-se da Carioca e que se estendia até onde hoje fica o Teatro Municipal. A outra lagoa era a do Boqueirão, ocupando a atual Passeio Público indo até os Arcos. Este caminho originou a Rua dos Barbonos, atual Rua Evaristo da Veiga, e na confluência entre as duas lagoas, e onde fica atualmente o prédio da Câmara Estadual ficava a ermida de Nossa Senhora da Ajuda.

Em sua administração curta Paulo de Frontin realizou diversas obras e modificações na cidade, entre elas o alargamento e pavimentação da Avenida Atlântica, a construção da Avenida Meridional – depois Delfim Moreira – no ainda desabitado bairro do Leblon. ABREU (1997).

Abriu grande parte da Avenida Rio Comprido – atual Paulo de Frontin - que teve o rio canalizado; iniciou a abertura do túnel João Ricardo; prolongou a Avenida Beira Mar com o nome de Presidente Wilson; construiu o cais da Urca (bairro que estava sendo criado mediante aterro da área) e alargou a Avenida Niemeyer.

Na década de 1920 as contradições da cidade e da sociedade se acentuaram, de modo que, em uma tentativa de manter o desenvolvimento da cidade sob controle e moldar seu crescimento de acordo com os interesses do Estado, a prefeitura elaborou um plano urbanístico que iria se constituir no Plano Agache. ABREU (1997).

Este plano se caracterizava por uma tentativa de oficialização da separação das classes sociais em termos espaciais. Para que a intervenção necessária do Estado no processo de reprodução da força de trabalho pudesse ser eficaz, ou seja, a separação das classes no espaço pudesse ocorrer, Agache pregava a construção de habitações baratas nos subúrbios, dotadas de uma infra-estrutura básica e a erradicação das favelas.

*“Assim, o centro da cidade seria subdividido em áreas funcionalmente distintas, tais como o Bairro das Embaixadas, os Jardins do Calabouço, o Centro de Negócios propriamente dito (Castelo), e Centro Bancário, (limitado pelo quadrilátero Av. Rio Branco, ruas 1º de março, Sete de Setembro e Candelária), o Centro Administrativo (freguesia de Sacramento) e o Centro Monumental (em Santo Antônio). A construção dos dois últimos exigiria um grande número de desapropriações, afetando os bairros centrais de baixa*

*renda que haviam sobrevivido às reformas Passos, Frontin e Sampaio.”*  
(ABREU, 1997)



FIG. 4.7 - Arrasamento do Morro do Castelo, 1922 -  
BIBLIOTECA NACIONAL (2008)

Um aspecto interessante do Plano é que foi o primeiro documento oficial a tratar explicitamente dessa nova forma de habitação popular – a favela - que proliferava na cidade. Como exemplo, a favela do Morro do Santo Antônio surgiu no final do século XIX. Foi palco de incêndios criminosos em diversas ocasiões, porém manteve-se no local até a década de 1950, quando o morro foi demolido. ABREU (1997).

Na administração Prado Júnior foi feito um aterro sobre a antiga praia das Areias de Espanha que passa a constituir a Praça Paris. A Região no entorno da antiga praia até o centro passou a se chamar Cinelândia. Prado Júnior foi responsável também pela criação dos Largos da Glória e do Russel, e a urbanização da Avenida Beira Mar, via aberta ainda durante a gestão Pereira Passos e que contorna o Outeiro da Glória. Estas obras e aterros são responsáveis pelo afastamento do Outeiro, onde existiu uma instalação de defesa militar, da proximidade da orla. ABREU (1997).

A década de 1940 será a de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro, sendo que o censo de 1950 demonstrará a predominância de migrantes empregados na maioria no setor secundário, construção civil e serviços domésticos. Se as favelas tendiam a se concentrar na zona sul, a maioria da população favelada localizava-se nos subúrbios tais como o Engenho Novo.

Especialmente as favelas tendiam a se concentrar onde as atividades industriais estavam. O fator do adensamento populacional é outro elemento fundamental para explicar o desenvolvimento das favelas. Os migrantes tendiam a se acumular nos subúrbios mais afastados do centro, em especial nos municípios da Baixada Fluminense. ABREU (1997).

Desse problema de concentração populacional surgiu um intenso impulso de loteamentos e retalhamentos dos terrenos. A idéia era melhorar o acesso e resolver problemas de abastecimento. Alguns locais atingidos foram a orla da baía da Guanabara, São João de Meriti (1930) e Nova Iguaçu

*“O período de 1930-1950 se constituiu, assim, na fase mais marcante de expansão física da metrópole. Entretanto caracterizou-se também por outro tipo de expansão em direção ao sul, totalmente diferente em forma e conteúdo e que foi realizada, em grande parte, em detrimento da área central”.* (ABREU, 1997).

Até o fim da República Velha, a nova zona sul carioca representada pela Orla Oceânica se mantivera como área residencial da população mais abastada, de modo que no final da década de 1940, Copacabana, por exemplo, transformara-se em um sub-centro em processo de formação. Por outro lado, a antiga área nobre da cidade, se modificou pouco (Botafogo, Flamengo, Laranjeiras). O Catete por sua vez passou a fazer parte da região degradada ligada ao Centro, passando a ter novas funções menos aristocráticas. No Estado Novo ocorreram mudanças significativas na aparência da cidade com a construção do Aeroporto Santos Dumont (em outro processo de aterro) e com a urbanização da Esplanada do Castelo. ABREU (1997).

No período JK a transferência da capital para Brasília irá afetar bastante a dinâmica populacional do Rio de Janeiro. Outros fatores irão afetar a estrutura espacial da cidade: a inflação, a ausência de uma política de uso do solo, o estímulo ao transporte rodoviário. Com o aumento do valor do solo e distâncias cada vez

maiores entre as residências e os locais de trabalho surge uma crise habitacional que acaba por gerar um grande aumento no número de favelas.

Podemos citar ainda os fatores que contribuíram para que bairros da periferia e municípios da Baixada Fluminense crescessem em taxas tão elevadas: o saneamento dos vales do Acari e Meriti, na segunda metade da década anterior; a construção da Avenida das Bandeiras, numa primeira etapa até Coelho Neto (1949) e mais tarde até Deodoro (1954). ABREU (1997).

A abertura da Rodovia Presidente Dutra em 1951 permitiu a incorporação de diversas áreas à malha urbana da cidade, e em suas margens instalaram-se diversas indústrias.

Finalmente no governo Lacerda (1961/1965) vê-se a solução de um antigo problema da cidade: o abastecimento de água.

Um dos principais problemas atacado em seu governo foi o transporte. Assim marcaram o período as transformações na cidade por conta de diversas obras relacionadas aos transportes: a conclusão do Túnel Santa Bárbara, a construção do Túnel Rebouças ligando o rio Comprido à Lagoa, a construção da primeira parte do Trevo dos Marinheiros, a conclusão da via expressa do Aterro do Flamengo com a conclusão de toda a arborização da área do Parque, a abertura do primeiro trecho da Avenida Radial Oeste por conta da qual foi removida a Favela do Esqueleto, o prolongamento da Avenida Maracanã e a construção da Rodoviária Novo Rio.

O subúrbio também recebeu sua cota de intervenções visando ao aumento de sua acessibilidade à Avenida Brasil, o prolongamento da antiga Avenida Novo Rio às margens do rio Faria-Timbó e do viaduto que a liga à Avenida Brasil e a construção do Viaduto João XXIII, ligando os antigos subúrbios do Rio D'Ouro também à Avenida Brasil. ABREU (1997).

Assim, a grande expansão das áreas periféricas, o aparecimento de grandes aglomerações complexas, são características de cidades industrializadas e conseqüentemente são características que a cidade do Rio de Janeiro vai passando a apresentar. Tal expansão somente pode ser realizada devido à modernização dos meios de transporte. As estradas de ferro permitiram o descongestionamento dos

velhos centros e possibilidade de instalação de moradias baratas em sua periferia e facilitou o acesso à áreas de trabalho longe destas residências. ABREU (1997).

Os núcleos que surgem a princípio isolados vão-se aproximando, embora a cidade tivesse limitações naturais, sitiada entre o mar e as montanhas. Isto faz com que naturalmente se encaminhem em sua expansão, ao longo das vias que se interiorizam.

*“Como resultado, portanto, da condição litorânea da cidade e da configuração de seu relevo, da direção e da diferente intensidade de atração das várias vias férreas; do papel do bonde e das rodovias, seja criando novos eixos de crescimento linear, seja preenchendo os vazios à retaguarda da franja suburbana, a metrópole carioca hoje uma forma original e bastante complexa que não se enquadra em nenhum dos tipos clássicos conhecidos.”*  
(BERNARDES, 1992).

O crescimento suburbano pode ocorrer de diferentes maneiras, quer seja pela incorporação de áreas rurais periféricas sendo o mais freqüente os loteamentos e subdivisão de antigas propriedades maiores. O resultado normalmente é que as ruas não apresentam traçado regular e não alinhamento das construções, formando uma paisagem desordenada. Outro processo é o da construção de conjuntos habitacionais previamente planejados. Muitas vezes esses núcleos suburbanos desenvolvem-se de acordo com uma função específica (subúrbios dormitórios, residenciais, vilas operárias etc.). Há também subúrbios mistos, conjugando mais de uma função diferente como no caso de Irajá e Nova Iguaçu (residencial e industrial). No caso do Rio de Janeiro é importante salientar como este processo sofre interferências das instituições e edificações militares. Este forma outro e muito específico tipo de subúrbio. Representam também um tipo misto de subúrbio, pois além de ocupar uma população numerosa, apresentam igualmente um setor residencial bastante expressivo que está apenas em parte ligada à função militar. Nesta categoria estão Deodoro, Marechal Hermes, Realengo e a Vila Militar, sendo que esta última é mais exclusiva em sua função militar. FERNANDES (2006).

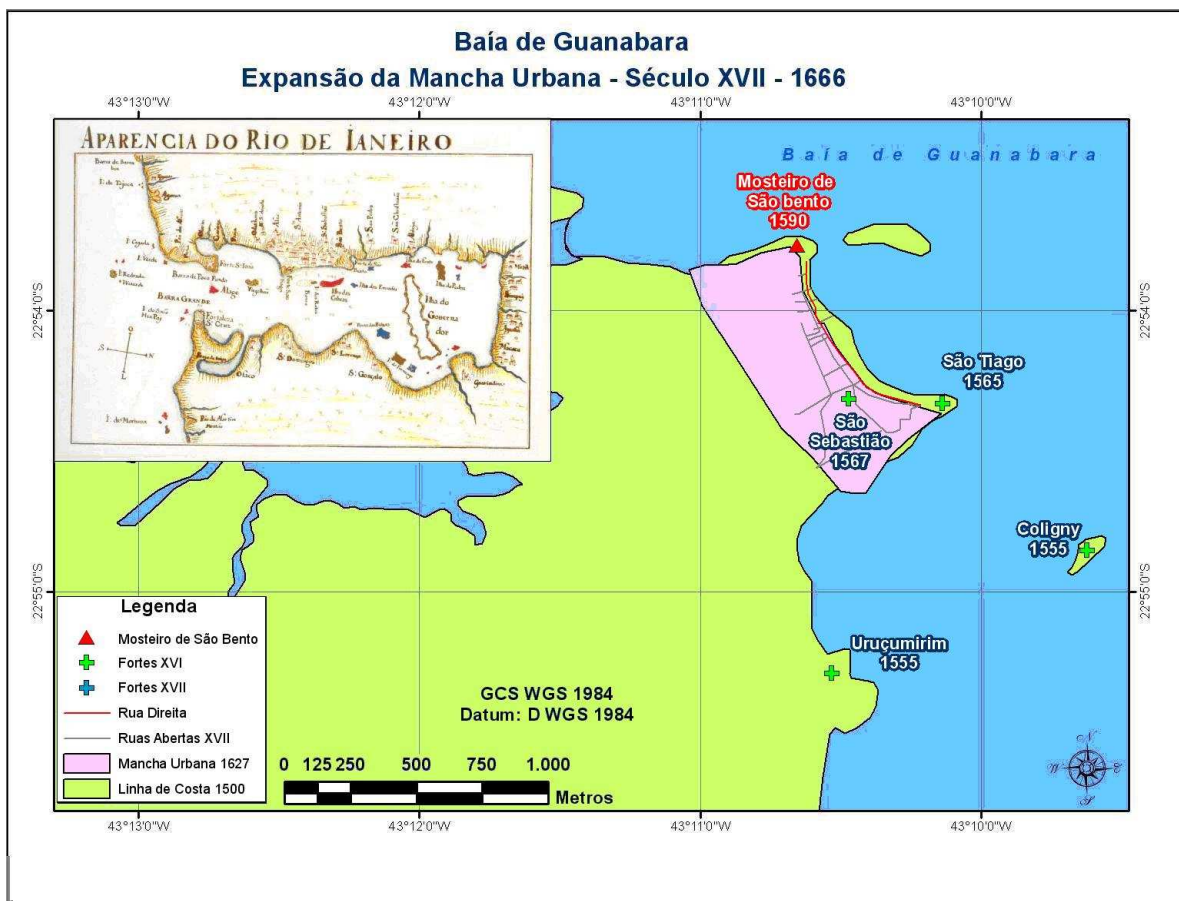
A própria questão da descontinuidade urbana pode ser a consequência não de uma característica natural do terreno, mas da existência de outro tipo de impedimento ao desenvolvimento da malha urbana. Este é o caso das terras pertencentes à Aeronáutica e ao Exército: o Campo de Gericinó ao norte da linha

férrea o Campo dos Afonsos, ao sul, e ao longo dos trilhos, a unidade suburbana exclusivamente militar, a Vila Militar. FERNANDES (2006).

## 5 RESULTADOS

Como resultados apresentam-se os mapas temáticos, em ordem cronológica, onde se sugere uma reconstituição e representação sintética das áreas de influência urbana (hinterlândia) dos fortes, fortalezas e fortificações militares, expressados pela mancha urbana, que desde o aparecimento do primeiro núcleo de fundação da cidade do Rio de Janeiro, apresentam-se presentes, influentes e destacados, até os dias atuais.

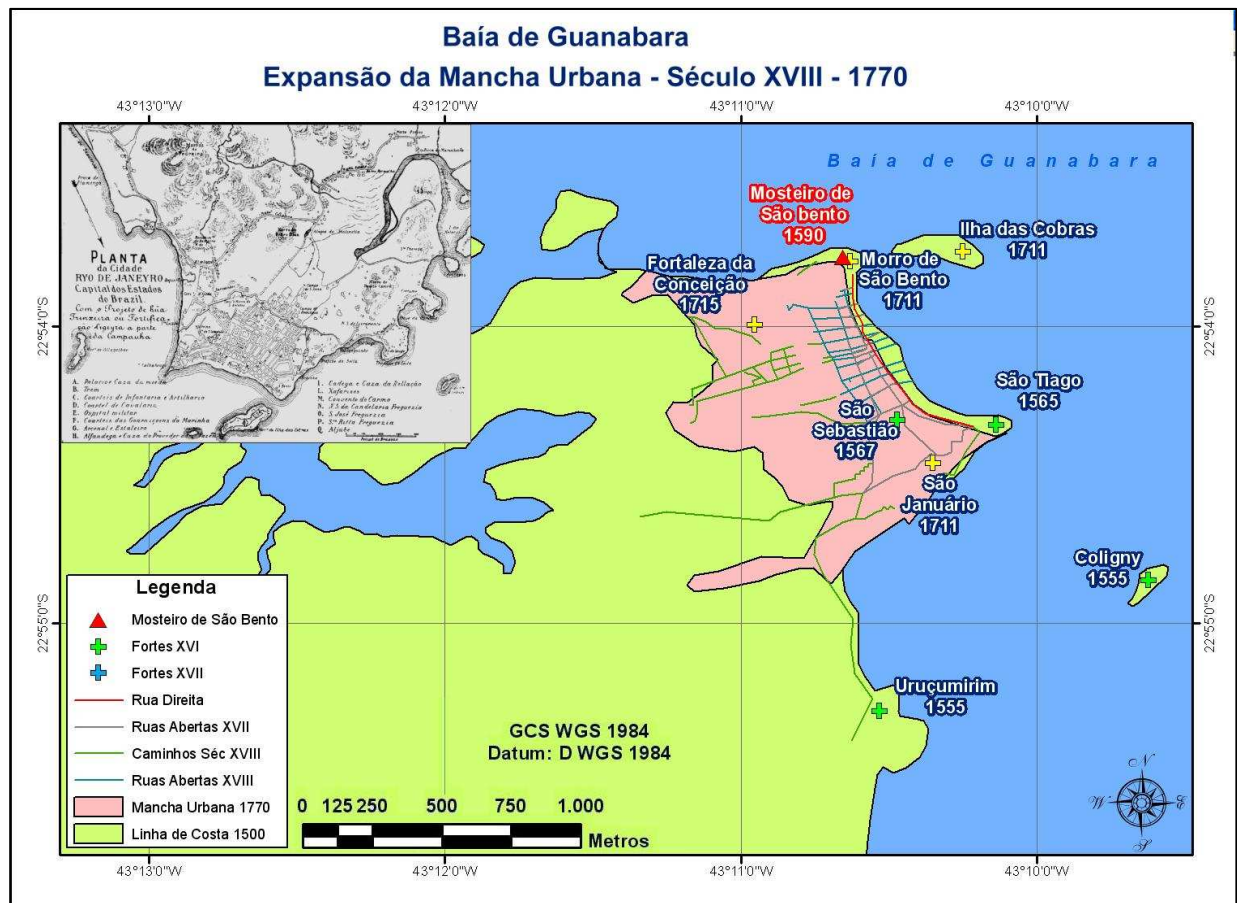
O Mapa 09 representa a mancha urbana existente, identificada através do mapa de Teixeira de Albernaz, em 1666.



Mapa 09 - Sobreposição da linha de costa (1500) com mapa de Teixeira de Albernaz (1666)

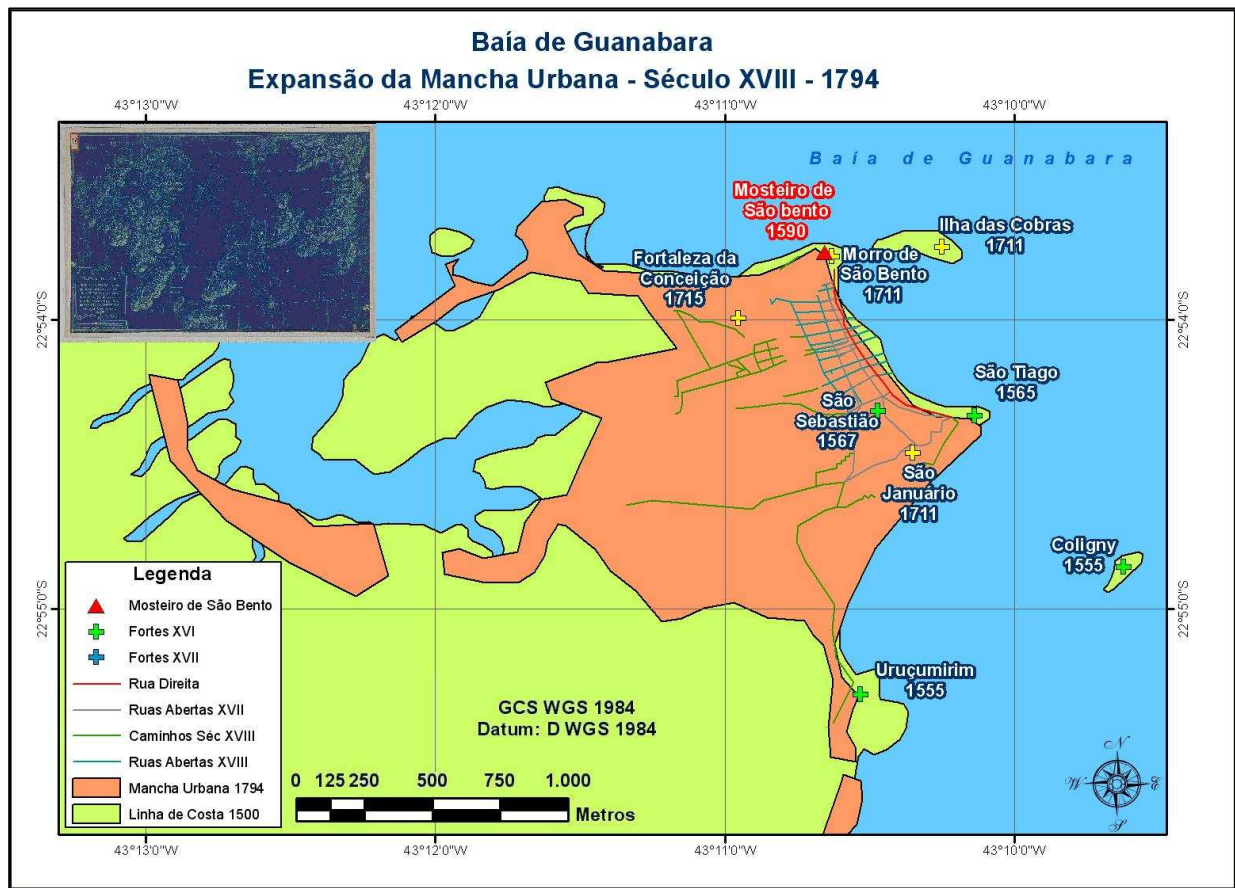
Neste segundo mapa temático (Mapa 10), apresenta-se uma sobreposição da linha de costa de 1500 com a linha de costa (em rosa) da planta de 1770,

pertencente a escola cartográfica portuguesa. Aparece a área da cidade, adensada, nas proximidades de seu núcleo central e os primeiros elementos de uma expansão da mancha urbana em direção a oeste, além de alguns caminhos preferenciais para sudoeste.



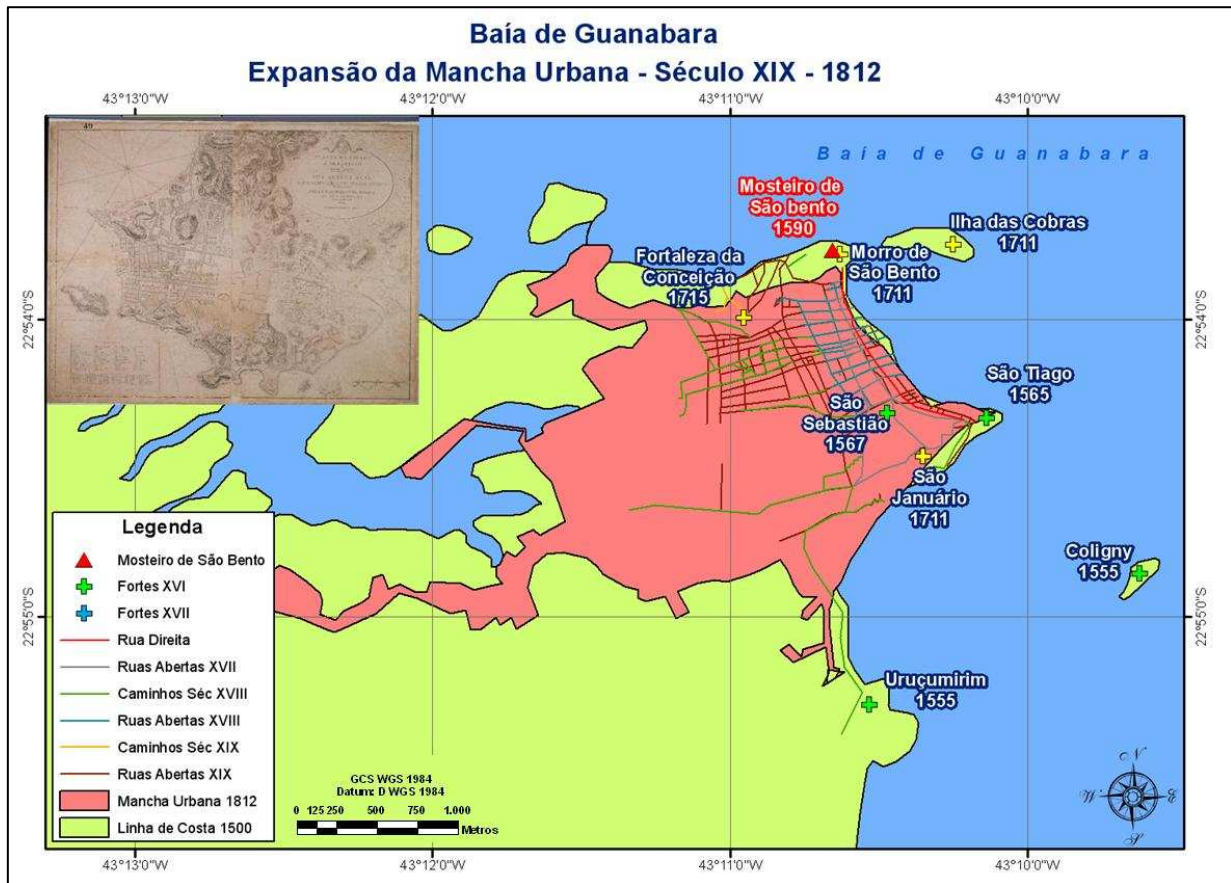
Mapa 10 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1770)

Na comparação com a planta de 1794, o Mapa 11 representa o espraiamento da mancha urbana preferencialmente se destaca para a direção sudoeste e para toda a extensão da faixa costeira, evidenciando um segundo momento da urbanização da cidade.

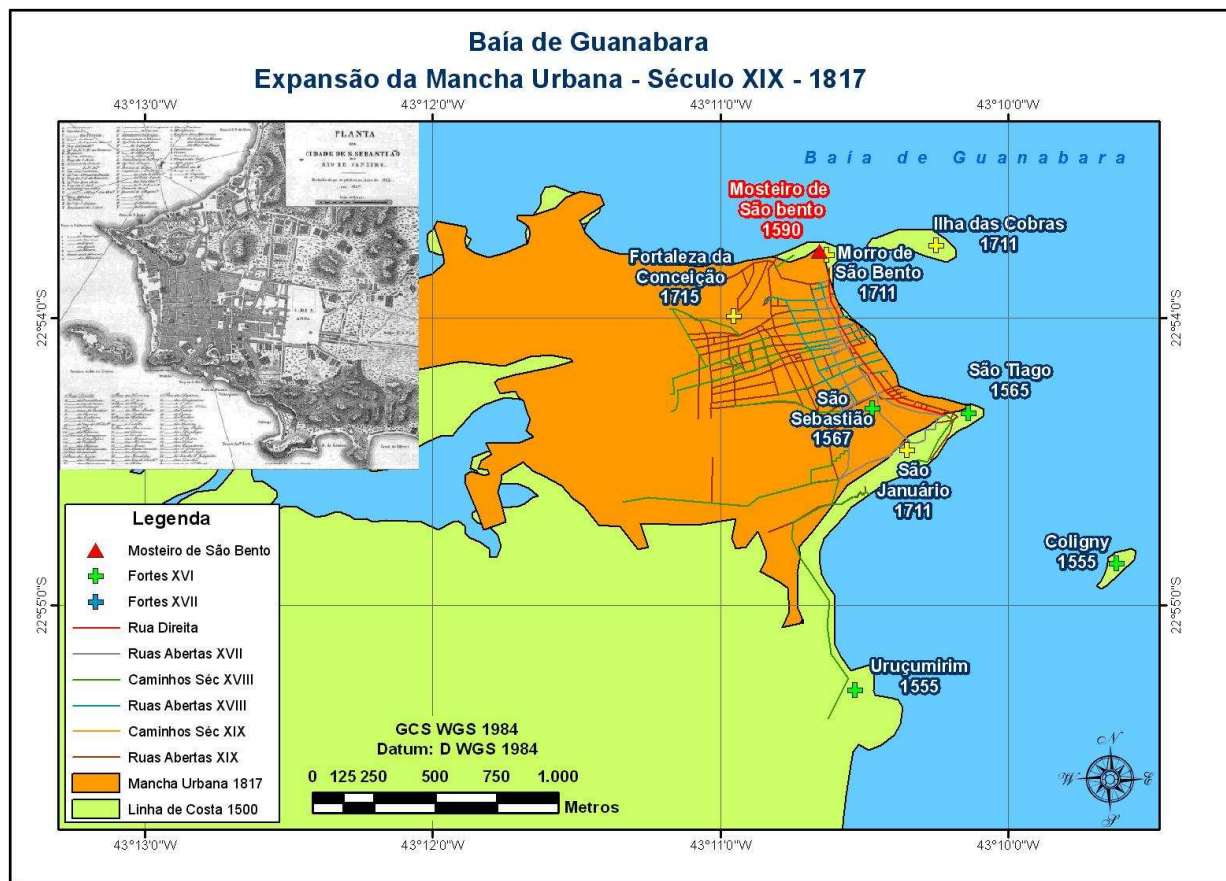


Mapa 11 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1794)

Com a comparação com as plantas de 1812 e 1817 (Mapas 12 e 13, respectivamente), reforça-se este mesmo processo de expansão e adensamento urbano.

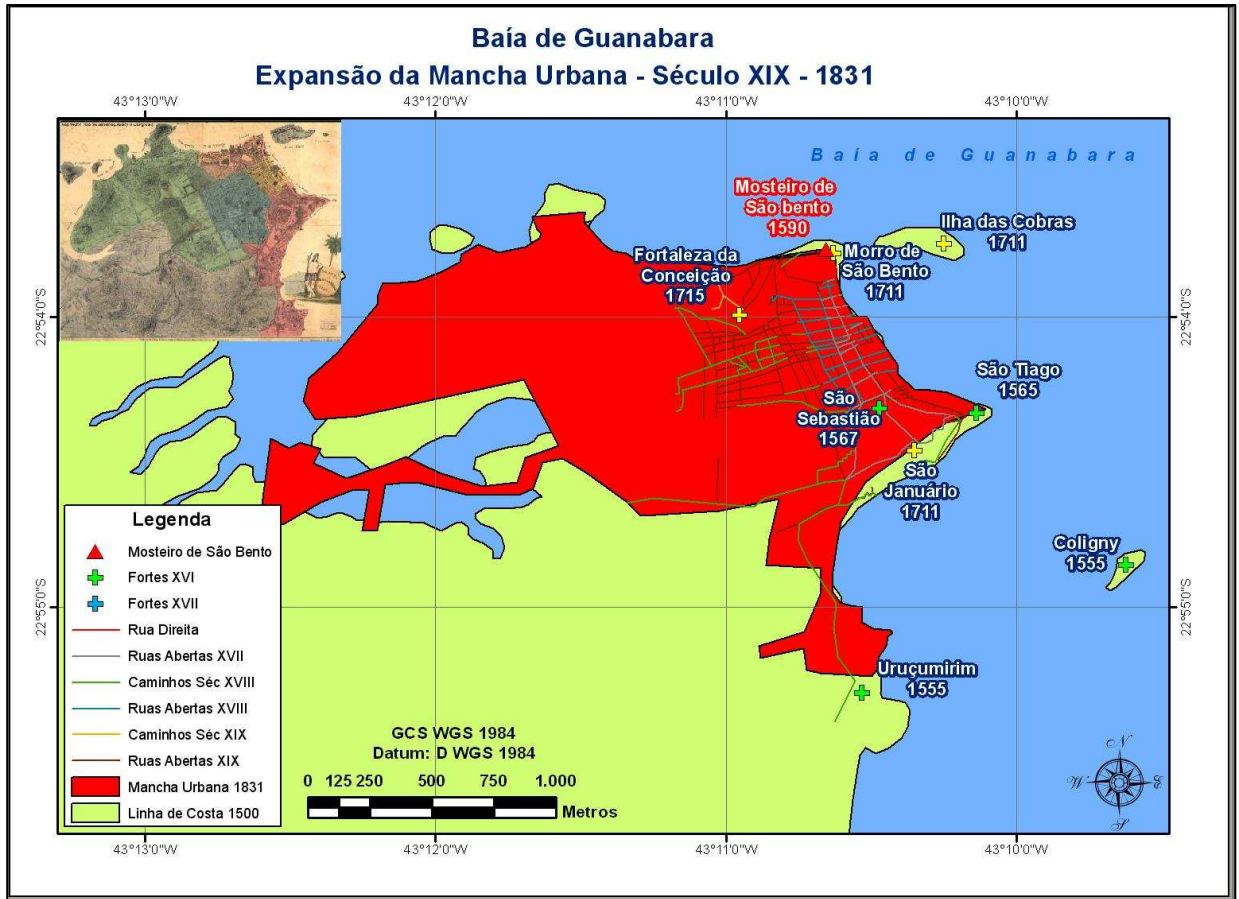


Mapa 12 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1812)

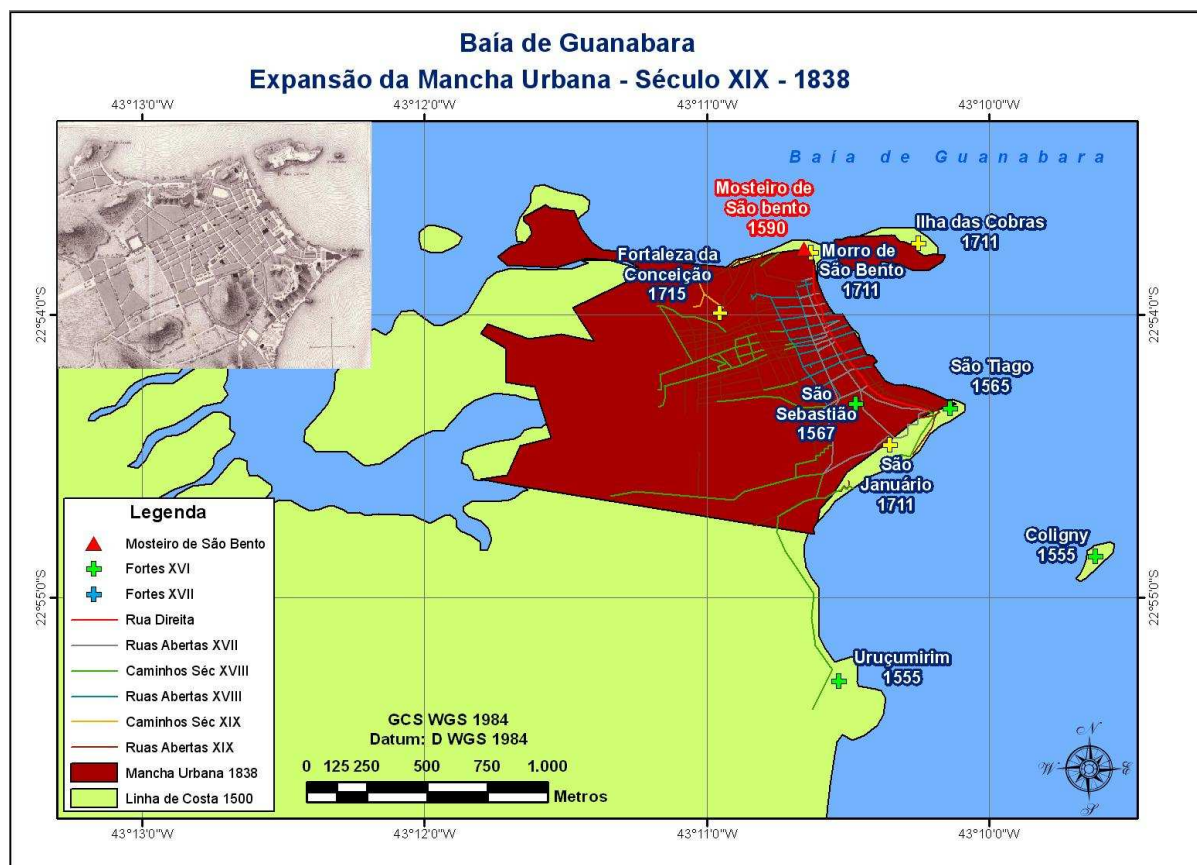


Mapa 13 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1817)

Em 1831 (Mapa 14) e 1838 (Mapa 15, mais restrito) a sobreposição da planta da cidade mostra um avanço considerável da mancha urbana para oeste ou noroeste, com a mais efetiva ocupação dos bairros da Gambôa, Santo Cristo em direção à São Cristóvão e Caju, devido a ocupação do centro estar plenamente efetivada, e a expansão para a Zona Sul já ter sido preferencialmente associada à habitação de classes mais abastadas.

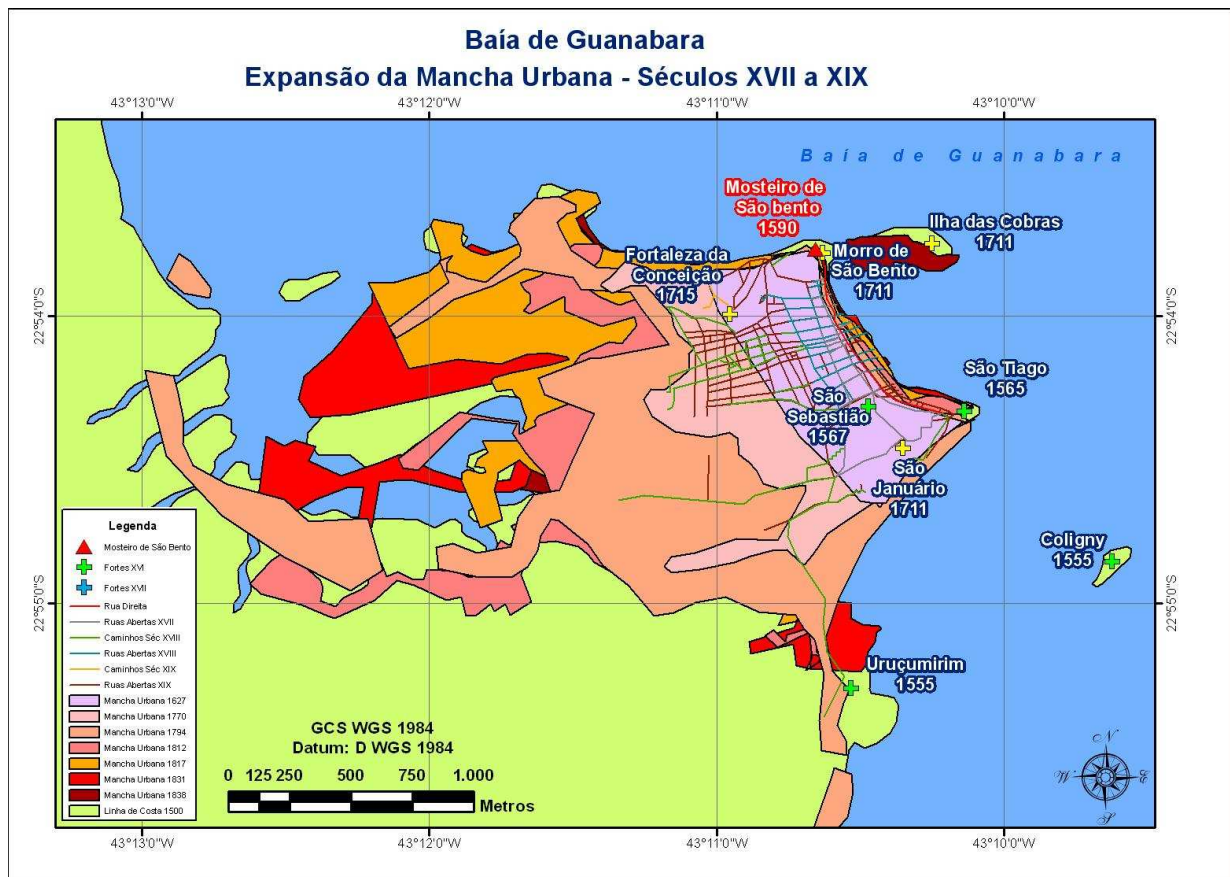


Mapa 14 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1831)



Mapa 15 - Sobreposição da linha de costa (1500) com planta da cidade (1838)

Por fim, sugere-se através da sobreposição de todas as manchas urbanas (Mapa 16) representadas nestes mapas históricos um processo de urbanização que segue os princípios de ocupação inicial e adensamento das áreas centrais, no quadrilátero formado pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Em seguida mostra-se um padrão de expansão para áreas marginais, para Glória e Zona Sul, no sentido sudoeste e para os bairros da Gamboa, Santo Cristo e São Cristóvão para noroeste. Estas são as principais áreas adjacentes ao centro da cidade e encontram-se diretamente inseridas no processo de urbanização, cuja raiz, o núcleo inicial de povoamento e instalação da cidade, foi o principal objeto de análise neste estudo.



Mapa 16 - Sobreposição da linha de costa (1500) com as plantas da cidade (entre 1666 e 1838)

## 6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da revisão bibliográfica feita e principalmente da análise dos mapas históricos e dos mapas temáticos elaborados, alguns questionamentos apontados como objetivos deste trabalho podem ser agora respondidos.

Foi possível verificar que até a metade do período colonial, as características da configuração do núcleo inicial da cidade, calcado principalmente na defesa, pouco é alterado por quase três séculos. A partir de então há uma expansão para a parte plana, ou seja, uma descida dos morros. A estes restarão equipamentos de representação religiosas e militares, enquanto que as moradias são praticamente abandonadas SANTOS (1981 apud BRAGA, 2003). Nesses três primeiros séculos é possível perceber a substituição progressiva de papéis que a cidade do Rio de Janeiro assume, ou seja, de defesa do território, com a instalação de fortes e fortalezas, que garantiam a sobrevivência e manutenção associadas ao controle do território a mercado portuário.

Alguns elementos, como a questão da distribuição de água, por exemplo, respondem sobre o adensamento da população em determinadas áreas próximas a fontes, bicas, chafarizes e etc. Este adensamento se mostra claro quando analisamos a cidade até o final do século XVII, nas áreas da Glória, Lapa, atual Praça Mauá e entorno.

Outro vetor, certamente, foi o religioso, e este perdurou por mais tempo até mesmo que os fortes. A igreja foi responsável, num primeiro momento, por ocupar áreas mais segregadas da cidade, como os morros e áreas mais isoladas. A atividade religiosa caminhou *paripassu* com a urbanização da cidade. Nos séculos XVI e XVII o poder da igreja confundia-se como o da metrópole. Um exemplo de gueto religioso instalado no século XVI e que se mantém com a mesma função até os dias de hoje é o Morro de São Bento, que abriga o mosteiro de mesmo nome, e é uma das ilhas de segregação, cravada no coração da cidade do Rio de Janeiro.

O padrão português de ocupação urbana em saltos, deixando áreas planas desabitadas e ocupando as áreas mais segregadas respondem algo sobre a urbanização do Rio de Janeiro. Primeiro a ocupação das áreas costeiras, e dos morros próximos. Em seguida a ocupação de áreas segregadas como o maciço da

Tijuca (Santa Teresa) e instalação de Igrejas, deixando vastas áreas de pântano desocupadas, não foram escolhas aleatórias ou sem motivos.

As atividades religiosas relacionavam-se com a questão da educação, fornecimento de água, saúde, abertura de ruas e construção de praças e largos, além de outras atividades essenciais (ordens terceiras e corporações de ofício) para a vida urbana. Dependendo de seu *status* as igrejas detinham a propriedade de edificações urbanas, engenhos, estaleiros, pequenos portos, chácaras, fazendas e etc. A localização destes obedecia à lógica da igreja e da coroa, e por consequência, vários núcleos de urbanização ou de expansão da malha urbana eram direta e indiretamente determinados por ela. Este padrão, segundo a literatura, parece ser válido até o início do século XVIII, a partir de então as novas instalações religiosas não obedeciam ao mesmo padrão espacial de localização e instalação.

De fato houve fundamental influência das fortificações militares no povoamento inicial da cidade do Rio de Janeiro, desde o momento em que Estácio de Sá, escolheu o local de fundação da cidade, no Morro Cara de Cão. Quanto a isto não pairam dúvidas.

A questão fundamental é até quando, e isto os mapas podem responder. Verifica-se através do mapa 07 que até o início do século XVIII o núcleo de povoamento que representava a cidade do Rio de Janeiro ainda permanecia resguardado pelo quadrilátero formado pelas elevações do Morro do Castelo, Morro do Carmo (Santo Antônio), Morro Manuel de Brito (Morro de São Bento) e Morro do Padre Salsa (Morro da Conceição), elevações estas que abrigavam fortificações militares. Adicionalmente uma bateria armada na ilha de Sergipe (Villegaignon) e nas entradas da baía de Guanabara tornavam a cidade de fato protegida de invasões marítimas. Poucos eram os caminhos que saíam para o interior, digamos, para áreas menos protegidas, e mesmos estes, ainda não eram considerados como parte da malha urbana da cidade.

De qualquer forma, algumas áreas primariamente ocupadas pelo poderio militar português, como a Urca, permaneceram sem um desenvolvimento urbanístico que pudesse ser atribuído à influência das fortificações. A proteção exercida pela Fortaleza de São João era muito mais voltada para a barra da baía de Guanabara do que à retroterra imediata. Este padrão pode ser aplicado também aos fortes que

se instalaram em outras áreas, como no Leme (Forte do Vigia) ou em Niterói (Fortaleza Santa Cruz).

A partir do início do século XVIII a cidade começa a fugir dos limites resguardados pelos fortes, mas verificam-se novas construções de fortificações e ampliação das já existentes. A cidade não se movimenta mais sob os canhões militares, porém, os acessos (entradas e saídas da cidade), que eram basicamente por mar, estavam muito bem resguardados. Pode-se, portanto afirmar que, neste momento (século XVIII), desde o início, outros vetores e outra lógica de urbanização impulsionavam a expansão da cidade, mas sua porta de entrada estava ainda (e cada vez mais) sob a mira dos canhões das fortificações portuguesas.

Na medida em que cresce a população, modificam-se as prioridades devido ao crescimento do comércio, às mudanças econômicas e sociais, de modo que a população passa a ocupar a planície. Então, finalmente iremos encontrar os lugares altos ocupados pelas pessoas e pelas atividades mais inferiores do ponto de vista social e também a abrigar funções consideradas degradantes e insalubres como, por exemplo, as favelas e os hospitais (quando as doenças eram menos conhecidas e controladas do que atualmente). ABREU (1997).

Em termos militares, nota-se a desativação progressiva de diversas instalações e/ou a mudança de função para museus e escolas, ou até mesmo por abandono e simples tombamento histórico, por exemplo. Nota-se igualmente que com o passar do tempo, a influencia militar parece ir diminuindo na medida em que a função efetivamente protetora contra ataques estrangeiros, pirataria e tentativas de tomada do território, não se faz mais necessária.

Entretanto, esta percepção é apenas parcial e incompleta. Ela leva a crer que toda e qualquer relação entre as questões militares e a vida da cidade teria cessado de existir ou deixado de ter qualquer importância, mais ou menos subitamente, quando se tornaram desnecessárias à defesa da cidade contra um inimigo externo.

Uma perspectiva mais geopolítica poderia acrescentar novas e úteis idéias, bem como novas interpretações dos mesmos fatos observados.

Levando em conta, na análise, o material apresentado neste trabalho, vê-se claramente que a cidade foi um importante ponto estratégico em termos geopolíticos, tendo ocupado a sua primazia política entre o século XVIII e a primeira

metade do século XX. Em consequência disso, a cidade teve uma história marcada pela presença de instalações e instituições militares.

Como capital, o Rio de Janeiro naturalmente concentrou grandes contingentes do exército e da marinha, especialmente na República. Segundo CARVALHO (2005) durante o Império a localização das forças do exército se devia à necessidade de proteção de fronteiras potencialmente conflituosas e servia para o controle de alguns centros urbanos no litoral, tradicionalmente inquietos.

A distribuição do contingente militar era bastante desigual, sendo que o Rio de Janeiro e o Estado do Rio Grande do Sul concentravam quase 50% do exército.

Assim, o aumento das guarnições cariocas nas primeiras décadas do século XX atesta o fato de que, na realidade, para o poder central o controle da cidade se tornara ainda mais estratégico do que no tempo do Império.

Como já mencionado neste trabalho, o desenvolvimento da malha urbana para o oeste seguindo o eixo ferroviário da Central do Brasil, foi barrado pela área ocupada pela Vila Militar e pelo Campo de Instrução do Gericinó.

Isto significa que as áreas militares representam uma significativa força fragmentadora do espaço urbanizado. Segundo FERNANDES (2006), “a Vila Militar é sem dúvida um dos fixos espaciais mais expressivos da modernização do exército”. Esta surgiu ligada ao processo de modernização das instituições militares por iniciativa do Marechal Hermes da Fonseca, em 1909. Era um modelo não inovador, mas que seguia o modelo das vilas operárias modernas dos países industrializados, dotados de planejamento da ocupação do espaço e de reformas urbanísticas.

Os subúrbios onde esses espaços militares majoritariamente se instalavam no século XX e o entorno de certas instalações como praias, mangues e áreas reservadas para treinamentos, se tornaram espaços destinados a interromper o desenvolvimento linear da cidade.

Tomando o ponto de vista sociológico para analisar esta influência vemos que a presença de instalações físicas militares deve ser analisada a partir do conceito de organização espacial. A marcante característica deste tipo de organização envolve, um grande controle do cotidiano de seus membros e lhes impõe padrões de

comportamento e valores que resultam em fortes identidades independentes e autônomas do seu meio ambiente.

É muito freqüente que cidades se desenvolvam ao redor de sítios defensivos da mesma maneira que ao longo de fontes de água como rios o seguindo linhas de comunicação tais como rodovias e estradas de ferro. Em um processo de retro-alimentação a importância política, econômica e geopolítica da cidade requer o aumento de do número de instalações de proteção.

Desta forma, ao mesmo tempo em que estas instalações se tornam parte do tecido urbano, ficam também segregadas dentro dele, por envolverem objetivos e conveniências do sistema de poder que os tornam espaços fechados ao acesso e ao conhecimento da maior parte da população de cidadãos.

Como quer que seja, e qualquer período da história que seja, sempre houve presença militar na cidade do Rio de Janeiro, e esta presença necessariamente influenciou seu entorno.

## 07 - BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações, estudos de geografia histórica carioca**. 1ª edição, Rio de Janeiro, da Fonseca Comunicação, 2005.
- ABREU, Maurício Almeida. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzacchiolo da (org.). **A cidade e o urbano: Temas para o debate**. Fortaleza, EUFC, 1997.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 3ed, 1997.
- ABREU, Sílvio Fróis. II Reunião Pan-americana de consulta sobre geografia e **cartografia**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v.1, n.9, p.3-4, dez. 1943.
- AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 1997.
- AMORIM, Aníbal. **História das Fortificações do Brasil**. Boletim do Estado Maior do Exército, abril/maio, 1916.
- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura. **Biblioteca Virtual**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/>; [capturado em nov/dez 2008].
- ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL DE MADRID. Disponível em: <http://www.mcu.es/archivos/MC/AHN/index.html>. [capturado em nov 2007].
- BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. **Introdução ao estudo de Cartografia**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 27, n. 205, p. 92-105, jul./ago. 1968.
- BARREIROS, E. G. **Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro - Ensaio - 1565/1965**, IHGB, 1965.

- BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil. Rio de Janeiro**, Bibliex, 1958.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro, Bibliex, 2000.
- BERNARDES, Lysia M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Biblioteca Carioca. 1992.
- BIBLIOTECA DO CONGRESSO NORTE AMERICANO. Disponível em: <http://international.loc.gov/intldl/intldlhome.html>; [capturado em 10 dez 2008].
- BIBLIOTECA NACIONAL, Disponível em: [www.bn.br](http://www.bn.br); [capturado em 02 fev/15 mar 2008].
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Disponível em: <http://www.bn.pt/>; [capturado em jun/jul/ago/set 2008].
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/.../bibliotecas/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/.../bibliotecas/); [capturado em jun/jul/ 2008].
- BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Disponível em: [www.bnf.fr](http://www.bnf.fr). [capturado em jun/jul/ 2008].
- BRAGA, A C.: **Morfologia, transformação e co-presença em centros urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro**. RJ. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.
- CAMPOS, J. da Silva. **Fortificações da Baía**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- CARVALHO, A.M.F.M.; **A Baía de Guanabara: Os itinerários da memória**, Revista USP, São Paulo, (30):156-169, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: Carvalho, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

- CASTRO, I; CORRÊA, L; GOMES, P (orgs) et al. **Geografia: conceitos e temas**. RJ: Bertrand Brasil, 1995.
- COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no Século XVII**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- CORRÊA, Magalhães. Velhas Fortificações. In: **Revista Nação Armada nº 8**, julho de 1940.
- CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio-Branco, 1971, vol. 2.
- COSTA, Nelson. **O Rio de Janeiro através dos Séculos**. Rio de Janeiro, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- CRUZ, Glenda Pereira da. **América Latina: aspectos da formação da rede urbana dos séculos XVI ao XVIII**. Palestra ministrada na Semana Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Feevale, no dia 4 de maio de 2006.
- DEL RIO, Vicente. **Desenho Urbano e Revitalização da Área Portuária do Rio de Janeiro**. São Paulo: USP/FAU. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, 1991.
- DERBY, Orville A.. **Estudos cartográficos da primeira fase dos descobrimentos na América**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo especial (Primeiro Congresso de do Histórico Nacional), Parte II, 1915, pp. 325-344.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. [online] (2008). <http://www.dicio.com.br/hinterlandia/> [capturado em jun 2009].
- DICIONÁRIO MICHAELIS. [online] (2006). <http://michaelis.uol.com.br/> [capturado em jun2009].
- DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO – Marinha do Brasil. **Catálogo de cartas e publicações** 11ª. XII, 188 p.: il., mapas. ed. Niterói (RJ): 2000.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO (DPHCEX). Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/>. [capturado em jun/jul/ 2007].

DUARTE, E. A. C.; LEBIGRE, A. M.; BATISTA, J. O. **A Relação entre o mito e a religião na construção do espaço**. In: 53ª Reunião Anual da SBPC, 2001, Salvador. Anais 53ª Reunião Anual da SBPC, 2001.

FERNANDES, Nélson da Nóbrega. **Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica**. Scripta Nova. In: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, 2006, vol. X, núm. 218 (27). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-27.htm>. [capturado em jul/ 2008].

FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os Franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

FERREZ, Gilberto. **As Cidades de Salvador e do Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro, Sedagra, 1963.

FERREZ, Gilberto. **O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto**. Serviço de Documentação Geral da Marinha: 1555-1800. Rio de Janeiro, 1972.

FURTADO, Sebastião da Silva. Cartografia portuguesa, roteiro de glórias. In: Raisz, Erwin. **Cartografia Geral. Rio de Janeiro: Científica**. 1969. págs.359-384. Revista Brasileira de Cartografia No 59/03, Dezembro 2007.

GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. In: **Subsídios para a História Marítima Brasileira**. Volume III. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1940.

GORBERG, Samuel e FRIDMAN, Sergio - **Mercados no Rio de Janeiro (1834-1962)**. Rio de Janeiro: Edição Particular, 2003.

KNAUSS, Paulo. **Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997.

LEBIGRE, A.M.S. **O Papel do Estrangeiro na Formação e Transformação da Área Central e Peri-Central do Rio de Janeiro**. Revista de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Scripta Nova, 2001.

LESSA, Carlos. **O Rio de Todos os Brasis – Uma reflexão em busca de auto-estima**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

MAPOTECA DO ITAMARATY. Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores. Acervo acessado em Junho de 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. A nova lusitânia; **A cartografia setecentista do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional**. Exposição 23 Novembro de 2000 a 23 de fevereiro de 2001, Biblioteca Nacional Lisboa, 2000; Disponível em: [http://www.google.com.br/books?id=X2Kd-92ocVoC&pg=PA24&dq=Cartography+Rio+de+Janeiro&as\\_brr=3&sig=1iaQEQdl aXuXGYknOgcHhOEL8ll#PPA3,M1](http://www.google.com.br/books?id=X2Kd-92ocVoC&pg=PA24&dq=Cartography+Rio+de+Janeiro&as_brr=3&sig=1iaQEQdl aXuXGYknOgcHhOEL8ll#PPA3,M1); [Capturado em: mar/abril 2008].

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Sistema de Documentação da UFRJ**. Acesso em abril/maio/junho de 2008. Disponível em: <http://www.minerva.ufrj.br/>; [capturado em abril/maio/junho de 2008].

PASSOS, Alexandre. **O Rio no Tempo do “Onça” – século XV ao XVIII**. 4ª edição melhorada, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1965.

ROSSATO, Bruno Affonso Rego. **As Temporalidades das Representações Cartográficas**. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 2006. 104 p.

SACK, Robert D. **Human Territoriality – It’s theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 392 p.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA. **Setor de Obras Raras**. Biblioteca Marinha do Brasil, Arquivos e História Marítima. Rua Mayrink Veiga, 28, Centro, RJ; Arquivo acessado em: 2008.

SLUTER Robert S. Jr.. **New theoretical research trends in cartography**. In Revista Brasileira de Cartografia, No 53, pp. 29-37, dezembro 2001.

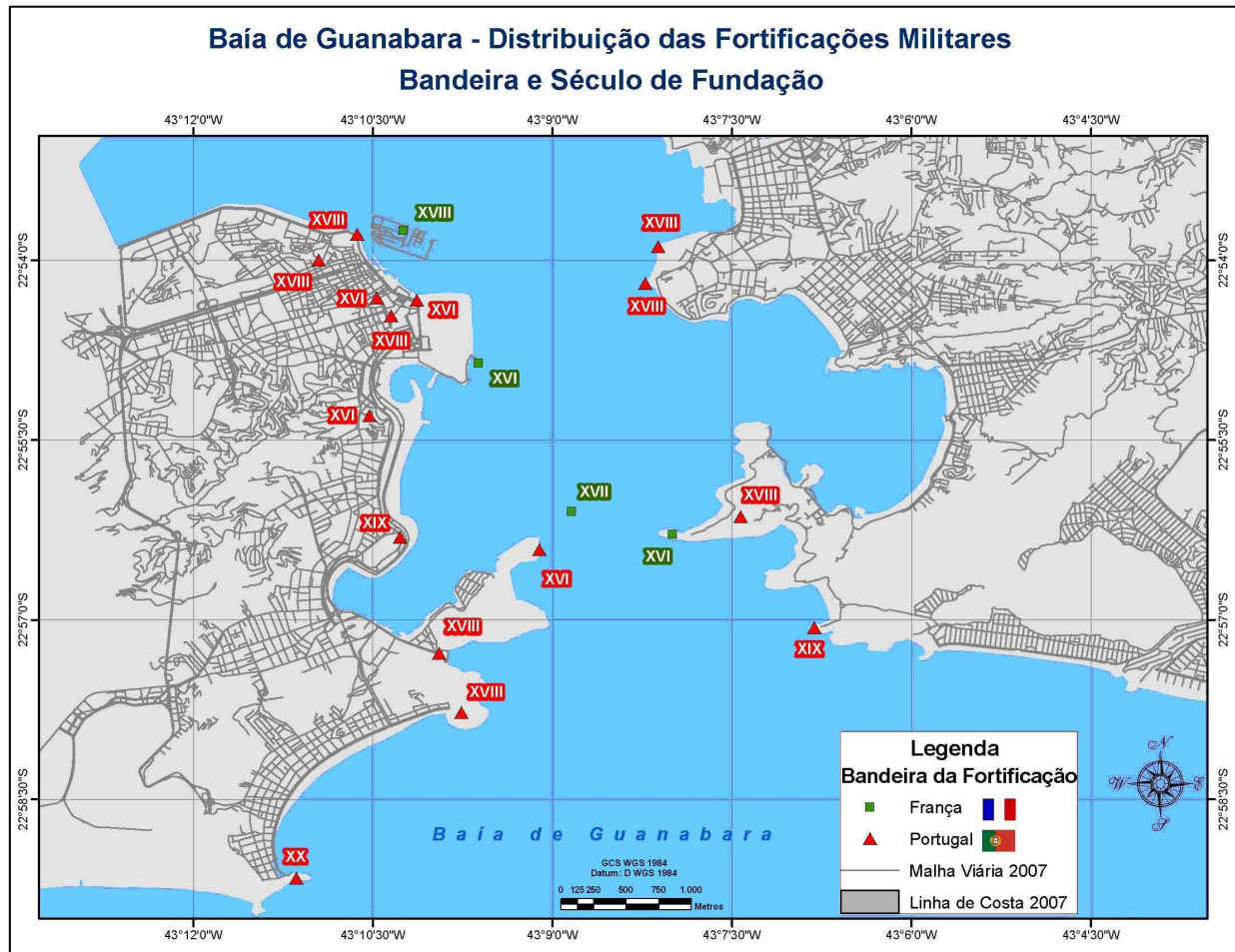
SOUZA, Augusto Fausto de. **A Bahia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1942.

SOUZA, Marcelo José. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995

VASCONCELOS. Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias et al (orgs.). **Explorações Geográficas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

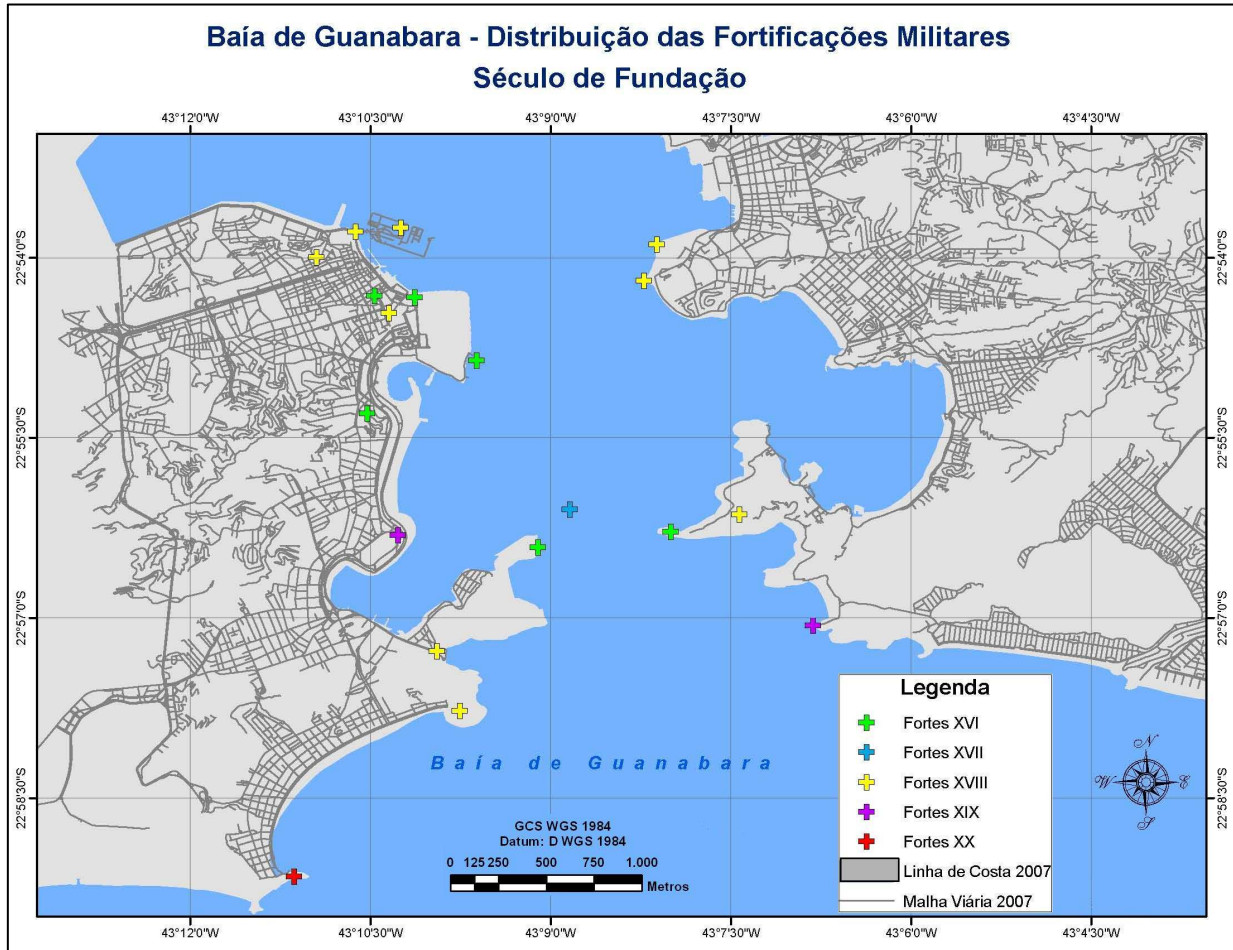
## **08 APÊNDICES**

8. 1 – APÊNDICE 01: DISTRIBUIÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES MILITARES POR BANDEIRA E SÉCULO DE FUNDAÇÃO.



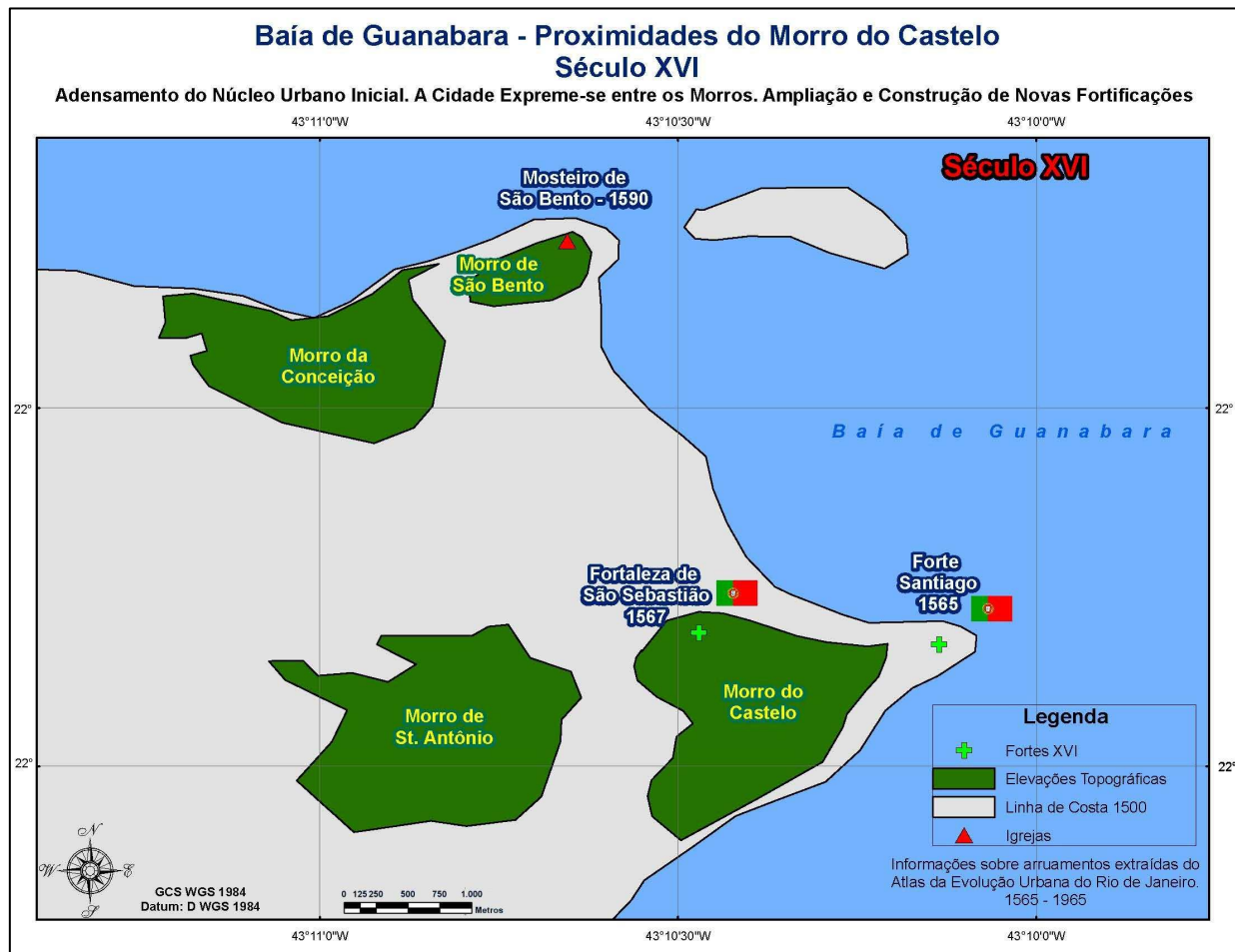
Mapa 17 – Baía de Guanabara – Bandeira das Fortificações Militares

## 8. 2 – APÊNDICE 01: DISTRIBUIÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES MILITARES POR SÉCULO DE FUNDAÇÃO.



Mapa 18 – Baía de Guanabara – Século de Fundação das Fortificações

### 8. 3 – APÊNDICE 01: PROXIMIDADES DO MORRO DO CASTELO



Mapa 19 – Baía de Guanabara – século XVI – bandeira das fortificações existentes entre os Morros.